



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOLOGIA

VINÍCIUS MADUREIRA MAIA

RAÍZES DO BRASIL: SOCIOLOGIA DE UM CLÁSSICO DA LITERATURA
NACIONAL

FORTALEZA-CEARÁ

2019

VINÍCIUS MADUREIRA MAIA

RAÍZES DO BRASIL: SOCIOLOGIA DE UM CLÁSSICO DA LITERATURA NACIONAL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade de Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de Concentração: Sociedade, Cultura e Arte.

Orientador: Prof. Dr. David Oliveira Barbosa.

FORTALEZA-CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Maia, Vinícius Madureira.

Raízes do Brasil: sociologia de um clássico da literatura nacional [recurso eletrônico] / Vinícius Madureira Maia. - 2019.

1 CD-ROM: il.; 4 - pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 115 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Mestrado Acadêmico em Sociologia. Fortaleza, 2019.

área de concentração: Sociedade, Cultura e Arte
Orientação: Prof. Dr. David Oliveira Barbosa..

1. Raízes do Brasil. 2. Sérgio Buarque de Holanda.
3. Antonio Candido. 4. Sociologia da literatura. 5.
Crítica literária. I. Título.

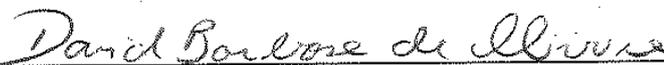
VINÍCIUS MADUREIRA MAIA

RAÍZES DO BRASIL: SOCIOLOGIA DE UM CLÁSSICO DA LITERATURA NACIONAL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade de Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de Concentração: Sociedade, Cultura e Arte.

Aprovada em: 15 de fevereiro de 2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. David Barbosa de Oliveira

Universidade de Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Marcílio Dantas Brandão

Universidade de Estadual do Ceará – UECE



Prof.^a. Dr.^a. Andréa Borges Leão

Universidade Federal do Ceará - UFC

RESUMO

Ao lançar mão de uma técnica de pesquisa essencialmente qualitativa e bibliográfica, buscase, neste trabalho, compreender a gênese de um clássico da literatura nacional, nomeadamente *Raízes do Brasil*, ensaio de Sérgio Buarque de Holanda publicado em 1936. Compõe menos uma tentativa de reconstituição histórica das origens do livro propriamente dito, do que um esforço de análise sociológica dos elementos reconhecíveis na lógica externa de sua aclamação literária e ulterior inscrição no cânone da literatura nacional. No decurso de mais de trinta anos, o livro sofreu cinco revisões ao todo, e a última edição se depara manifestamente distinta da primeira. Para melhor entender as circunstâncias em que o texto primevo de *Raízes do Brasil* veio a lume, confeccionou-se uma breve biografia intelectual de Sérgio Buarque de Holanda, com ênfase em seus anos de formação. Discorreu-se, em seguida, sobre o ato de revisão material, com que a obra literária ganha verdadeira feição acomodatória, fruto do gestual palinódico de seu autor, à medida em que a consciência deste, sua existência e relações sociais experimentam mudanças estruturais. Destaca-se ainda o papel de um proeminente crítico literário brasileiro para a afirmação de *Raízes do Brasil* como clássico entre as “formas gigantes” da literatura nacional. Ao que se conclui com um detalhamento conciso acerca dos resultados alcançados por esta dissertação, bem como de suas contribuições específicas para o ramo da sociologia da literatura, no âmbito da crescente produção bibliográfica em torno de tal disciplina.

Palavras-chave: Raízes do Brasil. Sérgio Buarque de Holanda. Antonio Candido. Sociologia da literatura. Crítica literária.

ABSTRACT

By using essentially bibliographical and qualitative research techniques, one intends to understand, in this work, the genesis of the national literature's classical book, namely *Raízes do Brasil*, an essay authored by Sérgio Buarque de Holanda, published in 1936. It is not an attempt to reconstruct the historical origins of the book itself, but an effort of sociological analysis of the recognizable elements in the external logic of its literary acclaim and further inscription in the canon of Brazilian literature. In the course of more than thirty years, the book has undergone five revisions, and the last edition is manifestly distinct from the first one. In order to understand the circumstances in which the early text of *Raízes do Brasil* came to light, one has prepared a real brief intellectual biography of Sérgio Buarque de Holanda, with emphasis in his formative years. One has then discussed about the act of material revision, with which the literary work gains an accommodative feature, result of the palinody-like gesture of its author, inasmuch as his consciousness, existence and social relations experience structural changes. It is also highlighted the role of a prominent literary critic for the affirmation of *Raízes do Brasil* as a classic among the “giant forms” of national literature. Thus, one concludes with a concise detailing about the results achieved by this dissertation, as well as its specific contributions to the field of sociology of literature, in the scope of the growing bibliographical production around such discipline.

Keywords: *Raízes do Brasil*. Sérgio Buarque de Holanda. Antonio Candido. Sociologia da literatura. crítica literária.

AGRADECIMENTOS

Nas poucas ocasiões acadêmicas em que me vi convidado a ensaiar alguns agradecimentos por escrito, eu declinei em todas elas. Não que me falte inclinação ao reconhecimento. Eu as evitei tão só por força de um preceito íntimo de não entregar de bandeja minha história por aí, aos Herodes desta vida, sem embargo do fato — cabal — de que ela inspira pouca ou nenhuma curiosidade. Andava então perfeitamente ciente de que com estas linhas eu deixaria muito mais, deixaria vestígios de “um ser, que respirava o sereno”, como naquele poema de Stevens, um rastro qualquer de minha passagem que eu prefiro de todo modo não seguido. Confissão é exposição; exposição, por sua vez, fragilidade. Meu mote é justamente o lema da Agência de Segurança Nacional americana (“*Secrecy is security, and security is victory*”), que traria em sua própria sigla — NSA — o interdito que é a condição mesma de seu sucesso e subsistência: “*No Such Agency*”, “*Never Say Anything*” etc.

E, a par disso, até o mais solitário ato de escrita acaba por ser um empreendimento social, com cujos compartes o espírito honesto de todo autor deve se encontrar bem disposto a prestar contas — embora não raro resolva render graças antes àquelas entidades entre todas as menos partícipes: “Deus”, “família”... um outro aspecto incômodo desta seção, para além de sua vulneração e de seus destinatários frequentemente equivocados, é a sua disposição no corpo do trabalho: seu lugar à parte do texto é também uma amostra do *pathos* algo dissimulado que a anima. Em algum de seus ensaios, Montaigne recorda que os livros do estoico Crísipo não eram senão uma mistura de trechos e obras inteiras alheias, e se por acaso as linhas ali escritas fossem atrás de seus respectivos donos, o pergaminho ficaria então em branco. Seria ingenuidade pensar que o comentário se aplique apenas àquele filósofo ou aos escritores de seu período e chão helênicos, quando o mesmo se pode dizer da literatura de hoje em dia. E este meu trabalho não se sairia melhor. Cada verso e anverso e pé de página tem senhorios que não se confundem com o escritor que os compila — e a quem chamam de “autor”, afinal de contas. Todo autor é quando muito um coautor. Como mandam o figurino, a ética e o direito, dou adiante os créditos aos meus coautores.

O fato de meus estudos não terem cessado desde que entrei no “jardim” (a partir daí estarei sempre matriculado num curso ou noutro); de trabalhar há quase uma década em uma universidade; me trazem, acima de tudo, o proveito de conviver com professores e, no caso da Universidade Estadual do Ceará, formadores de professores por excelência. Em meio a esses colegas tenho bons amigos, e alguns deles se contam entre os melhores. Razão pela qual só

lhes posso me mostrar demasiadamente grato por essa longa relação de cuidado, aprendizado e de camaradagem.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UECE pela acolhida. Tenho agora em mente não só os professores cujas lições tomei para mim nesses dois últimos anos (Barbalho, David, Gil, Kadma, Lia, Marcílio, Mônica, Muniz, Paulo César, Rose, Tadeu, Wellington), mas também os servidores que são, de verdade, o rosto e a “alma do negócio”. Falo, claro, de Cristina, Luciana, José e Princesa.

A todos os colegas da Turma 17 pela comunhão diária, especialmente no primeiro ano, e o aprendizado recíproco, mais devido a eles que a mim mesmo, digo sem qualquer traço de demagogia. Em uma das páginas mais cruéis de toda a literatura, após deplorar a “ignorância total” de seus estudantes “com relação ao passado”, a carência flagrante de “erudição, de que não tinham nem o gosto, nem o método”, não satisfeito, Lévi-Strauss tripudia ao lhes revelar os nomes, entre eles os futuros figurões Décio de Almeida Prado, Egon Schaden, Gioconda Mussolini, Gilda de Mello e Souza... Precisamente por conta dessa página, Gilberto Freyre — a quem, numa atitude provinciana, consideram o anti-uspiano por excelência — toma Lévi-Strauss por “mediocrão”, *persona non grata*, injusto com o país onde justamente veio a “desemburrar”. Quero aqui do francês ser o exato oposto. E em ordem alfabética cito os prenomes de todos os meus colegas que, assim reunidos, vão me deixar saudades: César, Édén, Edilmara, Flávia, Janaína, Laís, Marcelo, Pádua, Patrícia, Paulo, Pedro, Priscila, Thiago, Marcos, Matheus, Raquel, Raul, Rômulo e Sérgio. Serão eles os figurões de amanhã? Para mim já o eram quando os encontrei.

Sobretudo ao meu orientador, Prof. David Barbosa, pelo companheirismo, cuidado e zelo. Um verdadeiro mestre. Não esqueço nunca a noite em que eu, bastante aflito, redigia um e-mail pedindo que me autorizasse a mudar o tema desta dissertação, que acabou sendo este, afinal. O espírito de compreensão que me acompanhou desde o início ficou ainda mais claro no instante da sua resposta.

A Kadma, “eterna coordenadora”, de quem me aproximei bastante e essa proximidade é uma felicidade de primeira ordem. Entre muitas outras benesses, foi Kadma quem, a meu pedido, indicou os nomes a compor minhas bancas: a Profa. Andrea Borges Leão, uma mulher distinta e intelectual refinada, cuja participação e leitura me envaidecem grandemente; e o Prof. Marcílio Brandão, a maior aquisição do PPGS-UECE dos últimos tempos, fina flor, biscoito fino, como tudo que provém de Paris e do Recife.

Ao dileto Prof. Martonio Mont’Alverne, que me ajudou a partejar o projeto que submeti quando do meu ingresso no PPGS-UECE. Não só a concepção, também o “enxoval” foram

dádivas suas. Ao meu ‘padim’ Nogueira, Felipe Pante e Daniel Rocha, pelo estímulo. Distantes como estão, os quatro em partes distantes desse mundo (Sobral, Penedo, Florença e Desterro, respectivamente), tenho a impressão de que, ainda assim, estivemos sempre juntos, de que contingência nenhuma no mundo nos apartou.

Aos amigos Pablo, Carlos, Robson, Valberto, Vírgilio e Ricardo. Nas minhas contas, quase quinze anos de intensa camaradagem.

Ao amigo Felinto, pela elegância e laconismo de sempre. Evitou tecer críticas aos capítulos desta dissertação — que eu ia lhe enviando tão logo os concluía — e as guardou para si, para não me deixar abalado nesses tempos já tão desconcertantes. Se isso não é amizade em seu estado mais puro, não sei mais o que possa ser. Como nós dois nos lançamos a um hábito perverso (eu costumo atacar livros que não leio; ele costuma defender livros que não lê), acredito que esta dissertação tenha encontrado nele seu protetor mais ferrenho.

A Wanessa, Rachel e Carol, sem limites.

Ao amigo Ruy, que gostaria mais perto de mim. Como membros de uma seita. Ou de um Círculo.

Especialmente a minha chefe Roberta Nunes, a quem devo a flexibilidade para participar das aulas e demais eventos do PPGS-USP durante o horário do expediente na Procuradoria Jurídica da FUNECE. Sinceramente, não sei o quanto minha incipiente carreira acadêmica deve a essa mulher e amiga. Em 2012, quando ali recém-chegado, ela já havia tido a bondade de me liberar alguns meses para usufruir de uma bolsa em Berlim, concedida pela UFC. Agradeço também, claro, aos meus diletos colegas, Rose, Rodrigo, Elisandra, Cecília, Juliana, Nirlene, Carla, Paula pelo apoio. Agradeço à própria UECE, minha *alma mater*.

Não tenho nada a agradecer a qualquer agência de fomento e a nenhum de seus *apparatchiks*. Por fim, cursar uma pós-graduação, por mais árdua ou branda que seja, é dar a vida em penhor, a qual resgatamos em parte, ao final, à custa de muitas privações. Razão pela qual agradeço àquela que é, de longe, a minha maior conquista, minha esposa Rochelle “Madureira”. A ela eu dedico esta dissertação prestes a ser defendida. Não porque seja grande coisa. Mas por dar como certo de que logo teremos, por um breve momento pelo menos, a nossa vida de volta.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A JEUNESSE DORÉE DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA.....	23
3	A REVISÃO DE RAÍZES DO BRASIL.....	49
4	A CONSAGRAÇÃO DE RAÍZES DO BRASIL	76
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
	REFERÊNCIAS	102

1 INTRODUÇÃO

Este documento, desprovido de maiores credenciais, tem a pretensão de se apresentar como um estudo sociológico de determinado clássico da literatura brasileira não ficcional, que veio à lume há menos de cem anos. O termo “pretensão” não foi escolhido à toa: deve ser entendido aqui em sua dupla acepção vernacular. Pois se o leitor estiver porventura a par da confissão do próprio Lucien Goldmann, apreensivo ante o convite que lhe fora feito, nos idos da década de 1960, pelo Instituto de Sociologia da Universidade Livre de Bruxelas, para aí assumir a direção do incipiente grupo de estudos de sociologia da literatura — sua produção anterior, ele relembra, em momento algum lhe autorizava vislumbrar “a possibilidade de um estudo sobre a obra romanesca e, ainda menos, uma obra romanesca escrita em época quase contemporânea” (1976, p. 7) —, saberá consigo que o presente trabalho não passa, portanto, de “intenção” e “presunção” a uma só feita, mais que uma dissertação propriamente dita.

É possível, enfim, a sociologia de um livro clássico? Tal indagação precedia e era — ainda é — o mais das vezes contraposta por artistas, estetas, jornalistas, crítico em geral, àquela com a qual um reconhecido francês inaugura certa obra sua, dedicada ao regramento artístico, e que serve de mote mesmo ao impulso de seu iconoclasmo: “Deixaremos que as ciências sociais reduzam a experiência literária, a mais alta que o homem possa fazer, com a do amor, a pesquisas de opinião sobre nossos lazeres, quando se trata do sentido de nossa vida?” (BOURDIEU, 1996a, p. 11). O sociólogo ilustra, a partir desse primeiro exemplo, sequer o mais representativo, as muitas e reiteradas tentativas “intelectuais” de manter tanto a arte — ou melhor dizendo, a “Arte”, grafada assim maiúscula o mais das vezes — como o gênio afastados de todo empreendimento honesto de desmitificação; de furtarem-se ao tratamento e instrumentos típicos da ciência, prática tida por “sacrílega” nalguns círculos ditos autorizados. *As Regras da Arte* é de ser considerado, portanto, como um tipo significativo de “trabalho civilizatório” [*Kulturarbeit*], no sentido que um então velho psicanalista lhe empresta, na medida em que intenciona ampliar a percepção em geral acerca da gênese e da estrutura do campo artístico, de maneira que aí se possa, mediante a sociologia reflexiva, assenhorar-se de quinhões de conhecimento pouco conhecidos ou mesmo ignorados (cf. 1996a, p. 14-16); em outras palavras, “onde era Id, há de ser Eu”, mais ou menos como “o

aterro do Zuydersee, digamos.” (FREUD, 2010, p. 160).¹ A introdução confere o tom que perpassa toda a obra: contra os usos e abusos das superstições artísticas — inspiração, incognoscibilidade da obra de arte e de sua origem, caráter sublime do artista, enaltecimento da genialidade etc. — ainda prevalentes pós-Romantismo, Bourdieu faz ecoar o grito iluminista “*écrasez l’infâme*”, bastante francês, por sinal.

E embora não reivindicasse ali nenhuma primazia, Bourdieu estaria longe de ser pioneiro em matéria de irreverência nesse sentido. Com antecipação de pelo menos um século, a filosofia chegava à seguinte constatação: “Desde que o mundo é mundo, autoridade nenhuma se dispôs a ser alvo de crítica” (NIETZSCHE, 2004 [1881], p. 10). E até antes, quando suas reflexões eram ainda devotadas à apologética do espírito das Luzes, esse mesmo filósofo alemão consagrara um capítulo inteiro ao escrutínio “da alma dos artistas e escritores” em um de seus livros de título mais popularizado; nele, punha-se a destrinchar a atividade do gênio, cuja aparência não tinha, ao seu sentir, nada de “essencialmente distinta da atividade do inventor mecânico, do sábio em astronomia ou história, do mestre na tática militar”; e, após comparar-lhe a ação à industriiosidade de todo hábil artesão, concluía de modo pouco cerimonioso: “toda atividade do homem é assombrosamente complexa, não só a do gênio: mas nenhuma é um “milagre”. Recorde-se, a propósito, a repetição tautológica com que *abbé* Galiani descreve o gênio de Mozart — então adolescente — a Madame d’Epinay, em carta de 1769: “Creio haver-lhe contado que o jovem Mozart está aqui; e que ele está menos milagroso agora, embora continue a ser o mesmo milagre. Mas, por outro lado, ele jamais será nada além de um milagre, e isso é tudo.” (SOLMAN, 1991, p. 34).

Ainda em *Humano, demasiado humano*, é devido à superestimação de si mesmo, fica a par o leitor, que se cultua o gênio, que alguém se maravilha diante de uma obra de arte; equiparar o artista à divindade é um artifício do egotista: significa furtar-se *justificadamente* a um duelo desigual. “É assim que nossa vaidade”, avalia Nietzsche, “favorece o culto ao gênio: pois só quando é pensado como algo distante de nós, como um *miraculum*, o gênio não fere.” Não há por que disputar. Essa devoção, algo oportuna, quase sempre acompanhada do perigo de ver prolongada a crença na origem sobre-humana de alguns raros espíritos exemplares e em suas faculdades ditas excepcionais, advém da assim chamada “infantilidade da razão” (2005 [1878], p. 115 e 117). Tem sabor nietzschiano, portanto, certo *insight* de Bourdieu, que

¹ “Como em tantas outras ocasiões, Freud utiliza um fato então atual para ilustrar suas ideias — aqui, a recuperação pelos holandeses de uma parte do mar, com a finalidade de transformá-la em terra cultivável.” (MEZAN, 2013, p. 50).

se serve, para tanto, de uma célebre preleção de Freud:² com frequência, opõe-se resistência à análise sociológica não em razão do imanente estado *inefável* da obra de arte — cuja *essentia* incognoscível reclamaria salvaguarda por todos os meios, *ad maiorem artis gloriam*, como se lema fosse de uma congregação religiosa com ares de fanatismo —, nem do acesso *privilegiado* às experiências e enleios por ela proporcionados, mas em virtude da ferida narcísica que a sociologia decerto provoca tanto nos “criadores”, como naqueles “que pretendem identificar-se com eles por uma leitura “criativa” (1996a, p. 13).

Freud era de temperamento diverso, no entanto. Fez-se mais comedido, mais parcimonioso, ante as resistências da comunidade científica da Viena de sua época às ideias extravagantes de um “médico judeu”. Bourdieu reconhecia circunstâncias em que a figura do sociólogo era vislumbrada por alguns, devido a certas práticas não bem refletidas, como “uma espécie de inquisidor terrorista disponível para toda e qualquer ação de policiamento simbólico” (2001a [1982], p. 5). Sempre pugnando pelo estabelecimento definitivo da psicanálise enquanto ciência, Freud não se pretendia assim, voluntariamente iconoclasta. Dá-se uma prova. Em carta endereçada a Alfons Paquet, jornalista e escritor alemão, Freud se escusa pela ausência em Frankfurt — “estou muito frágil para empreender uma viagem assim” —, em virtude da cerimônia vindoura do Prêmio Goethe, com o qual fora agraciado,³ antecipando-lhe que far-se-ia representar, nessa ocasião célebre, pela filha Anna, “certamente mais agradável de se ver e ouvir do que eu. Ela deverá ler algumas linhas que tratam da

² Por isso mesmo vale o registro, a despeito de sua grande extensão: “Com essa ênfase dada ao inconsciente na vida psíquica despertamos, todavia, os espíritos mais malignos da crítica contra a psicanálise. Não se admirem nem creiam os senhores que a resistência contra nós se deve à compreensível dificuldade do inconsciente ou à relativa inacessibilidade das experiências que o demonstram. Creio que essa resistência é de origem mais profunda. No decorrer dos tempos, a humanidade teve de tolerar dois grandes insultos a seu ingênuo amor-próprio, por parte da ciência. O primeiro, quando descobriu que nossa Terra não é o centro do universo, e sim uma ínfima partícula de um sistema cósmico cuja grandeza mal se pode imaginar. Essa afronta se liga, para nós, ao nome de Copérnico, embora já a ciência alexandrina tivesse anunciado coisa semelhante. O segundo, quando a pesquisa biológica aniquilou a suposta prerrogativa humana na criação, remetendo a descendência dos homens ao reino animal e apontando o caráter indelével de sua natureza animalesca. Essa reavaliação ocorreu em nossos dias sob a influência de Darwin, Wallace e de seus predecessores, não sem enfrentar a mais veemente oposição de seus contemporâneos. O terceiro e mais sensível insulto, no entanto, a mania de grandeza humana deve sofrer da pesquisa psicológica atual, que busca provar ao Eu que ele não é nem mesmo senhor de sua própria casa, mas tem de satisfazer-se com parcas notícias do que se passa inconscientemente na sua psique. Nós, psicanalistas, não fomos os primeiros nem os únicos a exortar ao autoexame, mas parece que cabe a nós defendê-lo com a máxima insistência e sustentá-lo como material empírico ao alcance de todos. Daí a revolta geral contra a nossa ciência, a ausência de toda e qualquer civilidade acadêmica e o fato da oposição desfazer-se de todos os freios da lógica imparcial [...] (FREUD, 2014 [1918-1919], p. 379-380). Desde então, tornou-se lugar-comum a apresentação hiperbólica dessa ou daquela noção como “quarto insulto” infligido à vaidade humana (cf. MOELLER, 2012, p. X; BOURDIEU, 1996a, p. 13; entre muitos outros).

³ “No mesmo ano [em que Freud recebeu o Prêmio Goethe], um grande crítico literário suíço, Walter Muschg, publicou o ensaio “Freud como Escritor” — a primeira, e ainda hoje a mais bela abordagem do tema. [...] Mas Freud não gostava de se ver elogiado como prosador. Ele temia que a ênfase nesse aspecto fosse uma maneira de não aceitar o teor do que escreveu. Uma das primeiras resenhas da *Interpretação dos Sonhos* qualificava o livro de “conto de fadas científico”. E Freud queria ciência, não literatura...” (SOUZA, 1995, p. 9).

relação entre Goethe e a psicanálise e que defendem os psicanalistas da acusação de ter faltado com o respeito devido ao grande homem [...]” (2010 [1930], p. 357). No discurso lido então por Anna Freud na casa do aniversariante Goethe na cidade de Frankfurt am Maim, seu pai reitera a defesa prenunciada e se diz “preparado para ouvir a objeção de que nós, psicanalistas, desperdiçamos o direito de nos colocar sob a patronagem de Goethe, por lhe ter faltado com o devido respeito ao tentar empregar a análise nele mesmo, ao rebaixar a objeto da pesquisa analítica o grande homem.” (2010 [1930], p. 362). Seria no mínimo curioso que um trabalho que escarnecesse a pessoa de Goethe fosse considerado digno de um tributo à sua memória. E Freud não queria ser confundido, vendo-lhe imputado um tal escárnio. Cheio de ademanos, assevera desde logo que, ao contrário dos pecados frequentemente atribuídos pela gente leiga, a investigação psicológica não se delicia com o encurtamento da distância entre a perfeição e o ordinário, nem goza do impulso *sacrílego* de “macular o radiante e arrastar na lama o sublime”, como parece apetercer perversamente ao Mundo, segundo o verso de Schiller (FREUD, 2013 [1910], p. 114).

Mas havia algo nele, para além de um espírito circunspecto, que o levava a adotar cautelas face a “homens grandes e misteriosos”: reconhecia expressamente os limites das possibilidades de realização da psicanálise nesse campo. A escassez de dados disponíveis à pesquisa, o lidar com instintos e suas transformações, a incapacidade inata de esclarecer “o enigma do maravilhoso dom que constitui o artista” e de “compreender melhor o valor e o efeito de suas obras”, enfim, tudo levava a dissuadir o psicanalista em geral do trato com o exame biográfico, como ele próprio o fizera, a propósito de Leonardo da Vinci.

Se essas minhas explanações despertarem, mesmo entre amigos e conhecedores da psicanálise, a objeção de que eu escrevi apenas um romance psicanalítico, responderei que não superestimo o grau de certeza desses resultados. Assim como outros autores, sucumbi à atração que vem desse homem grande e misterioso, em cuja natureza acreditamos perceber poderosas paixões instituídas [...] Se tal empreendimento não gera resultados seguros, como talvez ocorra no caso de Leonardo, a culpa não está no método inadequado ou defeituoso da psicanálise, mas no caráter incerto e fragmentário do material que a tradição nos fornece a respeito da pessoa. Portanto, o fracasso deve ser imputado somente ao autor, que obrigou a psicanálise a dar um parecer baseando-se em material insuficiente.

Mas, mesmo dispondo de farto material histórico e lidando seguramente com os mecanismos psíquicos, em dois pontos significativos uma investigação psicanalítica não seria capaz de esclarecer por que o indivíduo desenvolveu-se necessariamente de uma forma e não de outra. (FREUD, 2013 [1910], p. 215-216)

E, de resto, Bourdieu parece também animado pelo espírito da revolução antinarcisista *iniciada* por Nicolau Copérnico, o primeiro a injuriar, em nome da ciência — se se desconsiderar as previsões dos egípcios de Alexandria nesse sentido, ressalvadas por Freud naquela primeira ocasião conferencial —, a longamente cultivada altivez do gênero humano.

Também aqui pode ser de valia a crítica ulterior de Nietzsche aos triunfos do progresso científico e suas intrínsecas implicações rebaixadoras no aspecto sublime que o homem outrora fazia de si, traduzidas à perfeição no deslumbramento de um Immanuel Kant nas páginas conclusivas da *Crítica da Razão Prática*.⁴

Precisamente a autodiminuição do homem, sua vontade de diminuir-se, não se acha em avanço irresistível desde Copérnico? Oh, a crença em sua dignidade, singularidade, insubstituibilidade na hierarquia dos seres se foi — ele se tornou bicho, animal, sem metáfora, restrição ou reserva, ele, que em sua crença anterior era quase Deus (“filho de Deus”, “homem-Deus”)... Desde Copérnico o homem parece ter caído em um plano inclinado — ele rola, cada vez mais veloz, para longe do centro — para onde? rumo ao nada? ao “lancinante sentimento do seu nada”?... Muito bem! Não seria este o caminho reto — para o velho ideal?... Toda ciência (de modo nenhum apenas a astronomia, sobre cujo humilhante e deprimente efeito Kant fez uma notável confissão, “ela anula minha importância”...), toda ciência, a natural tanto como a inatural — assim chamo a autocrítica do conhecimento —, propõe-se hoje a dissuadir o homem do apreço teve até agora teve por si, como se este fosse tão somente uma extravagante presunção; poder-se-ia dizer que ela encontra seu orgulho, sua áspera forma de ataraxia estóica, em manter no homem esse autodesprezo pensosamente conquistado, como seu último e melhor título ao apreço [...] (NIETZSCHE, 1998 [1887] p. 142-143, itálico no original).⁵

⁴ “Duas coisas enchem o ânimo de admiração e veneração, sempre novas e crescentes, quanto mais frequentemente e com maior assiduidade delas se ocupa a reflexão: *o céu estrelado sobre mim e a lei moral em mim*. [...] O primeiro espetáculo, de uma inumerável multidão de mundos, aniquila, por assim dizer, a minha importância como *criatura animal* que deve restituir ao planeta (um simples ponto no universo) a matéria de que era feita, depois de, por um breve tempo (não se sabe como), ter sido provida de força vital.” (KANT, 2008 [1788], p. 183, itálico no original).

⁵ Nietzsche, aqui em seu penúltimo ano de atividade intelectual, tornava a tomar a ciência como problema — considerava a epistemologia uma ciência “desnaturada”, sem consideração pela *família* —, assumindo mais uma vez o partido da arte (ou, melhor dizendo, de uma arte segundo a sua doutrina), assim como o fizera no primeiro livro da juventude, *O Nascimento da Tragédia* (1872); sem comprometer, no entanto, a sua ideia, amadurecida nesse entremeio, acerca da teleologia da ciência da arte: a firme oposição à ilusão quanto à *perfeição* do artista e da obra de arte em si — “efeito de um sentimento mitológico arcaico” —, bem como o apontamento das “falsas conclusões e maus costumes do intelecto, que o fazem cair nas malhas do artista.” (2005 [1886], p. 107). Em *Genealogia da Moral*, de onde se extraiu a citação acima, o filósofo alemão não participa em momento algum de uma concepção da figura dos artistas como um tipo de *freischwebende Intelligenz* [inteligência desprovida de ligações], no sentido de Mannheim; feito grupo social cuja situação privilegiada — porque supostamente desvinculada — favoreceria a si mesmo com o conhecimento adequado, coeso e objetivo da realidade: “[...] eles estão longe de se colocar independentemente no mundo, e *contra* o mundo, para que as suas avaliações, e a mudança delas, mereçam *em si* interesse! Eles sempre foram os criados de quarto de uma religião, uma filosofia, uma moral; sem contar que, infelizmente, não raro foram dóceis cortesãos de seus seguidores e patronos, e sagazes bajuladores de poderes antigos, ou poderes novos e ascendentes. Ao menos necessitam sempre de uma proteção, um amparo, uma autoridade estabelecida: os artistas não se sustentam por sós, estar só vai de encontro a seus instintos mais profundos. [...] (Ainda não considerando se na *nova* Alemanha poderia ter havido um artista sem o leite do modo de pensar devoto, devoto do Reich.)” E é pouco mais adiante que Nietzsche oferece, ao ilustrar um caso singular — o de determinado músico alemão, outrora seu amigo íntimo —, uma explicação para a extraordinária elevação da música — que porta, não por acaso, o nome mesmo das entidades helênicas que patrocinam as criações do espírito —, na Europa dos anos 1870, a partir de um artifício filosófico aparentemente colhido na posição de Schopenhauer diante da arte, o qual veria a música como que “separada de todas as demais artes, a arte independente em si, *não*, como as outras, oferecendo imagens da fenomenalidade, mas falando a linguagem da vontade mesma, diretamente do “abismo”, como sua revelação, mais própria, mais primordial, mais imediata.” Foi assim que, para Nietzsche, ao operar uma mudança teórica em sua crença estética inicial e posterior, o maestro Richard Wagner logrou tornar-se “um oráculo, um sacerdote, mais que um sacerdote, uma espécie de porta-voz do “em-si” das coisas, um telefone do além — já não falava apenas música, esse ventríloquo de Deus — falava metafísica [...]” (1998 [1887], p. 92-93, itálico no original).

Herdeiro da cosmovisão conforme a qual parece naturalmente possível ao cientista conhecer a realidade com total objetividade, Bourdieu não dissimula, fiel a esse pressuposto, a perplexidade causada pelo postulado da hermenêutica gadameriana — a qual, aliás, tinha Nietzsche por influência — de que a obra de arte representaria “um desafio lançado à nossa compreensão, porque *escapa indefinidamente a toda explicação* e opõe uma *resistência sempre insuperável* a quem pretender traduzi-la na identidade da conceito” (1996a, p. 12, itálico no original). Não é senão este o momento em que se torna mais aparente a linhagem de Bourdieu como pertencente à tradição das ciências clássicas; talvez se devesse chamá-lo, por isso, e de maneira mais acertada, de autor clássico na contemporaneidade, ao invés de “contemporâneo clássico”, à guisa de Bortoluci e outros tantos (2015). Em que pese à renovação ou à revolução mesma de conceitos sociológicos e filosóficos fundamentais, está-se aqui diante não de meras opiniões individuais conflitantes sobre a capacidade de se apreender devidamente o real, mas, antes, em face de epistemes heterogêneas: realista e anti-realista, determinista e antideterminista etc. Se permitida a comparação — nada insólita, todavia —, Bourdieu e Gadamer estão para as ciências humanas, assim como Einstein e Niels Bohr, respectivamente, para a física. Bohr, consciente quanto à aporética intrínseca à medição e observação de certas grandezas (energia, velocidade etc.), buscava erigir um modelo teórico relativo à mecânica quântica capaz de contemplar em si mesmo as próprias limitações inerentes ao ato de conhecer e as incertezas dele decorrentes. Para Einstein, isso era inaceitável.⁶ A constituição sociológica de Bourdieu, pode-se adivinhar, também não está de acordo com essa premissa; em contraposição a ela, invoca, n’*As regras da arte*, certa recomendações de Goethe, “muito kantianas” ao seu ver, que seria da seguinte opinião: “convém ao homem supor que há algo de incognoscível, mas ele não deve colocar limite à sua busca.” Mas, a bem da verdade, não há nada “mais kantiano” aí do que o próprio desejo de Bourdieu de que tal máxima pudesse estar inscrita no frontispício de “todos os especialistas das ciências naturais e das ciências sociais” (1996a, p. 13), como espécie de variante da primeira fórmula do imperativo categórico, benfazeja se tornada unânime. O que Bourdieu não revelou, e o leitor pouco investigativo talvez não saberá, é que no próprio livro — melhor

⁶ Contra o princípio da incerteza de Heisenberg, ficou famosa a frase de Einstein em carta a Max Born, datada de 4 de dezembro de 1926: “De qualquer forma, estou convencido de que Ele [o Velho Sábio] não joga dados com o universo”. Ao que foi retrucado, “corretamente”, segundo Žižek (cf. 2008, p. 460), por Niels Bohr: “Pare de dizer a Deus o que fazer com seus dados.” Por óbvio, e em que pese às comprovações experimentais da teoria quântica dos campos, este estudo não pode destinar espaço, mínimo que seja, para o inquirir acerca do quão revolucionárias ou regressistas seriam, sob a perspectiva do progresso epistemológico, as premissas da “interpretação de Copenhague”, enquanto aventada ruptura com a *Anschauung* da física clássica ou, antes, como um possível retorno ao paradigma filosófico (especialmente kantiano, mas também pirroniano etc.) de estabelecimento de limites ao uso possível da razão, devido à *metafisicização* dos fenômenos atômicos.

dizendo: na página mesma — de onde colhera aquele juízo se encontra um outro brocardo de Goethe, de tom algo bem “mais kantiano”, por assim dizer: “*According [to him], the greatest happiness of the thinker is to have inquired into what can be known and to revere in silence what cannot be known.*”⁷

Não se pretende, todavia, com essa desconfiança nutrida em face de eventuais descaminhos e défices da ciência, solapar a *auctoridade* de Bourdieu em assuntos de cognoscência⁸ — como se fosse sequer possível que ela assim descambasse, tão somente a partir de um processo dialético natural, necessariamente agonístico, em que as *auctoridades* de outros autores são convidadas a entrar com frequência em disputas, quaisquer que sejam elas em tais temáticas, a de Nietzsche, Gadamer, Lyotard, Morin, Quéré... não importa qual, pois essa postura de espírito nada circumspecta não se lhes faz senão injustiça: equivale a entendê-los eles próprios como seres superiores aos quais competiria *autoridade* propriamente dita. Nem tampouco se quer uma censura da sociologia às custas da filosofia ou da arte, tanto mais porque se desprovidas, enfim, de interesses em comum, como há de ser discutido mais adiante, então a aprovação de Bourdieu da tentativa de arrancar “ao santuário da história e do academicismo textos e autores fetichizados para os recolocar em liberdade” (1996, p. 14) não resguardaria afinidade com os desígnios de Kant, em sua *Crítica da Razão da Pura*, “com todo o seu aparato tecnológico”, de não apresentar a filosofia em público mais uma vez “revestida de trajes acadêmicos, cultivada em viveiros protetores contra os perigos da reflexão”, antes visando, “declaradamente”, nas palavras de Rubens Rodrigues Torres Filho (1998), “libertar os objetos da metafísica do ‘monopólio das Escolas’”? Já no que concerne a esse ponto, Bourdieu, ao ver-se heurísticamente aproximado de conceitos caros a Platão, Espinosa e Wittgenstein, talvez pudesse consentir (cf. 1996a, p. 14-15). Ora, a favor da sociologia e a

⁷ Aqui, como se vê, na edição inglesa (CASSIRER, 1970, p. 80). Bourdieu manuseava, por sua vez, a edição francesa (cf. 1996, p. 379). Vide ainda GOETHE, 1907, p. 250 (aforismo n° 1207): “*Das schönste Glück des denkenden Menschen ist, das Erforschliche erforscht zu haben und das Unerforschliche ruhig zu verehren.*”

⁸ Em se tratando de nacional-socialismo, por exemplo, mesmo autores do porte de Arendt, Neumann, Hilberg, etc. explicam pouco, assim como todos os outros, antes ou depois deles, mais ou menos brilhantes, de posse de sofisticadas teorias. Ou desprovidos delas. O nazismo talvez permanecerá, pelo menos em parte, uma incógnita e um enigma duradouros. Descontado o aspecto emotivo dito não-dedutível ou indemonstrável, reduzido a um único evento (um simples olhar), no capítulo *Esame di Chimica* do clássico *Se questo è un uomo* (1943-1945), o escritor italiano Primo Levi, ele próprio um sobrevivente de Auschwitz, químico de profissão, relembra o fatídico dia em que teve de apresentar-se a um certo Dr. Pannwitz, encarregado do laboratório para o qual fora designado naquele campo de extermínio. Ao adentrar a sala, encontra o futuro chefe tomando notas, de cabeça baixa. Ao fim da escrita, Dr. Pannwitz ergueu os olhos azuis, e ambos finalmente se entreolham. “Aquele olhar”, Levi recorda em seu livro-diário, “aquele olhar não se cruzou como por entre dois homens [...] foi trocado como através de uma parede vítrea de aquário, entre seres que habitam ambientes discrepantes. Se eu pudesse explicar a fundo a natureza daquele olhar, explicaria eu também a grande loucura que foi a Alemanha do III Reich.” (1989, p. 111).

propósito do perene dilema filosófico acerca do engajamento do artista e da arte em si, rememore-se a seguinte história contada por um maestro ítalo-brasileiro:

Verdi, quando escreveu o coro de Os Lombardos na primeira Cruzada, quis apenas criar uma expressiva e bem construída página coral. Todavia, quando a ópera foi repetida no Teatro alla Scala, em 1848, este coro soou como o hino da revolução de Milão. Os milaneses reconheceram na paixão daquele canto a paixão patriótica da nação; sentiram que a luta medieval dos lombardos era a luta eterna do oprimido contra o opressor; e foram, diretamente, do teatro às barricadas, cantando com Verdi O Signor che dal tetto natio ci chiamasti con santa promessa. Evidentemente, o espírito de Verdi estava tão profundamente consubstanciado daqueles ideais de liberdade e de pátria, que a sua mensagem artística os veiculava intuitivamente e os comunicava através dos misteriosos canais que ligam os grandes criadores à sensibilidade das massas. (MAGNANI, 1989, p. 22, *itálico no original*)

Essa *manobra*, que um filósofo idealista ficaria inclinado a simplesmente entrever como mais um episódio astucioso da Razão [*List der Vernunft*] — a “necessidade histórica” da revolução milanesa a realizar-se por intermédio da manipulação das paixões da plateia comovida, salvaguardando, assim, a incolumidade da “ideia absoluta”, que é o “universal”... —, a sociologia reflexiva preferira percorrer, por sua vez, aqueles “misteriosos canais” de comunicação interlocutória supostamente instantânea, por meio de uma análise científica das condições sociais da produção e recepção da obra de arte, em prol das relações que tornem inteligível a singularidade criativa, para redescobri-la ao cabo do trabalho de “reconstrução do espaço no qual o autor encontra-se englobado e incluso” como um ponto no espaço artístico, consubstanciando a uma só feita um ponto a partir do qual se forma um ponto de vista singular sobre esse mesmo espaço. Proceder assim é, para Bourdieu pelo menos, “estar em condição de compreender e de sentir, pela identificação mental com uma posição construída, a singularidade dessa posição e daquele que a ocupa, e o esforço extraordinário” necessário para engendrará-la (1996a, p. 14-15).

Em todo caso, se com o efeito demolidor das ciências na fachada que esconde o *segredo* e põe a nu o âmago das coisas e o funcionamento dos gonzos do mundo, há, por um lado, ganho evidente no esforço de desfazimento paulatino de superstições duradouras — como o é a noção de “gênio artístico”, por exemplo —, oriundas de uma época antiga na qual a adoração do sobrenatural conheceu o apogeu, alheia que era a toda causalidade e sentido naturais, corre-se, por outro, o perigo de não atentar para o benefício histórico que credices de uma tal estirpe acabaram por trazer, inadvertidamente, para além das fronteiras das ciências.

Enquanto o milagre no campo do conhecimento ainda tiver crentes, talvez se possa admitir que daí resulta alguma vantagem para os crentes, na medida em que estes, por sua subordinação incondicional aos grandes espíritos, proporcionaram a seu

próprio espírito, durante o desenvolvimento, a melhor escola e disciplina. [Mas] para os grande espíritos é provavelmente mais útil que eles se dêem conta de sua força e da origem desta, que aprendam as qualidades puramente humanas que neles confluíram, as felizes circunstâncias que ali se juntaram: energia incessante, dedicação resoluto a certos fins, grande coragem pessoal; e também a fortuna de uma educação que logo ofereceu os melhores mestres, modelos e métodos. É claro que, se têm por objetivo provocar o maior *efeito* possível, a falta de clareza sobre si mesmos e aquela semiloucura extra sempre ajudaram muito; pois em todos os tempos o que se admirou e se invejou neles foi justamente a força mediante a qual anulam a vontade dos homens e os arrastam à ilusão de que à sua frente estão líderes sobrenaturais. Sim, acreditar que alguém possui poderes sobrenaturais é algo que eleva e entusiasma os homens: neste sentido a loucura, como diz Platão, trouxe as maiores bênçãos para os homens. (NIETZSCHE, 2005 [1886], p. 107, itálico no original)

Uma outra vertente epistemológica a que a pergunta primeira — “é possível a sociologia de um livro clássico?” — pode dar ensejo consiste na opinião algo insulada de que uma tal sociologia, assim exibida, teria muito possivelmente renunciado ao estatuto científico da própria disciplina, usurpando de forma heteróclita os paradigmas da história e até da crítica literária, confundindo-se com ambas, não sendo nenhuma delas afinal. Opinião que porventura entremostra o ainda malsucedido estabelecimento da pesquisa interdisciplinar, ainda por se efetivar em certos ambientes, ou à resistência mesma à sua afirmação por parte de tradicionalistas ou metodistas cada vez mais ciosos de sua técnica e da exclusividade de seu ofício. Havia quem entendesse, firme nessa pressuposição, que o interesse de uma ciência pouco tem a ver com o de outra, e que uma inicia onde a outra encerra, na medida em que os conceitos por elas trabalhados se distinguem se não em número, diferem “em grau” de todo modo.

Recorrendo a um episódio ilustre, poder-se-ia dizer que há sociologia das revoluções e que há história da Revolução Francesa, mas que uma sociologia da Revolução Francesa será apenas um inócuo *mélange des genres*. Por outro lado, uma história das revoluções seria apenas a enciclopédia que reunisse as narrativas de cada um destes inumeráveis episódios (o velho livro de Crane Brinton, *Anatomy of revolution*, situa-se na realidade, entre o espaço que separa uma sociologia das revoluções de uma história das revoluções, ao limitar-se a um exame comparativo das revoluções americana, francesa e russa, com o que acaba não sendo nem uma coisa nem outra).

Da mesma maneira, poder-se-ia dizer que há ou pode haver, de um lado, sociologia dos processos colonizadores (englobando, por exemplo, não só os processos de colonização modernos mas também os da Antigüidade clássica e até o de outras civilizações), e de outro, história da colonização portuguesa no Brasil, mas não sociologia da formação brasileira. [...] Uma sociologia da formação ou das formações regionais brasileiras não passará, no melhor dos casos, como a *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Júnior, de uma aplicação hábil de uma teoria sociológica à realidade brasileira, a qual esclarecerá aspectos relevantes do nosso passado, mas ignorará ou não compreenderá outros; ou de um impressionismo sociológico de leitura amena, como *Voz de Minas*, de Alceu Amoroso Lima, ou como *Nordeste*, de Gilberto Freyre; ou na pior das hipóteses, de lugares-comuns ou generalidades de conteúdo ideológico. (MELLO, 2006 [1995], p. 271-272, itálico no original).

Logo, se exato o corte epistemológico acima empreendido, como evitar incorrer no risco de que o presente estudo configure apenas a aplicação hábil mas insuficiente de uma teoria sociológica às vicissitudes de um livro clássico brasileiro em especial? Ou de que se converta numa leitura impressionista, despreocupada com os preceitos e rigores científicos, pouco instrutiva, porém cômoda, agradável, um belo e fugaz entretenimento?

A presente introdução encontra fôlego para discutir ainda argumentos de Lukács, Antonio Candido e de Norbert Elias, sobretudo no que tange aos esforços historicamente enfeixados em direção à diferenciação entre a sociologia da literatura e a crítica literária, além das demais disciplinas cujo objeto repousa na literatura em geral. Em todo caso, pode-se antecipar, um tanto pragmaticamente, que a razão de ser deste trabalho não advém de uma tentativa de explicação de um livro, nem jaz em um longo exercício de recensão, de estabelecimento de seu sentido — mais um entre os muitos significados dele extraídos a esmo ou laboriosamente nas últimas décadas. Em relação a *Raízes do Brasil*, não comparecerá propositalmente no texto, por exemplo, o vocábulo “cordialidade”, daqueles termos que, à guisa de “ideia” em Platão, “espírito” em Hegel ou “vontade” em Schopenhauer, provocam amiúde no leitor ou no crítico a ilusão de que o seu pleno entendimento, em um esforço que abrangeria o alcance de todas as suas conotações possíveis, “seria uma chave para a compreensão de todo o sistema”, na opinião de Northrop Frye (1973, p. 327). Sendo o primeiro trabalho de fôlego sociológico do autor, à exceção de artigos e tarefas de menor porte ou importância, publicados ou apenas apresentados ao sociólogos responsáveis pelas disciplinas a que se submeteu no âmbito do Programa, deu-se preferência a uma abordagem *exclusivamente* sociológica — supondo que isto seja sequer possível ou desejável (cf. BOTELHO e HOELZ, 2016, p. 263-264) —, a fim de que o emprego heteróclito de métodos não fosse eventualmente confundido com um domínio sofrível do ofício do sociólogo; ou tachado então com a pecha de “ecclético” (hoje um pejorativo entre cientistas), com o que o autor, dando azo ao Evaldo Cabral de Mello de pouco acima, poria inadvertidamente em xeque as aptidões pedagógicas dos docentes de que nesse ínterim se valeu ou mesmo a própria missão especializada do Programa em si, sendo ela ainda, regimentalmente, a formação de pesquisadores de alto nível, aptos a analisar a sociedade — não só a contemporânea — e de refletir de modo crítico, com instrumental teórico-metodológico da Sociologia e das Ciências Sociais (grafadas sempre assim, maiúsculas), com vistas ao aumento e à qualidade da produção científica na área de Sociologia, bem como à constituição de profissionais da Sociologia. E, de resto, o autor não concebe sua ciência como uma península afastada, livre de cercanias, na qual se pode, a contento, viver isolado e

unicamente dela tirar seu sustento. A depender do objeto com o qual há de se bater, toda ciência pode e deve se valer de uma ajudante de ordens, outra ciência que, tão nobre quanto, funcione, quando menos naquele instante, como sua auxiliar. A sociologia se serviu o mais das vezes da história; a história, por sua vez, tal como a produzia mais recentemente Peter Gay e Ladurie, da psicanálise freudiana e da estatística econômico-demográfica, respectivamente. Os exemplos são os mais variegados. Logo, a sociologia da literatura não poderia se abster dos cuidados e subsídios da crítica literária, filologia ou semiótica, quando fosse o caso.

O objetivo deste trabalho é compreender a gênese de um clássico da literatura nacional, nomeadamente *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, dando então início à portentosa Coleção Documentos Brasileiros da Editora José Olympio. — Compreender não a sua origem propriamente dita, mas a sua ulterior *transubstanciação*, por assim dizer. Em nome da ciência, a justificativa reside, por sua vez, no ganho de um maior discernimento acerca do processo de sacração literária no seio da complexa relação entre a literatura e a sociedade. Pessoalmente, o trabalho surge de uma profunda e há muito nutrida admiração intelectual Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda, hoje tão menos conhecidos quanto incensados.

O capítulo primeiro se circunscreve ao âmbito de uma atual tendência e esforço acadêmicos de ocupação com o desenvolvimento de intelectuais e artistas em sua juventude, a fim de melhor conceber ou rever o desenvolvimento de uma ideia ou momento históricos, bem como daqueles próprios. A título de ilustração, a associação entre as tradicionalíssimas Harvard University Press e De Gruyter tem por resultado o lançamento ou relançamento de títulos universitários premiados, especialmente voltados àquela temática, como por exemplo, *The Boatman: Henry David Thoreau's River Years* (2019), *Inventing Edward Lear* (2018), *Oscar Wilde: Unrepentant Years* (2017), *Milton and the Making of Paradise Lost* (2017), *Browning's Youth* (2016 [1977]), *Thomas Hardy: Half a Londoner* (2016), *Becoming Dickens: The Invention of a Novelist* (2011), entre muitos outros. Fora desse circuito editorial, mas de mesma repercussão e espírito, pode-se citar ainda *Renaissance Self-Fashioning: from More to Shakespeare* (2005 [1983]) e *Making of Rubens* (1996), dos historiadores da arte Stephen Greenblatt e Svetlana Alpers, respectivamente. Cá no Brasil, a Boitempo lançou recentemente livros até então inéditos em língua portuguesa também nesse sentido: *O Jovem Hegel: problemas da sociedade capitalista* (2018), de autoria de Lukács, e os *Escritos ficcionais* (2018) do jovem Karl. Este, bem antes de se tornar o conhecido Marx, não vindo

jamais a cuidar de tipos — a não ser para achincalhá-los...⁹ —, mas de relações propriamente ditas, far-se-á, nada obstante, a seguinte pergunta retórica, em cujo cerne resta um problema assumido bem mais tarde, quase que exclusivamente, por uma já especializada sociologia e história da cultura:

Será preciso grande inteligência para compreender que, ao mudarem as relações de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções e conceitos; numa palavra, muda a sua consciência? Que demonstra a história das idéias senão que a produção intelectual se transforma com a produção material? (MARX e ENGELS, 1998 [1848], p. 56-57).

O método empregado nesse capítulo, tal como anunciou Natalie Heinich em seu livro antropológico voltado à admiração em torno “glória” de van Gogh (1997, p. 6), se não toma de empréstimo, a certa altura, menos da sociologia — a qual não se dá por satisfeita com o estudo do livro por si só, quando não diacronicamente — e da crítica literária — cujo contentamento, por sua vez, pode se saciar com o escrutínio da obra em si ou até se estender a mais de uma obra do autor em questão —, ele se serve da história porventura em maior medida, ao se levar em consideração ali dois objetivos típicos da especialidade do ofício do historiador, a saber: acompanhar a trama [*follow the plot*] e esclarecer. O que se depara no esforço sucinto de reconstituição genealógica e trajetorial de Sérgio Buarque de Holanda.

O capítulo segundo se desenvolve, por sua vez, em torno da noção — ou ideologia — ilusória dos livros definitivos, que paradoxalmente subsiste às expensas do fato costumeiro de que quase todo escritor calhe de revisar os seus. Tão logo se torne livro, o texto parece se elevar ao estatuto do *conatus* espinosano; postulado em si mesmo como o real, ele conquista uma autenticidade e uma inteireza que, via de regra, nem os críticos, tampouco os leitores se dão ao luxo de contestar — em resumo: dispensado de uma dialética diacrônica e *etiológica*.

No capítulo terceiro, discorre-se eminentemente sobre o papel do crítico Antonio Candido de Mello e Souza (1918-2017) para a afirmação de *Raízes do Brasil* no cenário das ideias brasileiras, bem como à sua sagração como clássico entre as “formas gigantes” da literatura nacional — *Giant forms to the Public*, na expressão poética de William Blake.

Por último, chega-se a um breve compêndio do trabalho, sobretudo no que tange às considerações acerca dos resultados nele alcançados, bem como de suas contribuições

⁹ Seus comentários desrespeitosos, dirigidos no decorrer de sua vida a um sem-número de amigos e desafetos, são largamente suscitados e repercutidos por seus adversários. Edmund Wilson noticia que Engels deu muito de si, a certa altura, por imitar as “estimativas desdenhosas” típicas da língua e da pena de Marx: todo mundo no movimento revolucionário, quer fosse um oponente ou mesmo um camarada, era, aos olhos de ambos, um “Hund”, a “Wanz”, a “Tölpel”, a “Rüpel”, a “Hanswurst”, a “Schafskopf”, a “Schlingel” or a “Vieh”, and as the years go on, the word *Esel* seems almost to become synonymous with human being.” (WILSON, 2003, p. 173).

específicas para a sociologia da literatura, no âmbito maior da produção bibliográfica crescente em torno de tal disciplina.

2 A JEUNESSE DORÉE DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Se se tomar a sério a seguinte declaração de Sérgio da Mata: corriqueiramente, “a biografia de um livro está umbilicalmente ligada à de seu autor” e que tal proposição seria decerto válida para *Raízes do Brasil* (2016, p. 64), então também a vida de Sérgio Buarque de Holanda, às expensas da obra em si, deve necessariamente ser cá levada em consideração, em se tratando de um estudo sociológico sobre as vicissitudes de seu primeiro livro? Na linha nietzschiana, “ficar vasculhando a biografia à busca de uma etiqueta que se pudesse pregar sobre a obra toda, é um método indigno.” (TÜRCKE, 1993, p. 11). E o é de fato, se a análise se dá por contente apenas com o emprego de um único método — máxime desse método —, por força de uma inclinação ao agir conforme o princípio do menor esforço. Por sua vez, a análise literária proposta por Pierre Bourdieu reclama do *lector* (o que pressupõe, dado o étimo latino, não o leitor comum) não o seu aristocratismo típico, que o obriga a uma cultura puramente livresca, mas antes um formidável empenho e arregaçar de mangas.

A teoria do campo realmente faz com que se recuse tanto o estabelecimento de uma relação direta entre a biografia individual e a obra (ou entre a “classe social” de origem e a obra) como a análise interna de uma obra em particular ou mesmo a análise intertextual, isto é, o relacionamento de um conjunto de obras. Porque é preciso fazer tudo isso ao mesmo tempo. [...] Ele [o método de análise proposto pela teoria do campo] exige que se faça tudo o que é feito pelos adeptos de cada um dos métodos conhecidos (leitura interna, análise biográfica, etc.), em geral na escala de um só autor, e tudo o que é necessário fazer para realmente construir o campo das obras e o campo dos produtores, bem como o sistema das relações que se estabelecem entre esses dois conjuntos de relações. (BOURDIEU, 2004, p. 177-179)

Daí, segundo o método bourdieusiano — para o qual “todas as oposições que costumam ser feitas entre o interno e o externo, entre a hermenêutica e a sociologia, entre o texto e o contexto são totalmente fictícias” (2004, p. 178) —, não haver, ou melhor, não fazer sentido a dicotomia da qual não parece escapar a leitura do texto literário, enquanto exercício intelectual de *escolha*, cujo sentido jaz na raiz latina da palavra [*lectura*]: ou se opta pela leitura do texto dobrado sobre si, ou deste no contexto de suas relações sociais e circunstâncias históricas, enquanto as leituras mais equilibradas se esforcem, nada obstante, por melhor conjugar ambas as alternativas (cf. CARVALHO, 2008; PERRONE-MOISÉS, 1998, p. 10). Em suma, dada a natureza essencialmente diacrítica da produção literária, urge a apreensão estrutural do autor e a leitura do campo, para além do mero escrutínio do livro, em sua suposta condição de objeto estético autorreferente — até mesmo *monádico*, conforme a acepção da filosofia leibniziana —, na concepção dos expoentes e epígonos do *New Criticism*, por exemplo (cf. BOURDIEU, 1996b, p. 221). E, de resto, seria um exagero e um fechar de

olhos à história o atribuir a Bourdieu a paternidade da crítica sociológica da literatura, cujos estudos remontam mesmo ao fim do século XVIII e desde então se mantêm mais ou menos próximos das realidades socioculturais em que engendrados os objetos de sua atenção. O próprio título do célebre ensaio de Mme. de Stäel permite vislumbrar a perspectiva segundo a qual se tomava a produção literária de então: *De la littérature dans ses rapports avec les institutions sociales* (1800). Obra e entorno tinham já um liame que não passou despercebido à ambiência europeia oitocentista. Um liame indissociável, fisiológico inclusive, visceral. Pertencente à geração seguinte a daquela romancista genebrina, o francês Sainte-Beuve tinha por método crítico o buscar “na biografia do homem, na história da sua família, em todas as suas particularidades, a inteligência de sua obra e a natureza de seu talento”, nas palavras de Marcel Proust (1988, p. 49), em escrito dedicado a demonstrar, nada obstante, em que esse seu conterrâneo teria pecado como escritor e também como crítico. Não à toa vislumbrado como um dos epígonos do historicismo literário, Hipolyte Taine se opôs à procedura analítica de Sainte-Beuve, seu contemporâneo, lançando mão, por sua vez, de asserções causais à compreensão do fenômeno literário a partir da consideração de uma tríade de fatores não meramente centrados no indivíduo, quais sejam, a raça, o meio e o momento histórico. Em que pese ao ganho didático advindo da anteposição de alguns prolegômenos de cunho epistemológico, à vista do exposto acima, não é aqui o lugar mais apropriado para se discorrer acerca do determinismo de seus métodos, eminentemente nomológicos, em especial no positivismo preconizado por Taine.

Bem delineada, a questão sociológica a ser investigada doravante envolve, portanto, a feitura, ainda que breve, de uma biografia intelectual dos anos de formação — *Lehrjahre, coming of age etc.* — de Sérgio Buarque de Holanda.¹⁰

Contraposto ao extraordinário interesse que suscitou entre os corações vitorianos dos homens e mulheres da Europa oitocentista (cf. GAY, 1999, p. 119-167), o termo “biografia” passou a constituir, ao longo do século passado e, em especial, nos últimos anos, noção de que certas correntes da sociologia de jaez francês ou francófilo parecem se ressentir ou ter receio, como se naturalmente insuscetível de preocupação ou atividade sociológica; o que talvez entremostre a conservação do apego herdado ao zelo da sociologia fundacional no sentido de definir como propósito de sua ciência não o estudo dos indivíduos, muito menos tomados isoladamente — um luxo infundado e até pouco relegado ao cuidado de disciplinas ditas psicologizantes, encaradas como alheias à concretude dos fatos sociais —, mas, antes,

¹⁰ Sérgio Buarque mesmo preferia o termo *Wanderjahre* — “anos de perambulação” — para designar o seu período de vivência no estrangeiro (1979, p. 29).

das instituições e grupos sociais mesmos, “as causas de que dependem, as funções que desempenham, as leis de suas evolução” (DURKHEIM, 1983, p. 77).

Desde a crítica ao “ídolo do individual” de uma recém-fundada ciência sociológica [François Simiand], bem como em sua reprise, décadas mais tarde, com a desqualificação radical da pertinência cognitiva do gênero sob o estigma da “ilusão biográfica” [Bourdieu], até a tentativa recente de polemização filosófica da narratividade, seja como princípio organizador do sentido de uma vida, seja como condição da conduta ética [Galen Strawson], os ataques dirigidos ao biográfico sempre tiveram por efeito perpetuar tanto uma noção esvaziada e empobrecida da narrativa quanto da dimensão temporal constitutiva da identidade de um indivíduo. (OLIVEIRA, 2017, p. 433)

Há uma expressa preferência atual, entre os adeptos da sociologia reflexiva, pela designação “trajetória”.¹¹ Conquanto nítida aqui sua vontade de distinção, a fim de se evitar confusões de ordem epistêmica (cf. REIS e BARREIRA, 2018, p. 36-67), não se trata, todavia, entre aqueles, de mero zelo morfológico que descambe em discurso artificialmente inflacionado com ares e pretensões de novidade. “Diferentemente das biografias comuns”, nas palavras do próprio Pierre Bourdieu, a trajetória é a descrição de uma “série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor em estados sucessivos do campo literário, tendo ficado claro que é apenas na estrutura de um campo, isto é, repetindo, relacionamente, que se define o sentido dessas posições sucessivas, publicação em tal ou qual revista, ou por tal ou qual editor, participação em tal ou qual grupo etc.” (1996b, p. 71-72). Apenas mais adiante, à guisa de suplemento, Bourdieu denunciaria a “ilusão biográfica”, isto é, a aceitação ambivalente, tanto por parte do sujeito como do objeto biográfico, do postulado do sentido de uma existência teleologicamente orientada e assim narrada, feito uma série unilinear de acontecimentos finalísticos e coerentes (cf. 1996b, p. 74-76; no mesmo sentido, BOURDIEU, 2001b, p. 44-54 e LEVI, 1989, p. 1328).

Em todo caso, o falecido professor Fritz Ringer, contente em reconhecer o aprendizado advindo do trato com a obra desse sociólogo francês, a cujo conceito de “campo intelectual” recorreu em seu último livro, não se sentiu embaraçado a dar-lhe o título *Max Weber: an intellectual biography*.

I am glad to acknowledge what I have learned from Pierre Bourdieu about the threefold hierarchy of “economic”, “social”, and “cultural capital”, and about “symbolic power” more generally. As the reader knows, I have also drawn upon Bourdieu’s concept of the “intellectual field” in the organization of this book. An intellectual field, for Bourdieu, is a network of intellectual positions that have

¹¹ Vestígio do movimento positivista de transposição de termos das ciências naturais (no caso, a cinemática) para as ciências humanas, insinuando-se aí algo do desejo científico de precisão e, porventura, de neutralidade axiológica, o que evocaria também o postulado weberiano da liberdade em relação a juízos de valor [Werturteilsfreiheit].

relational properties, in that they are defined by their relationships to each other and their place in the overall field. There are differences of symbolic power or authority within an intellectual field, in which dominant orthodoxies confront more heterodox positions. The intellectual field as a whole, finally, is rooted in a “cultural preconscious” that is tacitly perpetuated by inherited institutions, practices, and social relations. I briefly restate all this because I have read Weber’s texts in the light of their partly deliberate relationship to the ideology of his orthodox “mandarin” colleagues. With Bourdieu’s help, in other words, I have attempted a Weberian reading of Weber. I have tried to understand Weber in his own time. (RINGER, 2004, p. 251, destaque no original)

A coisa, claro, não se resolve no patamar da mera inscrição em capas de livro. O historiador italiano Giovanni Levi houve por bem conferir o subtítulo “trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII” à sua obra de maior destaque (cf. 2000), muito embora tenha nela virado as costas, um tanto “heroicamente”, segundo o juízo de Jacques Revel, “aos dois modelos de análise que têm prevalecido nas ciências sociais contemporâneas: ao modelo funcionalista e ao modelo estruturalista, para opor-lhes uma análise de tipo estratégico.” Levi não terá sempre escapado, porém, às tentações funcionalistas: “é o caso, em particular, quando as lacunas documentais o forçam a reconstruir hipoteticamente uma dinâmica histórica a partir de resultados constatáveis.” (REVEL, 2000, p. 26 e 37; cf. ainda MICELI, 2003, p. 77-78 e LEVI, 1989, p. 1331). No entanto, a pecha de funcionalismo não parece de todo cabível ao preenchimento de “sérias lacunas e documentos abundantes, com conjecturas brilhantes e correções inspiradas”: a isso Peter Gay chamava “imaginação histórica”,¹² da qual dizia ser ricamente dotado um Theodor Mommsen, conhecido pelos profissionais da história não somente como o único historiador a ganhar o Prêmio Nobel de Literatura — em 1902 —, mas por sua “clareza analítica e vigor narrativo”, “como estudioso meticuloso e inventivo empreendedor acadêmico, que inspirava os mais jovens com seu entusiasmo pelas fontes.” (GAY, 1990, p. 181).

Ora de volta ao conceito de campo, Pallares-Burke também dele se serviu, no sentido que Bourdieu lhe empresta, dado o seu caráter teórico “esclarecedor”, ao buscar traçar a relação entre as principais ideias de Gilberto Freyre e as tendências intelectuais europeias,

¹² A propósito de imaginação histórica, é digna de nota a seguinte história contada por Sérgio, na qual se viu enredado, possivelmente entre os anos de 1946 e 1957, quando esteve à frente do Museu Paulista: “[...] isso me lembra uma história que ouvi do Lewis Hanke, aquele historiador americano de que já falei. Ele dizia que no Brasil havia dois historiadores que sozinhos não eram grande coisa, mas que se fosse possível juntar as qualidades deles numa só pessoa surgiria um bom historiador. Ele se referia ao Gilberto Freyre, que na opinião dele tinha muita imaginação e pouca erudição e ao Afonso de Taunay, que era o contrário: pouca imaginação e muita erudição. Eu assinava na época uma coluna semanal, e escrevi contando essa história, mas sem dar nome aos bois. Ainda assim, acho que o Taunay desconfiou. Ele ia toda quarta-feira ao Museu — desde que eu estava direção tinha uma sala para ele lá —, e então me disse: “Mas que desaforado aquele Hanke! Quem é esse homem que tem muita erudição e pouca imaginação?”. Eu desconversei um pouco, e depois disse que era o Rodolfo Garcia. E o Taunay, satisfeitíssimo, ponderou: “Talvez ele tenha uma certa razão”. Engraçado: ele teve a intuição de que aquilo podia caber a ele.” (HOLANDA, 2004 [1981], p. 13).

ianques e latino-americanas no século XX. Após uma breve explicação acerca do *campo intelectual* em abstrato, só então anunciando o objetivo acadêmico de sua empresa, qual seja, “contribuir”, enquanto estudo sobre os elementos formadores do pensamento do escritor recifense, “para com a descrição do campo intelectual rico, complexo e intelectual em que ele se moveu”, a historiadora cuidará em fornecer, ainda na mesma ocasião, uma definição da locução “biografia intelectual”, não desacompanhada da demonstração dos inconvenientes epistemológicos que um tal trabalho geralmente envolve: ele seria, em sentido estrito, uma análise do “desenvolvimento das principais idéias e interesses do protagonista, observando-se mais a sua jornada do que o destino final, e tentando-se explicar como um dado escritor, artista ou estudioso se tornou a pessoa que a posteridade conhece.” (2005, p. 19; cf. FOURNIER, 2003, p. 8-10).

O mesmo sucedeu, por fim, com Jacques Le Goff — o que reforça a assertiva de Bernard Lahire sobre a teoria dos campos de Bourdieu, embora consciente das limitações de sua aplicação irrestrita: “[*Elle*] est un *acquis scientifique incontournable de la sociologie*” (2006, p. 12) —, como o próprio historiador reconhece na forma de prolegômenos à questão biográfica, constantes na edição inglesa de seu livro dedicado à figura sacrossanta do rei Luís IX de França.

I have tried several times to escape the constraining logic of this “biographical illusion” denounced by Pierre Bourdieu. Saint Louis did not ineluctably proceed toward his destiny as a saintly king in the conditions of the thirteenth century and in following the dominant models of his time. He formed himself and formed his era as much as he was formed by it. This construction was made up of chance and hesitation over different choices. It is vain to try to imagine a biography, or any other historical phenomenon, in any other way than we know that it occurred. We do not write history with too many “ifs.” [...] Giovanni Levi accurately stated that “biography constitutes [...] the ideal place for verifying the interstitial and nevertheless important character of the freedom that agents have at their disposal, and for observing how normative systems function in concrete situations that are never exempt from contradiction.” [...] Another thing that kept me from getting lost in composing a biography of Saint Louis is that I was quickly able to eliminate another false problem. This was the presumed opposition between individual and society, the vacuity of which has already been exposed by Pierre Bourdieu. The individual exists only within a network of diversified social relations, and this diversity also allows him to develop his role. An understanding of society is needed in order to see how an individual figure lives and forms himself within it. (LE GOFF, 2009 [1996], p. XXV-XXVIII)

Tudo ponderado, ao mesmo passo que não se tem aqui a pretensão de utilizar o conceito de *campo intelectual* de tal modo que “os resultados de uma investigação conduzida sobre um pequeno estrato da sociedade [...] composto por indivíduos cultos são tacitamente ampliados até abarcar completamente” uma época, a figura de Sérgio Buarque de Holanda não é particularmente cá destacada para incorrer no risco de se “chegar a extrapolações

indevidas”, como o foi, por exemplo, a tentativa, ensaiada pela primeira geração dos *Annales*, de “identificar as coordenadas mentais de toda uma era” a partir de um único indivíduo — embora considerado excepcional —, conforme a crítica de um reconhecido historiador italiano em face da ancestral história das ideias (GINZBURG, 2006 [1976], p. 24; cf. BOURDIEU, 1996a, p. 233 e LEVI, 1989, p. 1335).

“La biographie constitue donc un thème dont il faut débattre, en s'éloignant peut-être de la tradition des Annales, mais en restant, pourtant, en carrefour des problèmes qui nous semblent aujourd'hui particulièrement importants [...]” (LEVI, 1989, p. 1333)

Mas tal conceito, não se olvide, mesmo ante a resistência de certos programas mais ou menos tradicionalistas, ele pode ser declinado, à vista do todo já exposto, na escala¹³ de pequenos grupos locais, círculos internacionais e, inclusive, de um único “autor importante”, conquanto reposicionado “no espaço das múltiplas relações, permitindo compreender seus projetos e sua situação”, condição essa que por certo obriga o pesquisador à implementação, caso a caso, de “métodos de análise ou de comparação adaptados às especificidades e às fontes” (CHARLE, 2017, p. 85-86).

Uma minuciosa descrição da trajetória e formação de Sérgio Buarque de Holanda seria então sociologicamente possível menos sob o formato de uma trivial narrativa histórica (idiográfica) e mais enquanto modelo investigável de configuração que um intelectual da primeira metade do século XX no Brasil formava, nas palavras de um reconhecido sociólogo alemão, “em sua interdependência com outras figuras sociais da época” (ELIAS, 1995, p. 19); se atenta, sobretudo, às eventuais inflexões — intelectuais, político-ideológicas etc. — de seu traçado, às curvaturas contingentes de seu “destino”.¹⁴

Não se pode negar que há um estilo próprio a uma época, um *habitus* resultante de experiências comuns e reiteradas. Assim como há, para cada época, um estilo próprio de um grupo. Do mesmo modo, existe para cada indivíduo um espaço de liberdade significativo que tem sua origem precisamente nas incoerências dos confins sociais e que engendra mudança social. Não podemos aplicar, portanto, os mesmos procedimentos cognitivos tanto aos grupos como aos indivíduos; e a especificidade das ações de cada indivíduo não pode ser considerada irrisória ou desprovida de pertinência. Pois o risco, nada banal, é subtrair à curiosidade histórica temas que julgamos dominar plenamente, mas que restam ainda largamente inexplorados [...] (LEVI, 1989, p. 1335, tradução livre)

¹³ “Enganar-nos-íamos do mesmo modo se estimássemos que, devido à mudança de escala proposta, a escrita biográfica fosse o gênero privilegiado, ou até mesmo único, sobre o qual os micro-historiadores refletem e trabalham. É apenas um gênero entre outros, e se possível associado a outros, como veremos em um instante. O que é central, por outro lado é a invenção de um modo de exposição que contribui explicitamente para a produção de um certo tipo de inteligibilidade nas condições definidas. O problema, hoje colocado de frente, trata de objetos de tamanho incondicionalmente reduzido. Mas nada impede que trate em breve de outras áreas, outras dimensões da pesquisa histórica.” (REVEL, 2000, p. 22).

¹⁴ Vide verbete “destino” em CATANI, 2017, p. 142-143.

Enfim, o que se quer, diria modestamente um Lucien Febvre menos *annalista* que *nouvellista* (*avant la lettre*), é uma opinião — sociologicamente objetivada decerto — sobre o jovem Sérgio Buarque de Holanda, “nada mais” (2012 [1928], p. 11). Precisamente: uma sua trajetória até 1948, ano de sua “maturidade” intelectual e política, por assim dizer; ano de sua primeira e mais profunda revisão do livro *Raízes do Brasil*.¹⁵

Trata-se mesmo, a propósito, de uma biografia? Não, no sentido clássico do termo, com todas as limitações que este implica: um começo, um fim, uma continuidade da narrativa. Mas sim, sem dúvida, se aceitamos refletir “sobre o que é importante e o que não o é quando se escreve uma biografia”, ou seja, sobre as condições e os contextos nos quais tal história toma corpo e sentido. (REVEL, 2000, p. 23)

Ora, uma biblioteca de proporções consideráveis já foi escrita sobre a obra de Sérgio Buarque de Holanda, rica em suas muitas facetas: ensaísta, crítico literário e, afinal, historiador. Obra gestada não assim de forma sucessiva, como talvez pareça aqui sugerir, mas simultaneamente, grande parte dela. “Versátil” que foi ao seu tempo no trato das letras; central, ademais, na história intelectual do país, curiosamente ainda hoje não lhe foi dedicada, no entanto, uma biografia de relevo, “total”, na acepção clássica do termo. Afora um documentário — *Raízes do Brasil* (2004), realizado por Nelson Pereira dos Santos, o aclamado diretor do filme *Vidas Secas* (1963) —, o que há, de resto, são depoimentos esparsos, lembranças breves, mais ou menos emocionadas, de parentes, amigos, colegas e ex-alunos, que compõem, nas palavras de certo historiador francês, “o relato oficial, semilegendário e quase hagiográfico” acerca do homem e de sua figura pública (FEBVRE, 2012 [1928], p. 28). Se comparado, então, ao Sr. Gilberto de Mello Freyre, objeto constante — desde certa altura — de uma porção significativa de biografias intelectuais (cf. CHACON, 1993; PALLARES-BURKE, 2005; LARRETA e GIUCCI, 2007; BURKE e PALLARES-BURKE, 2009 e 2008; MESQUITA, 2018; entre outros estudos de maior ou menor fôlego), a carência de registros meticulosos sobre a vida mesma de Sérgio Buarque de Holanda na produção editorial do país ganha dimensão tanto mais curiosa.

Fato é que existe, nada obstante, um compilado sucinto de apontamentos para a sua cronologia, escrito nos idos de 1979 por Maria Amélia Buarque de Holanda (cf. 2006),

¹⁵ Tal percurso, por si só, não dispensa o uso de “comparações com outras pessoas cuja vida, seja por qual razão, partilha de certa analogia com a do personagem estudado. Pode-se rememorar que Franco Venturi, em seu *Juventude de Diderot*, reconstruiu os primeiros anos de seu personagem praticamente sem documentação direta. [...] A fim de conferir interesse a uma tentativa de reconstrução de uma biografia de seus primeiros anos, é indispensável expandir tanto quanto possível o número de pessoas em seu entorno, de movimentos com os quais travava contato; de reconstruir o meio em torno dele, de multiplicar os exemplos de outras vidas que resguardem algum paralelo com a sua; de fazer reviver a gente jovem ao seu redor.” (LEVI, 1989, p. 1331, tradução livre). Em relação ao suposto caráter “funcionalista” de tal expediente, cf. REVEL, 2000, p. 37. Cf. também MICELI, 2001 [1977], p. 65, nota de rodapé n° 1; no mesmo sentido, MICELI, 2001 [1979], p. 83-84.

sua esposa “Memélia”, a pedido do imortal Francisco — “Chico” — Barbosa, longevo amigo da família, a fim de subsidiar o extenso prólogo deste à edição venezuelana do livro *Visão do Paraíso* (1987).¹⁶ Dada a sua própria natureza de preparo, não há muito naquelas anotações que pudesse, portanto, ser tomado como narrativa substancial, a despeito de um ou outro trecho sugestivo, digno de nota em circunstância oportuna.

Outro momento de rara confiança, espécie brevíssimo de autobiografia intelectual, está na apresentação — e mesmo na antologia em si — de Sérgio Buarque em seu *Tentativas de Mitologia* (1979), por acaso publicado no mesmo ano em que Memélia tomava notas das lembranças pessoais do marido. Nele Sérgio evoca, em ordem não estritamente cronológica, momentos ditos emblemáticos de suas vivências (cf. BOURDIEU, 1996b, p. 75-76). Acompanhado das numerosas figuras de renome com as quais mais cerradamente convivera, é sobretudo o “jovem Sérgio Buarque de Holanda” a quem ali torna a frequentar, de cuja formação ele próprio nos dá algum testemunho, assim como de suas posições, também, assumidas em grupos e instituições e movimentos.

Trecho por demais sensível jaz no seu reconhecimento de que o ímpeto de revisão de ideias revelhas, que o movera ao estrangeiro em 1929, à cata de conhecimento capaz de repeli-las de uma vez por todas ou de aprimorá-las, , quando fosse o caso, acabou por descambar em muita leitura má no “autoexílio”, embandeirado que estava em “filosofias místicas, irracionistas” tão mais vivazes quanto maiores os esgares da então moribunda República de Weimar. Ali Sérgio via-se em um “beco sem saída”, perante o qual se arruinava intelectualmente (1979, p. 29-30)... eis um *mea culpa* algo sóbrio em relação às suas primícias, o famoso ensaio *Raízes do Brasil*. Há aqui, se permitida a comparação, uma sentida afinidade com a tentativa ulterior de autocrítica a *O nascimento da tragédia* (1872), cujo autor, Friedrich Nietzsche — filósofo a que Sérgio, pelo menos o jovem Sérgio, era chegado —, em igual ocasião de autobiografia, reconhecerá o estrago provocado pela juventude nesse seu livro inaugural, ao perfumá-lo com “cheiro indecorosamente hegeliano” e impregná-lo, ainda que “em apenas algumas fórmulas, com o cadavérico aroma de Schopenhauer” (1995, p. 62).

Desde então, e com ênfase redobrada nesta década, *Raízes do Brasil* tem sido revisitado, não raro criticamente, por aqueles devotados aos estudos da produção ensaística brasileira corrente nas décadas de 1920-1930, em especial. Vieram João Kennedy Eugênio (2011), Brasília Sallum Jr. (1999 e 2012), Leopoldo Waizbort (2009, 2011 e 2016), Jessé de

¹⁶ Saída pela Biblioteca Ayacucho, a qual Sérgio Buarque ajudara a instalar no primeiro meado da década de 1970.

Souza (1999, 2014 e 2017), Sérgio da Mata (2016), Luiz Feldman (2013, 2015 e 2016) e Pedro Meira Monteiro (1999, 2009 e 2017), para ficar aqui somente com alguns exemplos, não todos. Tais trabalhos se postam declarada ou sub-repticiamente contra a exegese consagrada de Antonio Candido, para quem o pensamento político expresso no livro de estreia de Sergio Buarque havia despontado, já à época de sua aparição primeira, como representação por excelência do radicalismo democrático no país, irmanado à obra de Joaquim Nabuco e de Manoel Bomfim, ainda segundo o falecido crítico (cf. 1990, p. 4-18). Essa é a imagem tradicionalmente debuxada de Sérgio.

Não ocorreu a Candido que *Raízes do Brasil* adquirisse, todavia, no decurso de mais de trinta anos — e cinco revisões ao todo —, verdadeira natureza acomodatória, fruto do gestual palinódico de seu autor, a que Feldman, com a deferência peculiar a seu ofício diplomático, chama de “amadurecimento” (2013, p. 120). O pouco apreço original de Sérgio Buarque pelo ideário liberal-democrático,¹⁷ sentimento de suspeita típico do período entreguerras,¹⁸ desaparece em um livro que é praticamente um palimpsesto, por assim dizer.

As cogitações sobre os porquês das mudanças do livro e de seu autor terão sua razão de ser em uma eventual biografia de Sérgio Buarque, que poderá apresentar uma imagem mais matizada das posturas políticas desse grande brasileiro em sua juventude — e que, nem por isso, desabonará sua fascinante trajetória. Aqui, no entanto, ficam em suspenso. [...] A imagem de um Sérgio Buarque simpatizante do regime monárquico não terá fácil aceitação por quem lhe avalie a biografia pelo ângulo retrospectivo do progressista que, de fato, viria a se tornar mais tarde. (FELDMAN, 2016, p. 30 e p. 290)

¹⁷ Querendo-se uma impressão aproximada e, ao mesmo tempo, divergente, cf. MONTEIRO, 2009, p. 175: “Está por realizar-se, ainda, um balanço cuidadoso das inquietações que o debate sobre princípios liberais e totalitários podia provocar em Sérgio Buarque, quando escrevia *Raízes do Brasil*. [...] Não se trata, claro fique, de reclamar alguma fascinação original do ensaísta com os regimes de força — o que seria absolutamente um equívoco. [...] antes do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial a crítica aos princípios liberais (em especial, como Sérgio Buarque escreve num artigo de 1935 sobre Carl Schmitt, a ideia de que “o Estado tende a ser um mero servidor da sociedade neutra, ou uma nova espécie de sociedade”) podia encontrar-se com a tese de que, afinal, a experiência ibérica na América constituíra um outro conceito do político, que o relativo sucesso ulterior do mundo liberal sepultaria por muito tempo (ou para sempre, no horizonte escatológico da imaginação neoliberal).”

¹⁸ Sérgio Buarque mal disfarça partilhar, já prestes ao desfecho de seu primeiro livro (cf. 2016, p. 331), como que do mesmo conceito que Mérimée fazia do regime republicano — “*ce’st-à-dire du désordre organisé*”, na opinião nada enaltecida desse romântico francês. Leia-se, a propósito, sua aflita carta endereçada a Jenny Dacquin, a 29 de agosto de 1870, sobre o desenrolar da Guerra Franco-Prussiana: “*Chère amie, merci de votre lettre. Je suis toujours très-souffrant et très-nerveux. On le serait à moins; je vois les choses en noir. [...] Cette terrible boucherie, il ne faut pas se dissimuler, n’est qu’un prologue à une tragédie dont le diable seul sait le dénouement. Une nation n’est pas impunément remuée comme a été la notre. Il est impossible que de notre victoire comme de notre défaite ne sorte une révolution. Tout le sang qui a coulé ou coulera est au profit de la République, ce’st-à-dire du désordre organisé. [...]*” (MÉRIMÉE, 1874, p. 371-372, grifo nosso). É plausível que Sérgio tenha travado contato com a locução “*désordre organisé*” por meio da obra de um antidemocrata por excelência (cf. NIETZSCHE, 2005, p. 221).

A ideia deste capítulo sobreveio quando da leitura despreocupada do trecho acima, associado a certo artigo encomiástico de autoria de um outro diplomata,¹⁹ que já não pertence aos vivos, sobre o seu “primeiro e inesquecível mestre de direito público”. Embora não dedicado eminentemente a assim chamada “superação do elitismo conservador” desse renomado polímata, qual seja, Afonso Arinos de Melo Franco, o texto comemora, ainda que por lances curtos, sua “evolução ideológica”,

o esplêndido trajeto intelectual que o levou de um direitismo juvenil — o elitismo da nossa “jeunesse dorée” dos anos trinta, tão bem analisado por Guerreiro Ramos — a um liberal-progressismo genuíno e conseqüente, que constitui hoje um dos mais ricos e fecundos mananciais de idéias e valores do nosso pensamento democrático. (MERQUIOR, 1981, p. 277)

Teria se passado o mesmo com Sérgio Buarque de Holanda? Teria ele também compartilhado a visão *dorée* de mundo? Se afirmativas as respostas as tais perguntas, sob “a pressão de que circunstâncias, seu impulso inicial teve de esmorecer, e seu traçado original, inflectir-se” (FEBVRE, 2012 [1928], p. 11)?

Tomando heurísticamente como verossímil apenas parte da constatação acima,²⁰ depreendida em face de um intelectual bastante íntimo à pessoa de Sérgio Buarque, como o foi Afonso Arinos;²¹ e não sem considerar, aliás, que o próprio sociólogo baiano lembrado por Merquior, embora preferisse destacar apenas três sujeitos representativos de uma tendência dita acadêmico-normativa,²² advertia que, “no período de 1930 a 1937, muitos outros escritores se tenham situado do mesmo modo” que os tais homens de letras, exibindo, “em conjunto, os traços clássicos da psicologia da *jeunesse dorée*” (RAMOS, 1955, p. 101), a justificativa repousa, portanto, na remediação da aludida carência de uma biografia intelectual propriamente dita do jovem Sérgio Buarque, de olho em possíveis figurações, discrepâncias e parencças espaço-temporais. Não para lhe lançar, como Antonio Candido deplorava em situação diversa, um “olhar sem paixão e quem sabe sem ‘piedade’”, como se homem já não

¹⁹ Luiz Feldman é um jovem diplomata, dedicado eminentemente ao estudo de Raízes do Brasil (cf. 2016, 2015 e 2013).

²⁰ Pois como lembrado por Darcy Ribeiro, que fora Chefe da Casa Civil durante o governo de João Goulart, em entrevista ao Programa Roda Viva em junho de 1988, “o complô do Magalhães Pinto” contra Jango envolvia o chamamento de Afonso Arinos para assumir o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Estado de Minas Gerais independente, ficando “encarregado de negociar o reconhecimento internacional da condição de nação beligerante para Minas e para os estados que com ela formassem em caso de guerra civil”, dias antes da deflagração do golpe militar de 1964. Afonso Arinos ainda se contará, pouco anos depois, entre os fundadores do sustentáculo político do regime militar: a Aliança Libertadora Nacional (Arena). Cf. JOSÉ MAGALHÃES PINTO, 2010 [1984]; cf. RIBEIRO, 1988.

²¹ “Vindo para o Rio com a família, ingressou na Faculdade de Direito, a da Rua do Catete, e logo se aproximou de Prudente de Moraes, neto, e Afonso Arinos de Melo Franco, colegas e amigos para o resto da vida.” (BARBOSA, 1988, p. 14-15).

²² Alceu Amoroso Lima, o já referido Afonso Arinos e Otávio de Faria.

mais, e sim poucas “linhas esquematizadas e arbitrárias numa enciclopédia, sem sopro nem movimento” (2001 [1979], p. 73), mas também nada interessado em recontar-lhe a vida com aquela “cuidadosa e adocicada pudicícia” típica de determinados biógrafos e historiadores modernos, a cuja artesanaria Nietzsche se opunha²³ — o que, de alguma maneira, atrai e desafia, a uma só feita, a observação de certa autoridade em matéria de intelectuais, para quem “autores consagrados, tornados clássicos ainda em vida”, como seguramente foi o caso do historiador cá tratado, outorgam à posteridade o encargo de constituí-lo “objeto de narrativas biográficas” de matiz o mais das vezes apoteótico (MICELI, 2001 [1979], p. 87).²⁴ O olhar sociológico de Sérgio Miceli já alertava, contudo, para o risco do envolvimento do pesquisador, ao nível do material disponível, em uma sorte de “celebração biográfica”, voltada à reconstituição de “vidas exemplares num registro apologético, dissimulando-se os mecanismos reais que regem as trajetórias sociais e intelectuais” (2001 [1977], p. 20-21; cf.,

²³ “Pois se em nossos dias um psicólogo tem *bom gosto* (— outros dirão: integridade), ele consiste em se opor ao modo de expressão vergonhosamente *moralizado* que enlameia todo juízo moderno sobre o homem e as coisas. Que não haja engano quanto a isso: o que constitui a marca mais característica das almas modernas, dos livros modernos, não é a mentira, mas a arraigada *inocência* de sua mendacidade moralista. [...] Esses “homens bons” — estão todos moralizados até a medula, e quanto à honestidade arruinados e estragados por toda a eternidade: qual deles ainda toleraria uma verdade “sobre o homem”!... Ou, de modo mais concreto: qual deles suportaria uma *verdadeira* biografia?... Alguns indícios: lord Byron redigiu coisa muito pessoal sobre si mesmo, mas Thomas Moore era “bom demais” para aquilo: queimou os papéis do amigo. O mesmo deve ter feito o dr. Gwinner, executor testamentário de Schopenhauer: pois também Schopenhauer havia escrito algo sobre si, e talvez contra si [...]. O competente americano Thayer, biógrafo de Beethoven, interrompeu subitamente o seu trabalho: chegando a um certo ponto daquela vida ingênua e respeitável, não mais a suportou... Moral: que homem prudente escreveria hoje uma palavra honesta sobre si? — para isso, teria que pertencer à Ordem da Santa Temeridade. Prometem-nos uma autobiografia de Richard Wagner: quem duvida que será uma autobiografia *prudente*?... Recordemo-nos ainda da cômica indignação que suscitou na Alemanha o padre católico Janssen, com seu quadro indizivelmente tosco e singelo do movimento alemão da Reforma; o que não sucederia se alguém nos contasse *de outro modo* este movimento, se um autêntico psicólogo nos mostrasse um autêntico Lutero, não mais com a estreiteza moralista de um pároco de aldeia, não mais com a cuidadosa e adocicada pudicícia dos historiadores protestantes, mas com uma intrepidez *à la Taine*, a partir de uma *fortaleza da alma*, e não de uma prudente indulgência para com a força?...” (NIETZSCHE, 2007 [1887], p. 127-128, itálico no original).

²⁴ Embora não se pretenda polemizar contra essa asserção de Miceli — se se pensar, aliás, nas estratégias de um Thomas Hardy em moldar suas memórias como se a própria esposa supérstite as redigisse —, pode-se contestar, no entanto, a primazia por ele conferida à figura do autor biografado no que tange ao domínio exercido — mesmo além-túmulo — sobre a escritura de sua vida por terceiros que lhe tenham sido íntimos ou mesmo estranhos. Da antevisão de Freud às críticas vindouras à sua aplicação do método psicanalítico com vistas à compreensão de um vulto histórico do passado, como o foi, no caso, Leonardo da Vinci, advém observações porventura mais escuras quanto à preponderância do agente responsável pela operação de consagração, isto é, não propriamente o sujeito biografado, mas o biógrafo mesmo, e os motivos para tanto o médico vienense não se esquivou de conjecturá-los — sob o mote edípiano: “[...] os biógrafos se encontram peculiarmente fixados em seus heróis. Com frequência, eles os tomaram como objeto de seu estudo porque já de antemão lhes dispensavam uma afeição especial, por razões atinentes à sua vida afetiva pessoal. Então se entregam a um exercício de idealização, que busca inscrever o grande homem na série de seus próprios modelos infantis, renovar nele, digamos, a ideia infantil do pai. Em prol desse desejo, apagam as linhas individuais de sua fisionomia, retocam os traços de lutas com resistências internas e externas em sua vida, não lhe toleram nenhum vestígio de fraqueza ou imperfeição humana e nos fornecem, então, uma figura ideal e estranha, em vez de uma pessoa com quem poderíamos sentir alguma remota afinidade. É lamentável que o façam, pois desse modo sacrificam a verdade a uma ilusão e descartam, no interesse de suas fantasias infantis, a oportunidade de penetrar os mais fascinantes segredos da natureza humana.” (FREUD, 2013 [1910], p. 208).

no mesmo sentido, LE GOFF, 2009 [1996], p. XXI-XXII). Quanto à contrafactualidade desse perigo, é almejável se precaver.

“É verdade que” — a fórmula cheira a juiz de instrução. Trata-se, então, de instruir um processo, de pesar testemunhos: os dos amigos, dos inimigos de Rabelais; ou do próprio Rabelais depondo por sua vida e, ao mesmo tempo, por suas obras. Esse processo, vamos retomá-lo. Mas, refeita a instrução, decidir por sim ou não? O exame crítico dos fatos não nos pode levar a substituir a fórmula do magistrado: “é verdade que” — pela do historiador: “como explicar que?” — Fórmula humana; fórmula daquele que sabe que, em cada momento de seu desenvolvimento, as crenças da humanidade são o que podem ser. [...] Em duas palavras, na prática da história religiosa, o método do “é verdade que” não levaria a um impasse? Mas o do “é possível que” não conduziria ao contrário, o historiador a esse fim último de toda história: não “saber”, a despeito de etimologias, mas “compreender”? Esse é o espírito no qual vamos retomar a questão e, em primeiro lugar, examinar testemunhos e testemunhas. (FEBVRE, 2009 [1942], p. 43-44).

No que tange à metódica, por sua vez, a estrutura da “biografia sociológica” será de valia, sobretudo aquela desenvolvida por Lahire a partir de recursos cinematográficos, com vistas à compreensão de Kafka e de sua obra; procedendo à decupagem dos “diferentes meios de socialização do autor e as e as diferentes experiências que neles teve” (2018, p. 51).

[...] partir de um plano panorâmico, para produzir a imagem da situação histórica objetiva — econômica, política, cultural, religiosa, linguística — que se apresenta a Franz Kafka e a todos que vivem em Praga na mesma época. Depois, era preciso fazer planos de conjunto e planos médios, que descrevessem os grupos ou círculos mais restritos (geração, grupo familiar, ambiente escolar, círculo de amigos, etc.) e situassem o protagonista da história em seus ambientes de vida, antes de proceder a tomadas de primeiro plano e de plano fechado, que concentrem a atenção em Kafka, isto é, nas lógicas mentais e comportamentais próprias dele e que o distinguem, inclusive dos escritores mais semelhantes.

Zoom após zoom, chega-se a planos de detalhe que focalizam a atenção sobre elementos ou dimensões particulares da vida do criador, e particularmente sobre seus textos literários. (LAHIRE, 2018, p. 52)

Por ora é tudo, pois as partes teóricas de todo trabalho se querem curtas. Mas, se ainda permitido, citar-se-ia de muito bom grado, correlacionando-a a essa ordenação sociocientífica proposta Lahire, a consciência analítica de um Carl Schorske, expressa lá em *Viena fin-de-siècle* (1988, p. 17), quanto à utilização de uma técnica crítico-histórica de abordagem da produção cultural do século passado. Tal método deve se empregar, na opinião desse historiador, no esteio de uma hermenêutica de tipo consútil, isto é, mediante o entrecruzamento de um par de exegeses que seriam ambivalentemente *diacrônica* (ao se estabelecer “a relação de um texto ou um sistema de pensamento com expressões anteriores no mesmo ramo de atividade cultural [pintura, política, etc.]”) e *sincrônica* (ao se avaliar “a relação do conteúdo do objeto intelectual com outras coisas que vêm surgindo,

simultaneamente, em outros ramos ou aspectos de uma cultura”): “o fio diacrônico é a urdidura, e o sincrônico é a trama do tecido da história cultural.”

Isso posto, a cada vez em que se volve os olhos ao passado de Sérgio Buarque de Holanda, anterior à publicação da primeira edição de *Raízes do Brasil* em 1936, então aos trinta e quatro anos de idade, vislumbra-se que ele foi, ao seu tempo e modo, não o fervoroso democrata desde a mocidade (o que será, de fato, mais tarde, porém quando já “maduro”), como o queria o amigo Antonio Candido. Conquanto intelectuais de vária cepa aparentemente comungar desse entendimento precursor de Candido, como é o caso, por exemplo, da historiadora Emília Viotti (cf. 2015, p. 221), o filósofo marxista Leandro Konder (cf. 1991, p. 63) e o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (cf. 2000, p. 8), Sérgio terá sido, porventura, um exemplar heterodoxo ou mesmo *sui generis* — se permitida aqui a individuação²⁵ e o latinismo — de *jeune doré* no sentido que lhe emprestou Guerreiro Ramos.

Sérgio Buarque de Holanda era proveniente de uma tradicional família de linhagem alagoana e pernambucana, proprietária de engenhos, cuja dilapidação social se deu quando da decadência econômica do açúcar, ao cabo do século XIX, com a crise da região canavieira acentuada pela assinatura da Lei Áurea. A maioria dos engenhos entra em fogo morto; os poucos sobressalentes se transformam em usinas de açúcar.

Por tal razão, seu pai, o pernambucano Christovam Buarque de Hollanda Cavalcanti (1861-1932), que, nesse período — idos de 1889 —, achava-se no Rio de Janeiro cursando o quarto ano de medicina, vê-se obrigado a interromper os estudos, ante a impossibilidade de seguir custeado pelas mesadas de seu pai, Manoel Buarque de Gusmão Lima (1823-1906), tronco da família Buarque de Holanda.

Christovam se recusa, no entanto, a retornar a Porto Calvo, em Alagoas. Presta, então, concurso para químico do Laboratório da Alfândega do Rio de Janeiro, no qual resta aprovado em segundo lugar. O perfeito domínio do francês, resultado de sua educação esmerada quando de seus primeiros estudos no Engenho Maragi, em Pernambuco, levou-o a ocupar ali, em pouco tempo, o cargo de vice-diretor, no qual permaneceu por anos. No Rio de Janeiro, passou a se aproximar dos primos descendentes dos seus tios-avós, Francisco Borja

²⁵ Ciente de que a proposta de singularização vai de encontro ao estatuto, tradição e vocação mesma das ciências sociais, Nathalie Heinich aposta, todavia, na afirmação de tal processo, de forma a confrontar fenômenos que transcendem as particularidades do caso singular (van Gogh, mais precisamente), que não significa caso isolado. “*Such a projet may seem fraught with difficulties given the state of social sciences. After all, their traditional vocation is to divest things of their singularity, The scientific construction of an object of research, especially by the way of statistics, requires a labour of generalization that is antithetical to any singularization. Singularity is paradoxical because it can only be analyzed to the extent that it can be compared, and therefore generalized, hence desingularized, that is, stripped of what constitutes its specificity.*” (HEINICH, 2012, p. IX e p. 82). Cf. ainda LEÃO, 2009, p. 301-316.

de Buarque²⁶ e Antonio Buarque de Macedo Lima, este último, em 1889, nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça,²⁷ hoje — desde 1890, aliás — Supremo Tribunal Federal.

O artigo 9º, alínea “a”, da Lei nº 43, de 18 de julho de 1892, que organizava o serviço sanitário de São Paulo, autorizou o governo “a gastar até a quantia de 200:000\$000” (duzentos contos de réis)²⁸ para prover a montagem “de um laboratório de analyses chímicas”, o qual veio a ser regulamentado por meio do Decreto nº 159, de 28 de fevereiro de 1893.²⁹ O registro histórico de que ora se vale o presente capítulo, até aqui voltado à reconstituição algo pormenorizada da ascendência direta de Sérgio Buarque, baseia-se em um cartapácio de mais de mil páginas dedicadas à genealogia dos Buarque de Holanda, “uma família brasileira”, segundo consta de seu título. Nele se diz que a criação do aludido Laboratório ensejou a transferência de Christovam para São Paulo, atendendo a convite de Cesário Nazianzeno de Azevedo Motta Magalhães Júnior, mais conhecido por Cesário Motta, médico e político de origem no interior paulista, então “Secretário d’Estado dos Negócios do Interior” no primeiro (1892-1896) de Bernadino José de Campos Júnior (1892-1896). O cargo de “Director do Laboratorio de Analyses Chímicas do Estado de S. Paulo” era de livre e exclusiva nomeação do Governo, ao qual o Director já nomeado propunha os ajudantes, mas nomeava autonomamente os serventes. Os vencimentos dos empregados do Laboratório eram pagos às expensas do Tesouro Estadual, mensalmente, na forma estipulada no contrato celebrado com o Governo, conforme a seguinte tabela, disposta no art. 17 do referido Decreto nº 159:

Director - 9:000\$000
Ajudantes (cada um) - 6:000\$000
Serventes - 1:800\$000

Conquanto instrutiva, essa investigação da linhagem dos Buarque de Holanda é de ser lida, todavia, com cautela, porquanto apresenta inconsistências e equívocos em relação a datas e, por isso mesmo, à sucessão descritiva de episódios concernentes à trajetória de

²⁶ Francisco de Borja Buarque de Macedo, filho mais velho de Maria José e José Ignácio Buarque de Macedo, um intelectual, professor de latim da primeira faculdade de direito do Brasil, em Olinda, fundada em 1827, onde lecionou de 1839 a 1844. Possuía a mais importante biblioteca de Alagoas no século XIX (cf. HOLANDA, 2010).

²⁷ Aposentado, por força de decreto de 21 de março de 1891, em virtude de seu não aproveitamento na nova organização judiciária republicana. Informação disponível no sítio eletrônico oficial do STF: Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=358>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

²⁸ Levando-se em consideração que um conto de réis era uma quantia formidável à época, o orçamento destinado à montagem do Laboratório ostentava o valor aproximado — à cotação atual do ouro — de R\$ 24.780.000,00 (vinte e quatro milhões e setecentos e oitenta mil reais).

²⁹ O inteiro teor de ambos os instrumentos legais se encontra acessível mediante o *links* a seguir: Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1892/lei-43-18.07.1892.html>>; e Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1893/decreto-159-28.02.1893.html>>. Acesso em: 05 jan. 2019. Cf. ainda TELAROLLI JÚNIOR, 1996, p. 130-31.

Christovam Buarque de Hollanda Cavalcanti, como se percebe do trecho citado abaixo, no qual se aduz que este veio a ser um dos instituidores da Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia do Estado de São Paulo, fundada ao cabo do 1898, “posteriormente” ao exercício de suas funções como chefe do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo durante o governo Manuel Joaquim Albuquerque Lins, cujo mandato se estendeu, porém, uma década depois, no quadriênio de 1908-1912.

Quando foi criado o Laboratório de Análises [Químicas] do Estado de São Paulo, Christovam foi convidado a transferir-se para aquela cidade, a fim de exercer o cargo de diretor, permanecendo assim por muitos anos. A convite de Cesário Mota, no governo Manuel Albuquerque Lins, presidente daquela província, ocupou a função de chefe do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, cargo semelhante ao de secretário de estado de Saúde Pública. Posteriormente, Christovam foi um dos fundadores da Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia do Estado de São Paulo,³⁰ hoje pertencente à Universidade de São Paulo – USP. Foi também professor de Botânica da referida Universidade. [Em 1918-1919, no governo de Altino Arantes] Christovam era o responsável por todo o serviço sanitário do estado de São Paulo [...]. Naquela época, o pessoal da área da saúde exercia todas as especialidades, mas ele, na realidade, era um químico farmacêutico de grande prestígio, tendo ocupado posições importantes na área de saúde. (HOLLANDA, Bartolomeu, 2007, p. 140)

Daí se concluir que Christovam Buarque de Hollanda Cavalcanti, uma vez “pertencente à geração do cientismo”, participou do “esforço civilizador higienista do sanitarismo paulista”, admitindo-se ainda, sem maiores dificuldades, que se tratava de um funcionário público, “alto funcionário público”, como julgava Chico Barbosa (1988, p. 30), cujo “cabedal fundamental se compunha de um bom salário e de uma sólida rede de sociabilidade na elite paulista.” (GUIMARÃES, 2008, p. 38 e p. 56-57; cf. TELAROLLI JÚNIOR, 1996, p. 169-170). Logo em seguida, Bartolomeu Buarque de Hollanda reitera o informe de que, durante o período em que viveu em São Paulo, Christovam convivia com Manuel Aureliano de Gusmão³¹ e Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, na época, dito acima, presidente da província de São Paulo, embora somente nesta ocasião comunique que o

³⁰ “Em 17 de junho de 1894, em uma reunião de farmacêuticos realizada na rua São Caetano nº 9, na cidade de São Paulo, foi proposta a criação de uma sociedade farmacêutica, tendo em vista o “estado de decadência da classe, devido à falta de garantias e ao indiferentismo dos poderes públicos para com ela” (MALHADO FILHO, 1953, p. 38). Assim, em 15 de dezembro daquele ano foi instalada a Sociedade Farmacêutica Paulista, considerada a primeira agremiação da classe naquela província, cuja primeira diretoria era constituída por José Eduardo de Macedo Soares (presidente), Luiz Manuel Pinto de Queiroz (vice-presidente), Christovam Buarque de Hollanda (secretário), José Frederico de Borba (vice-secretário), João Baptista da Rocha (tesoureiro), Cândido de Assis Ribeiro (arquivista). No seio desta sociedade foi proposta, em janeiro de 1897, a criação de uma escola livre de farmácia, que viria a concretizar-se somente com a fundação da Escola Livre de Farmácia de São Paulo, em 12 de outubro de 1898.” Informação constante no *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*, acessível mediante o link a seguir: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/socfarquisp.htm>. Acesso em 05 jan. 2019.

³¹ De quem não se fala ali ter sido ele o primeiro magistrado da história de Ribeirão Preto, bem como o primeiro “intendente” do Chefe do Executivo dessa cidade, e “prefeito”, sob a nova nomenclatura, em 1902 (cf. 2007, p. 525).

trio era composto de primos. “Seus vencimentos asseguravam-lhe, sem dúvida, uma vida decente, instalado em bairro burguês, boa casa, onde abrigava a família, mulher e três filhos, para alimentar vestir e educar.” (BARBOSA, 1988, p. 30).

Christovam se casara em meados de 1901³² com Heloísa de Araújo (1868-1957), niteroiense órfã ainda pequena, criada por Eduardo Gonçalves Moreira e Philomena de Castro Neves, padrinhos que residiam em São Paulo; passa a se chamar Heloísa Costa Buarque de Hollanda. Do enlace matrimonial advém três filhos: o primogênito Sérgio Buarque de Hollanda (1902-1982),³³ Jayme Buarque de Hollanda (1904-1997) e Cecília Buarque de Hollanda (1908-1999).

Todos eles frequentaram, conforme salienta Chico Barbosa, os melhores colégios da época, da Escola Modelo Caetano de Campos, na Praça da República, ao Colégio São Bento, informação colhida, por sinal, naqueles já mencionados apontamentos cronológicos ditados por Sérgio Buarque de Holanda à sua esposa Memélia.

A primeira escola foi o jardim de infância do Colégio Progresso Brasileiro, no largo dos Guaianazes, uma escola americana dirigida pela missionária batista Mrs. Anne Luther Bagby, fundado no dia 10 de janeiro de 1902, à Alameda dos Bambus (atual Avenida Rio Branco), nº 5, o qual atendia as crianças de ambos os sexos até os dez anos de idade, eminentemente pertencentes às famílias aristocráticas de São Paulo (cf. HARRISON, 1987). Da leitura do artigo 5º do Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894, verifica-se que o curso preliminar dos grupos escolares do Estado compreendia as seguintes matérias:

Leitura e dedução de principios de grammatica; escripta e calligraphia.
 Calculo arithmetico sobre numeros inteiros e fracções.
 Geometria pratica (tachimetria) com as noções necessarias para suas applicações á medição de superficies e volumes.
 Systema metrico decimal.
 Desenho á mão livre.
 Moral pratica.
 Educação cívica.
 Noções de geographia geral.
 Cosmographia. Geographia do Brazil, especialmente a do Estado de S. Paulo.
 Noções de physica, chimica e historia natural, nas suas mais simples applicações, especialmente á hygiene.
 Historia do Brazil e leitura sobre a vida dos grandes homens. leitura de musica e canto.

³² Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, Livro de Casamentos de 1901, fl. 35, Certidão nº 1520; arquivo particular de Cecília e Jayme Buarque de Hollanda (cf. HOLANDA, Bartolomeu, 2007, p. 210). Vide fotocópia da certidão de casamento mediante o *link* a seguir: <https://www.siarq.unicamp.br/sbh/sbh.vp.21.p1.jpg>. Acesso em 05 jan. 2018.

³³ Vide fotocópia da respectiva certidão de nascimento mediante o *link* a seguir <https://www.siarq.unicamp.br/sbh/sbh.vp.26.p1.jpg>. Acesso em 05 jan. 2018.

Exercícios gymnásticos e militares, trabalhos manuaes apropriados á idade e ao sexo.

Assim como Nísia Floresta, em meio a um ambiente pedagógico dominado pelas diretoras estrangeiras, ofertava na primeira metade do século XIX o ensino de inglês e francês no curso regular no seu Colégio Augusto, no Rio de Janeiro, às meninas fluminenses que lhe eram confiadas, Mrs. Bagby haverá por bem oferecê-los no currículo, além de inglês e de piano (não se olvide a sua origem batista) em caráter particular. Não por acaso a primeira produção de Sérgio tenha sido musical: uma valsa, intitulada “Vitória-Régia”, aos nove anos, publicada pela revista ilustrada infantil *O Tico-Tico* (cf. HOLANDA, Maria Amélia, 2006 [1979], p. 424). Décadas depois, Gilberto Freyre recordará o êxtase com que, “em pianos de bares boêmios”, Sérgio Buarque se deliciava “em tocar músicas saudosamente também brasileiras.” (1983, p. 117).

As reminiscências de Sérgio quanto à sua infância, em que pese se lhe afigurarem “confusas”, lembranças de “um jardim espaçoso cheio de árvores, meninos e meninas brincando juntos” (HOLANDA, Maria Amélia, 2006 [1979], p. 422), parecem corresponder ao perfil de imóvel exigido pelo Estado de São Paulo para a constituição de uma escola preliminar ao fim do século XIX, a saber, “uma casa bastante espaçosa para recreios e exercícios físicos”, segundo impunha o artigo 12 do aludido do Decreto nº 248. Ademais, “o carro grande puxado a cavalo que levava e trazia a criançada”, de que Memélia toma nota à voz do esposo, é possível que decorra do serviço oriundo das comodidades mais tarde ofertadas pelo Colégio, instado certa vez a providenciar, a bom preço, transporte para que os filhos das famílias residentes na Av. Paulista pudessem lá estudar, face à distância de quatro a cinco quilômetros, aproximadamente. Leia-se, a esse respeito, o seguinte relato de Mrs. Bagby no histórico do Colégio Progresso Brasileiro por ela redigido (mas não publicado):

Por esse tempo, duas famílias na Avenida Paulista pediram condução para seus filhos, oferecendo bom pagamento, o que aproveitamos para iniciar um serviço que sobreviveu a nossa administração. De um colégio vizinho adquirimos um carro, tipo antigo, tendo o dono de nossa lavanderia oferecido o empréstimo de seu cavalo. Uma professora acompanhava as crianças diariamente. Este empreendimento causou-nos bastante preocupação e foi abaixo de lágrimas e oração que lançamos o projeto. O esforço intenso de dois dias quase deu fim ao nosso bucéfalo, pelo que recorremos a um “cocheiro” que oferecia seu próprio tempo na direção do carro, fornecendo ainda o uso do seu robusto animal. Breve transportávamos dessa maneira 40 alunos, dando saída às 7:30 horas, da manhã e regressando da última viagem às 6 da tarde. O médico do colégio ofereceu-nos o aluguel do seu auto, mas a desconfiança do novo veículo naqueles dias era tal entre as famílias, que não pudemos aceitar a proposta. Mas o carro fez sucesso! Evoluiu. A princípio era uma espécie de ‘tilbury’ coberto e puxado por um cavalo. Passou depois a ‘breque’ com tracção de dois fortes e rotundos burrinhos e finalmente venceu-se a oposição à posição à gasolina a ponto de instalarmos um ônibus de fabricação especial para o nosso uso. (s/n)

No prefácio-missiva ao livro *Tudo em cor-de-rosa*, escrito em 1976 por sua amiga Yolanda Penteado, descendente de uma das famílias mais tradicionais da aristocracia paulista, e que estudara com o futuro autor de *Raízes do Brasil* naquela mesma Escola Modelo, Sérgio manifesta com desabusada ênfase que, daqueles tempos da meninice, não guardou “saúde foi da Caetano de Campos, onde você [Yolanda] também esteve por menos tempo.”

Era então um casarão de dois andares, o terceiro lhe acrescentaram depois, mas confesso que não derramaria lágrima se realizassem o projeto de deitar aquilo abaixo, para no lugar se construir uma estação de metrô. De qualquer modo, mesmo que nos conhecêssemos, eu não teria meios de avisá-la. As meninas ficavam na banda que olha o jardim da praça da República, separadas, como numa clausura, dos marmanjos, que tínhamos de nos contentar com o lado que dá mais para a Vila Buarque. Só uma vez tivemos o privilégio de ser encaminhados ao reduto das meninas e foi na ocasião solene em que o então presidente do estado, Rodrigues Alves, foi fazer sua visita muito anunciada à escola. (HOLANDA, 1996, p. 414-415)

Lá estudaram ainda Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Cecília Meireles, entre outros prógonos do Modernismo. A maior parte do ginásio, por sua vez, foi cursada por Sérgio no São Bento, além de um semestre no Arquidiocesano, na Luz. Para os últimos preparatórios, estudou em cursos especializados e com professores particulares. Entre os mestres, recorda-se especialmente de Afonso de Taunay, professor de História “(talvez a matéria preferida)”, de Álvaro Guerra, de Português, e de José Ladislau Peter, de Latim e Alemão (cf. HOLANDA, Maria Amélia, 2006 [1979], p. 422). Os colegas mais chegados que a sua memória elenca à pena da cômputo são rebentos de banqueiros, fazendeiros, políticos, barões, professores catedráticos e funcionários públicos de alto escalão governamental: os Souza Queiroz, os Vicente de Azevedo, os Toledo Piza, os Alcântara Machado, os Rodrigues Dias. Em umas de suas últimas entrevistas, Sérgio dirá que estudou na Caetano de Campos durante dois anos, e depois no Ginásio São Bento, no qual ficou mais seis (HOLANDA, 2004 [1981], p. 4).

Esse esteio familiar e educacional, caracterizável como de camadas médias abastadas, propicia ao jovem Sérgio um ambiente privilegiado de acesso tanto aos mais novos quanto aos mais tradicionais hábitos e ambientes que compunham o *modus vivendi* da elite paulista da entrada do século XX. O que significa, além da educação formal, participar de um circuito de lazer e cultura na condição de apreciador, gerando amplas condições de ingresso no âmbito da produção desse universo. Cinemas, clubes, parques, cafés, livrarias, revistas ilustradas, jornais de circulação diária são alguns dos componentes de uma São Paulo que se transforma sob o modelo europeu de urbanismo e cresce a passos largos com seus bondes, chaminés, edifícios, monumentos e levas de imigrantes de diversas partes do mundo. [...] Entre as obrigações escolares, leituras diversas, passeios, *matinéés* e idas à praia no recém-estruturado balneário santista, onde residiam tios maternos, o jovem curioso e culto Sérgio Buarque de Holanda foi se envolvendo no mundo das letras e das artes. [...] Ao chegar à adolescência, frequentava os conceituados clubes Paulistano e Trianon, fez curso de dança com Yvonee Daumérie e participava de

concorridas maratonas de dança em clubes de Campinas. (GUIMARÃES, 2008, p. 39 e 57)

De sorte que Barbosa, ao constatar que o amigo não constituía “nenhum ser acaso excepcionalmente dotado pela fortuna ou pelo nascimento” (1988, p. 30), contrapõe-se algo indiretamente à observação maravilhada de um Manuel Bandeira, para quem a formação de Sérgio Buarque de Holanda, ao lado de uns poucos, raros escritores, dava-lhe, logo nos primórdios da década de 1920, “a impressão de um milagre. Como terá sido possível que chegassem a tamanha força e tamanha disciplina mental dentro do nosso atraso e da nossa desordem?”. A trajetória aparentemente disforme e a nada monótona vida exterior iam de encontro à sua formidável dedicação à leitura e adiantado acúmulo de conhecimento. A propósito, Sérgio vinha aí equiparado a ninguém menos que aos “espantosos” Machado de Assis e João Ribeiro, “três mestres, cada um dos quais sem par verdadeiramente sem par em sua geração”; todos três “bem brasileiros, e até bem de suas províncias: Machado, bem carioca; João Ribeiro, bem nordestino; Sérgio, bem paulista.” (BANDEIRA, 1983 [1952], p. 90).

E, de resto, tal qual os ares absurdos da anedota que Antônio Arnoni Prado manja estimulada pelo próprio Sérgio, que a deixava correr à larga, sem rédea e sem arreio, em torno de seu nome, naqueles tempos de praticada irreverência modernista, segundo a qual, “já vivendo no Rio de Janeiro, ele costumava cruzar as avenidas do centro comendo maçãs com um galo branco embaixo do braço e pronto para fazer troça com o primeiro que aparecesse (1996, p. 21), ele também calhava de cultivar, embora de maneira menos desbragada, a impressão geral acerca da sua precoce engenhosidade intelectual. Dá-se exemplos: Chico Barbosa cita uma declaração de seu velho amigo, capturada pelo escritor Jorge Andrade — e mais tarde inclusa em *Labirinto* (1978), romance de laivos autobiográficos, “meio surrealista, meio lúdico” —, a qual entende ser como que “a chave para o universo interior” de Sérgio, falecido já a essa altura: “Nenhum desses livros é herança de meu pai [referia-se à própria biblioteca, vultosa como era]. Foram adquiridos ao longo da minha vida. Leio desde a infância. Lia muito para a minha avó em seu leito de morte. Eu era o seu neto predileto.” (ANDRADE, 1978, p. 190). Ser um menino prodígio, talvez *à la* Mozart, contemporiza, nunca foi seu intento — como talvez não seja o de menino algum enquanto menino —, mas, desde criança, contam-lhe “um fato curioso: Aprendi a ler sozinho, com 5 anos de idade. Eu já sabia as letras, e um dia, ao ver meu pai lendo o jornal, disse: “O Estado de S. Paulo.” (HOLANDA, 2004 [1981], p. 4).

Em seus últimos tempos de São Paulo, antes do longo quarto de século despendido no Rio de Janeiro — por ele denominado como “interlúdio carioca” (1921-1946), experimentando, nesse ínterim, também um interlúdio capixaba (1926-1927) —, Sérgio Buarque estreitou relações com gente interessada no mesmos assuntos de cultura, principalmente os literários, gente que permaneceu, como ele próprio pede o registro, “amiga e companheira pela vida afora: Guilherme de Almeida (por quem morria de admiração), Tácito de Almeida, Antonio Carlos Couto de Barros, Rubens Borba de Moraes” e o xará Sérgio Milliet. Principia-se aí também a amizade com Mário de Andrade e Oswald. “O grupo frequentava a Confeitaria Fazzolli na rua de São Bento.³⁴ Às vezes, o Pinoni ou a Vienense. Fora isso, tertúlias no escritório do Dr. Estevam de Almeida, pai do Guilherme e do Tácito” (HOLANDA, Maria Amélia, 2006 [1979], p. 424). Tem início nesse período a publicação de seus artigos de crítica literária na imprensa, nas páginas do *Correio Paulistano*, *A Cigarra*, *Fon-Fon*, *Revista do Brasil*, entre outras (cf. PRADO, Arnoni, 2005, p. 21-32).

No mesmo ano em que a família se transfere para a capital do país, vendo-se infelizmente obrigado a ir junto (“Não me mudei com vontade para o Rio”),³⁵ Sérgio se matricula na Faculdade Nacional de Direito, a da Rua do Catete — atual Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro —, ante a inexistência de uma faculdade de filosofia que pudesse então cursar. Afora as tradicionais faculdades de direito, ao largo de lições de teologia em instituições eclesiásticas, não havia ainda no Brasil ensino superior público consolidado em humanidades. Ao resgatar um tanto erroneamente a Faculdade do Distrito Federal como “a primeira que apareceu”,³⁶ fundada pelo “grande educador Anísio Teixeira em 1935”, quando já formado havia uma década, Sérgio Buarque conclui, meio resignado, que tal atraso não foi senão a causa de seus estudos jurídicos, para os quais demonstrava já então uma inaptidão gostosamente escarneçada pelos colegas, não tendo sido jamais “um estudante assíduo nem interessado” (HOLANDA, Maria Amélia, 2006 [1979], p.

³⁴ Situadas na colina onde São Paulo nascera, a São Bento formava, a Quinze de Novembro e a Direita eram as ruas que formavam a região da cidade então conhecida por “Triângulo”, onde se concentravam “as lojas e os escritórios, as redações de jornais, os hotéis, os cafés e as confeitarias. [...] “Fazer o Triângulo” será uma expressão familiar aos paulistanos, repetida com alegria ou malícia por quem lá se abalava em buscar de prazeres ou de desfastio.” (TOLEDO, 2015).

³⁵ Não deixa de ser compreensível que o jovem perfeitamente instalado em São Paulo, vivendo em meio à “fina flor” da sociedade, não tivesse ganas de se desvencilhar de sua aldeia e enfrentar mudança para a cidade grande (a população do Rio de Janeiro era então pouco mais que o dobro da paulistana). É significativo que Sérgio Milliet reconheça que Sérgio e os demais amigos formavam, juntos, “nos anos remotos de 1920 a 1922 [...], um grupo endiabrado constituído por uma espécie de *jeunesse dorée* dessa cidade provinciana que era São Paulo.” (1987 [1964], p. 96).

³⁶ Sérgio Buarque pareceu ignorar a Faculdade Paulista de Letras e Filosofia, privada, inaugurada em meados de 1931 (onde há de estudar Egon Schaden, por exemplo, migrando do interior de Santa Catarina), justamente no local onde funcionava o prédio da Escola Modelo Caetano de Campos, onde ele próprio, menino, estudara.

425). Ali veio a se aproximar de Prudente de Moraes Neto e Afonso Arinos de Melo Franco, ambos mais moços e provenientes de troncos ilustres, de quem não iria mais se desgrudar pela vida afora. Como Sérgio, Afonso Arinos se dizia rodeado pela bonomia dos parentes e aderentes — “as comadres copiosas de carne e os velhos tios tolerantes” — que lhe enxergavam o gênio prematuro. É subsidiado pelas páginas de certo livro seu, dirigido aos jovens de vinte anos, que Guerreiro Ramos destaca uma faceta do perfil dos rapazes pertencentes à *jeunesse dorée*, na qual Arinos resta incluso: a aparição caprichosa diante da família e do público como jovens geniais, ou seja, como indivíduos milagrosamente portadores de um saber desproporcional à sua pouca idade (1955, p. 107). Logo aos nove anos de idade, Afonso Arinos se lembra de travar discussões com ninguém menos que o velho político e cartógrafo Barão Homem de Mello, na casa do avô, “encantado com esta inenarrável estupidez.” Foi o aluno mais novo de sua turma ginásial e, se não lhe falha a memória, também o mais moço de sua turma na Faculdade Nacional de Direito. Muito precocemente se ia lhe revelando o dom do espírito investigativo, artístico, gregário.

Desde cedo inquiri, fiz noitadas intelectuaes, discordei, escrevi poemas, pamphletos. Depois chegou Graça Aranha e eu fui o mais moço dos que se reuniram ao seu séquito de iconoclastas. Começou-se então a falar de Freud, Stravinsky, de verso livre. Alguns já liam, já discutiam Hegel e Marx. Como vêem, rapazes, já estive entre os mais moços. (1934, p. 8-9)

Guerreiro Ramos atribui a gratuidade de tais perspectivas — correlata da gratuidade de suas vidas mesmas, ele afirma — à criação em situações de classe que permitem a esses jovens serem como reconhecem que são, bem como às facilidades materiais de que desfrutam, “principalmente na fase juvenil em que estão mentalmente se formando e quando, por sua condição de classe, permanecem por assim dizer distantes das chamadas questões práticas da vida.” (1955, p. 107). *Jeunesse dorée* é um galicismo cujas raízes remontam ao termo pejorativo com que os revolucionários do período do terror jacobino designavam, devido ao perfume de almíscar (em francês, “*musc*”) que usavam, de costume, os voluntários nas lutas encorajadas pela elite local durante a reação termidoriana sob a Convenção Nacional, os chamados *muscadins*. Há quem lhes deva tal alcunha, todavia, não a esse cheiro seu característico, mas ao estilo algo dândi de se vestirem, conforme o juízo de um reconhecido historiador francês, para o qual tais jovens eram essa gente que, “*pour se distinguer des jacobins, s’habillaient avec soin, portaient des cravates élevées, ce qui leur fit donner le nom de muscadins.*” (THIERS, 1836, p. 109). O termo *jeunesse dorée* expressa atualmente uma alienação político-social que o conceito original, portanto, não compreendia,

isto é, uma juventude oriunda dos mais abonados estratos sociais, em razão dos quais é dada a uma vida regada a luxos e distrações.

Daí a reutilização da locução *jeunesse dorée* — devido à semântica de suas origens sociopolíticas e então contrarrevolucionárias, associada ao sentido ulterior de condições de vida folgada e regalada — para nela contemplar determinados jovens intelectuais que buscaram, sobretudo no decorrer da década de 1930, compreender a crise nacional decorrente do declínio da República Velha a partir da sagração da Era Vargas. — A propósito, problema porventura digno de investigação mais aprofundada, embora em ocasião diversa, seria o discernir o conceito de “revolução” na obra dos contemporâneos Paulo Prado (2012 [1928]), Assis Chateaubriand (1930), Manoel Bomfim (2015, [1931]); Alceu Amoroso Lima (1932), Sérgio Buarque de Holanda (2016, [1933]), Otávio de Faria (1931 e 1933) e Afonso Arinos de Melo Franco (1934 e 1936), entre outros; todas elas gestadas em época de dedicação a interpretações histórico-sociológicas globais do Brasil.

É certo que Sérgio Buarque reagiu ao retrato da Revolução de 1930 no Brasil, pintado por alguns veículos da imprensa alemã, à época, como um tipo de golpe: na sua opinião de enviado especial em Berlim, não seria mais um episódio político de abuso de poder — uma *espanholada*, a que a índole brasileira seria tão pouco inclinada, como o queria Freyre,³⁷ ou mais um *pronunciamiento*, fenômeno típico das repúblicas latino-americanas —, mas, antes, um restabelecimento da situação normal.

A vitória da revolução brasileira produziu acerca de nosso país um surto de interesse bastante significativo em toda a imprensa alemã. Não creio que pudesse ter existido um meio de propaganda mais decisivo, nem mais eficiente. E pode-se acrescentar que, para o bom nome de nosso país, esse interesse foi, em geral, favorável e mesmo lisonjeiro. Não faltaram, é certo, as vozes discordantes que incluísem o movimento no rol dos pronunciamentos militares das pequenas repúblicas ibero-americanas. [...] Não faltaram, por outro lado, as interpretações errôneas de muitos publicistas, que se empenham em esboçar o *hintergrund* daquele movimento. [...] O tom de inferioridade com que antigamente se discutiam na Europa os assuntos sul-americanos raramente se manifestou nos comentários despertados pelos acontecimentos brasileiros. Preferiu-se considera-los objetivamente, não faltando mesmo quem acertasse no diagnóstico. [...] Felizmente, a imprensa alemã não parece ter tomado muito a sério as notícias de uma fonte norte-americana interpretando a revolução brasileira como um movimento tendente à retalhação do país em porção de estados independentes. Todos os comentários acentuavam mesmo o caráter popular e largamente generalizado do movimento. (HOLANDA, 1988, p. 281-286)

³⁷ “Foi um romantismo, o brasileiro, que não se extremou agitações bolivarianas; que guardou sempre no seu comportamento — no literário, no político, no artístico, no social —, alguma coisa de clássico que continha ou moderava excessos românticos; que impedia espanholadas; que atenuava furores da espécie dos de Garibaldi. Furores que, do Sul do Império, nunca transbordaram no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais ou em São Paulo. No próprio extremo Sul do País, a presença do açoriano sóbrio, sensato, terra-a-terra, concorreu desde dias remotos para moderar no gaúcho brasileiro o gôsto pelas chamadas “espanholadas” em que se excediam os gaúchos argentinos e uruguaios.” (1962, p. 624). Ainda sobre “espanholadas”, cf. PRADO, Paulo, 2012, p. 99.

Essa postura de Sérgio, favorável a Vargas e ao movimento de 1930 — tal como o era e assim permaneceu controversamente seu padrão³⁸ à época, o futuro magnata das comunicações Assis Chateaubriand (cf. MATOS, 2010, p. 10) —, não é nada incompreensível, se se considerar correta a suposição de Dante Moreira Leite, conforme a qual o “aspecto falsamente revolucionário [de 1930]” teria estimulado “a adesão de grupos proletários e de jovens intelectuais”, neles incluso o autor de *Raízes do Brasil* (2002, p. 380-381). A historiadora Júlia Silveira sustenta, ao seu turno, a tese de que esse livro não seria expressão de um radicalismo próprio da mentalidade intelectual a qual teria eclodido após a Revolução de 1930, segundo a fórmula patenteada por Antônio Cândido (2016 [1967], p. 355); seria, em verdade, dela predecessora, ou melhor, seria “fruto de uma insatisfação que gerou a revolução e não vice-versa” (MATOS, 2006, p. 153; no mesmo sentido, cf. MATOS, 2008; FELDMAN, 2016, p. 197-254). O próprio Vargas, por ocasião de um discurso proferido na Universidade do Brasil, há de vislumbrar, em 1951, a preponderância de uma correlação entre as “forças coletivas” que engendraram o movimento modernista e aquelas que precipitaram o movimento de 1930 e o Estado Novo.

Sérgio Buarque de Holanda foi, ao tempo de sua juventude, não o fervoroso democrata (o que será, de fato, bem mais tarde, quando já “maduro”), como o queria o amigo Antonio Candido.³⁹ Ele terá sido, porventura, um exemplar heterodoxo ou mesmo *sui generis* — se permitida, nesse caso, a individuação e o latinismo — de *jeune doré* no sentido daquele sociólogo baiano, isto é, um jovem oriundo de família tradicional, proprietária de engenhos em Pernambuco e Alagoas, como visto, se não mais abastada ao cabo do século XIX, munida, em todo caso, de rendimentos obtidos por intermédio do trabalho e costura políticas (cf. MICELI, 2001 [1977], p. 24); dotado de visão política cujo “máximo de audácia que se permite é”, por isso mesmo, “o reformismo”,⁴⁰ e inclinado, por fim, à interpretação dos

³⁸ Não se pretende, com um tal termo, resvalar nas pechas de “condenação” e de “incompreensão”, com as quais Candido (2001 [1979], p. 73) acusava determinadas interpretações da tese de doutorado de Miceli. Assis Chateaubriand, chamar-lhe *patrono* é que talvez fosse incabível aqui.

³⁹ Intelectuais de vária cepa aparentam comungar desse entendimento precursor de Candido, como é o caso, por exemplo, da historiadora Emília Viotti (cf. 2015, p. 221), o filósofo marxista Leandro Konder (cf. 1991, p. 63) e o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (cf. 2000, p. 8).

⁴⁰ Aqui se é instado a lembrar do retrato do filósofo Arthur Schopenhauer, tal como pintado por um célebre escritor alemão, que o capturou em modos não pouco extravagantes durante as *Märzrevolution*: “Sua postura no ano de 1848 foi de uma mesquinha e comicidade horríveis — não é possível descrevê-la de outro jeito. Seu coração não se locou minimamente do lado daqueles que, entusiastas o bastante, tinham então esperança de dar à vida pública alemã uma direção que teria determinado para melhor a história da Europa até os dias de hoje, uma direção que era do interesse de todo homem de espírito: a direção democrática. [Ele] emprestou ostensivamente seus “binóculos de ópera” ao oficial que, de seu apartamento, fazia reconhecimento dos que participavam das barricadas, a fim de que este pudesse comandar melhor o fogo de sua artilharia. Além disso, em seu testamento ele constituiu como seu herdeiro universal “o fundo berlinense de apoio aos soldados prussianos aposentados por invalidez”, que lutaram pela manutenção e restabelecimento da ordem legal na

problemas pátrios “em termos de psicologia nacional”⁴¹ (RAMOS, 1955, p. 104; cf. HOLANDA, 2016, p. 318-319).

Diante das transformações que testemunhava nos primeiros anos da década de trinta, principalmente diante da alteração das relações de classe que então se esboçava, consubstanciada na ascensão à esfera do poder de elementos da pequena burguesia, a *jeunesse dorée* foi obviamente assaltada de angústia, temores, pessimismo e de nostalgia dos “velhos bons tempos” da sociedade imperial em que dominavam as oligarquias latifundiárias. *A jeunesse dorée é monarquista.* (RAMOS, 1955, p. 108)

Nas páginas finais do *Post-Scriptum* de um ensaio publicado há quase exatos noventa anos, *Retrato do Brasil*, seu autor, Paulo Prado — o “fautor” da Semana de 1922, segundo Oswald de Andrade —, nele propõe como recurso, ao lado da Guerra, “solução catastrófica”, para remediar os vislumbrados males da realidade social e da política daquela atualidade, a Revolução. Guerra ou Revolução. Ambas assim maiúsculas.

A Revolução é a outra solução. Não uma simples revolta de soldados, ou uma investida disfarçada para a conquista do poder [...] Seria encerrar numa modalidade estreita a ânsia de renovação que é a própria pulsação vital da história. A Revolução virá de mais longe e de mais fundo. Será a afirmação inexorável de que, quando tudo está errado, o melhor corretivo é o apagamento de tudo que foi malfeito. A humanidade, acordando do falso sossego do anteguerra, encaminha-se aos poucos para modificações radicais que lhe transformarão não só o aparelho político e financeiro como também a própria essência mental. Procede-se nessa grande crise — a maior certamente de que tenha conhecido a memória dos homens — à revisão dos antigos valores materiais e espirituais, até hoje consagrados, e pelos quais se bateram durante séculos Oriente e Ocidente. Entram em luta de vida ou de morte os mais variados “ismos” com que nunca sonhou a filosofia humana: capitalismo, comunismo, fordismo, leninismo. Força nova que surge como destruidora das velhas civilizações e das quimeras do passado. É a Revolução. (PRADO, 2012 [1928], p. 142-143)

Mais lacônico, mais comedido que o responsável por esse excerto, talvez receoso de que a sua reflexão sobre a “Nossa Revolução”, contida no capítulo final de *Raízes do Brasil*, fosse tomada como eventual sugestão de aniquilamento, de *tabula rasa* mesmo, como o foi ao seu tempo a de Paulo Prado, vista acima — assimilada como desdobramento do “falso heroísmo” típico dos então emergentes movimentos de esquerda ou das doutrinas fascistas no Brasil (cf. LEITE, 2002 [1954], p. 352; no mesmo sentido, LIMA, 2012 [1928], p. 153-154) —, para Sérgio Buarque de Holanda a forma visível da revolução, mediante a

Alemanha contra as insurreições e rebeliões dos anos de 1848 e 1849, e de apoio aos dependentes daqueles que nelas tomaram.” (MANN, 2015, p. 83). Herdeiro de vultosa fortuna paterna, em cujo abrigo lhe era permitido regozijar-se numa vida envolta de laivos aristocráticos e sem maiores sobressaltos, Schopenhauer — assim como os moços da nossa *jeunesse dorée* — tinha razões pessoais de sobejo para nutrir particular ojeriza a qualquer ameaça de perturbação do estado das coisas.

⁴¹ Quanto a esse ponto, é demasiado vasta a literatura crítica, a começar pelo próprio Sérgio Buarque (2011 [1948], p. 514-515); Guerreiro Ramos (1995 [1956], p. 286-288); Dante Moreira Leite (2007 [1954], p. 241-245 e 2002 [1968], p. 379-402; Alfredo Bosi (1994 [1977], p. II).

qual se veria “finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar”, não seria “a das convulsões catastróficas, que procuram transformar de um mortal golpe [...] os valores preestabelecidos”. Não assumiria, enfim, a forma de uma revolução horizontal, esta sempre destinada ao atropelamento de “algumas centenas ou milhares de pessoas menos afortunadas. O mundo está farto de tais movimentos.” (2016, p. 318-319; no mesmo sentido, cf. RAMOS, 1955, p. 104). Sérgio faz ressoar paradoxalmente uma concepção na qual subjaz uma repetição tautológica da negação do próprio ato. Preconiza um acontecimento político-social radical mas desprovido de suas intrínsecas reverberações violentas, de suas fatais consequências, em virtude das quais Robespierre advertia aos girondinos de Louvet:

Cidadãos, quereis vós uma revolução sem revolução? [...] Mas como submeter a um escorreito juízo os efeitos que grandes comoções como as tais podem engendrar? Quem conseguirá, uma vez formadas, marcar o ponto preciso onde as ondas da insurreição popular deveriam se quebrar? A um tal preço, qual povo poderia jamais sacudir o jugo do despotismo? [...] se, depois da vitória, os emissários advindos de partes longínquas tomá-los-ão como responsáveis pela duração ou pela violência da tormenta política que salvara a pátria? (1820 [1792], p. 110)⁴²

A propósito, as obras a seguir dão conta, ainda que por relances, da pouco propalada simpatia monarquista — “maurrasiana” — do jovem Sérgio Buarque: EUGÊNIO, 2008, p. 425-459; WAIZBORT, 2011, p. 44; FELDMAN, 2016, p. 184 e p. 290, entre outras. Tal simpatia até se deixou insinuar em certas passagens da primeira edição de *Raízes do Brasil* (cf. HOLANDA, 2016, p. 286-287 e p. 310). Parece emblemático, aliás, que um de seus primeiros artigos publicados na imprensa em meados dos anos 1920, ou seja, com o “entusiasmo de minhas dezessete primaveras”, em suas palavras, tenha por título “Viva o Imperador”, porquanto dedicado à figura de Dom Pedro II, “um homem de tantas virtudes e que tanto fez pelo seu país”, ali reclamando fossem finalmente transladados para o Brasil os restos mortais do monarca e de sua “augusta esposa” (HOLANDA, 2011, p. 3-7). Por fim, o próprio Sérgio, já senhor na terceira idade, em entrevista concedida à sua cunhada junto ao jornal *O Estado de São Paulo*, reconhecia: “Naquela época [da juventude], eu tinha uma certa inclinação monarquista.” (apud ALVIM, 1977, p. 5).

⁴² No original: “*Citoyens, voulez-vous une révolution sans révolution? [...] Mais comment peut-on soumettre à un jugement certain les effets que peuvent entraîner ces grandes commotions? Qui peut après coup marquer le point précis où devaient se briser les flots de l’insurrection populaire? À ce prix, quel peuple pourrait jamais secouer le joug du despotisme? [...] si, après la victoire, des délégués arrivés des parties éloignées peuvent les rendre responsables de la durée ou de la violence de la tourmente politique qui a sauvé la patrie?*” Querendo-se, no entanto, uma crítica do “fanatismo moral” de Robespierre, cf. NIETZSCHE, 2004, p. 10-12. Quanto a uma ética da violência como meio decisivo para a política, cf. WEBER, 1982, p. 145-150.

É de Nietzsche a constatação filosófica conforme a qual onde se é possível contemplar o devir opera-se uma espécie arrefecimento. Como de praxe não se pode ver, na obra do artista, na sua vida mesma, como estas se tornaram o que são, a sua exposição já consumada “repele todo pensamento do vir-a-ser; tiraniza como perfeição presente”. Essa é a vantagem do artista diante do público. Aquilatadas as proporções devidas, vale possivelmente para Sérgio Buarque de Holanda aquilo que foi divisado certa vez na constituição de Jorge Luís Borges, “tido como um milagre do cânon literário, que nasceu pronto, um ‘escritor nato’”, esforçado em esmaecer os sinais remanescentes de suas vivências sociais mais comezinhas; se não de todo empenhado em interditar o acesso físico às suas produções da juventude — as quais, não sem razão, preferiu mais tarde ignoradas —, houve por bem suprimir, em grande parte, os vestígios de seus primevas relações pessoais, vínculos intelectuais e posições políticas, após um longo processo revisionista, “como se quisesse eliminar o bagaço de uma multifacetada experiência social”, apagar “as marcas históricas de sua passagem pelo mundo social” (MICELI, 2012, p. 46), para então apresentar-se como um intelectual originária e coerentemente constituído, infenso aos ditames sociais do ambiente no qual, nada obstante, ele não pôde senão medrar. Desses esforços enfeixados trata o próximo capítulo.

3 A REVISÃO DE RAÍZES DO BRASIL

“El concepto de **texto definitivo** no corresponde sino a la religión o al cansacio.”
(BORGES, 1985 [1932], p. 94-95, destaque no original)

Esta dissertação, seu título deixa claro, parte de um pressuposto: diz-se ali que *Raízes do Brasil*, primeiro livro de Sérgio Buarque de Holanda, é um clássico da literatura nacional. “Tornou-se” talvez seja o verbo de ligação porventura mais adequado. Pois, em determinado interstício de sua história octagenária, não o era. O trabalho não pretende, portanto, questionar o estatuto atual do livro, nem tampouco colocar em xeque a sua hoje efetiva clacissidade,⁴³ tal como hoje ele se encontra *dado*, por assim dizer. Há de se contentar se conseguir demonstrar o percurso pelo qual passou, os trabalhos que teve de realizar, as provações que teve de sofrer e o auxílio que logrou obter para, afinal, vir a se consagrar. Enfim, debruçar-se-á sobre o *construído*, para utilizar aqui a linguagem arendtiana.

Por vezes, o ato de revisão é, a uma só feita, exemplo de trabalho e provação de um livro. Há quem, tendo produzido alguma vez e logrado trazer a público determinada obra, opte mais tarde por não lhe fazer qualquer modificação; e se decida, então, por manter fidedigna a nova edição em relação à original, porque uma revisão, a certa altura, exigir-lhe-ia esforço talvez equivalente à elaboração de obra nova. Tal observação não constitui qualquer demérito à obra em si e está de acordo com as impressões de um reconhecido historiador francês, para quem, de todas as formulações tolas, a do livro “que não mais será reescrito” correria o risco de ser a mais tola; como se as premissas e conclusões de seu respectivo autor não fossem necessariamente alvos do uso ou abuso da contingência (cf. FEBVRE, 2009, p. 29-30). Que Febvre defenda tal concepção é uma conduta intelectualmente honrada, ao ponto da estranheza até, tanto mais ao se ter notícia de que ante as muitas solicitações de reedição de certo livro seu, dedicado a um conterrâneo renascentista, não pôde senão sentir-se envergonhado após a tarefa de reexaminá-lo com afínco, “com óculos de míope” (2009 [1944], p. 15), década e meia depois de sua primeira aparição, pois, à exceção de erros tipográficos e outros de menor tipo, não teria encontrado ali nada digno de alteração. Por ocasião de nova edição, sete anos depois, torna ele a dizer: “Não creio ter algum retoque a acrescentar ao original.” (2009 [1951], p. 20).

⁴³ Nada obstante, tal postura, apriorística como é, em si já a confirma, pois o próprio ato de se debruçar sobre uma obra e não outra — sobretudo no caso do objeto deste estudo, a contar com uma tradição exegética quase secular — revela a sua condição canônica mesma. A tais modelos é costumeiramente reservada uma “*continuity of attention and interpretation*”, que não se observa, que é negada àqueles tidos por não canônicos (KERMODE, 2011, p. 74).

Livros assim são raros. Afinal, revisão é operação que parece se impor, mais cedo ou mais tarde, a praticamente tudo que o intelecto se puser a produzir. A noção do livro ou texto definitivo resguarda alguma afinidade com o mito romântico de que as “verdadeiras” obras de arte nascem prontas, maduras, em uma mente inteiramente incôscia de suas gêneses. A crença no caráter não dedutível e indemonstrável do processo de criação, a elevação propriamente dita de seu valor, acaba por elevar a própria cotação do *criador*, que se trasmuda, assim, em “ventríloquo de Deus”, “falando a linguagem da vontade mesma, diretamente do “abismo”, como sua revelação mais própria, mais primordial, mais imediata”, conforme a verve de Nietzsche, “um oráculo, um sacerdote, mais que um sacerdote, uma espécie de porta-voz do “em-si” das coisas, um telefone do além” (2009, p. 93).⁴⁴

Desde os estertores do século XVIII e especialmente ao longo do século XIX, esse é um mito não à toa “conveniente e prazenteiro”, na concepção do crítico Charles Rosen (2004, p. 15), que prosperou sobretudo entre os artistas românticos, dito anteriormente, cuja recusa radical dos poderes do intelecto e da consciência racional — “*that false secondary power*” — alcançou máxima representação nos versos de um de seus mais tipos mais rematados:

I seemed to learn
That of we see of forms and images
Which flot along our minds and what we feel
Of active, or recognizable thought
Prospectiveness, or intellect, or will,
Not only is not worthy to be deemed
Our being, to be prized as what we are.
But is the very littleness of life.
Such consciousness I deem but accidents,

⁴⁴ Quem não se encontrar já habituado ao seu estilo tipicamente ambíguo poderá estranhar que, poucas linhas antes nesse mesmo livro, Nietzsche tenha recomendado a separação entre o artista e a obra como imperativo de fruição estética: “Afinal, ele é apenas a condição para obra, o útero, o chão, o esterco e o adubo no qual e do ela cresce — e assim, na maiorias dos casos algo que é preciso esquecer, querendo-se desfrutar a obra mesma. A inquirição sobre a *origem* de uma obra concerne aos fisiólogos e vivisseccionistas do espírito: jamais absolutamente aos seres estéticos, aos artistas! (2009, p. 90-91, *italico no original*). Talvez a interpretação mais escorregada desse trecho seja a que nele entrevê uma postura *conservadora* de Nietzsche aqui enquanto espectador, não mais filósofo propriamente dito. O contrário seria admitir o paradoxo do argumento, que põe em xeque a condicionante do social sobre a arte ao mesmo tempo em que a reafirma. Antes toma a forma de um conselho, por assim dizer, com vistas à preservação da contemplação da obra face a possíveis aproximações e dissabores em relação à pessoa do respectivo artista ou autor. Não se pode perder de vista, a esse respeito, que o mote da terceira dissertação de *Genealogia da Moral* são os desdobramentos da última fase musical de seu desafeto, outrora amigo íntimo, Richard Wagner. Corrobora a nossa tese a própria e brutal clareza nietzschiana, página e meia depois, acerca da falsa isenção e desinteresse artísticos: “Eliminemos de imediato os artistas: eles estão longe de se colocar independentemente no mundo, e *contra* o mundo, para que as suas avaliações, e a mudança delas, mereçam *em si* interesse! Eles sempre foram os criados de quarto de uma religião, uma filosofia, uma moral; sem contar que, infelizmente, não raro foram doces cortesãos de seus seguidores e patronos, e sagazes bajuladores de poderes antigos, ou poderes novos e ascendentes. Ao menos necessitam sempre de uma proteção, um amparo, uma autoridade estabelecida: os artistas não se sustentam por si sós, estar só vai de encontro a seus instintos mais profundos.” (2009, p. 92).

Relapses from the one interior life (WORDSWORTH, William *apud* WORDSWORTH, Jonathan, 2018, p. 60)⁴⁵

Revisar equivalia a cometer os pecados capitais da apostasia e do sacrilégio, ainda mais satânicos que os moinhos tenebrosos dos versos românticos de William Blake (“*And was Jerusalem builded here, / among these dark satanic mills?*”): desmentir a Deus e, após negá-lo, redimir a Sua criação. A metáfora teológica não é aqui de todo descabida, se se pensar na letra algo recente daquele sambista, a cantar composições estas não se fazem por mera predileção, que força nenhuma no mundo poderia interferir sobre o poder da criação ali envolvida: “Não, ela é uma luz que chega de repente / Com a rapidez de uma estrela cadente / Que acende a mente e o coração / E faz pensar que existe uma força maior que nos guia / Que está no ar / Bem no meio da noite ou no claro do dia / Chega a nos angustiar / E o poeta se deixa levar por essa magia / E o verso vem vindo e vem vindo uma melodia...”. Daí que uma ampla gama de comparatistas entreveja a permanência intermitente da visão romântica no Ocidente desde a sua aparição setecentista (BOSI, 1997, p. 100; PERRONE-MOISÉS, 1998, p. 189-190; LÖWY e SAYRE, 2015, p. 29-38; entre muitos outros), pois o Romantismo conformaria a expressão por excelência do sentimento artístico de descontentamento com a novel estruturação social engendrada a partir do *boom* da Revolução Industrial.

Um tanto derivativa e familiar a essa tese que encontra em Mannheim e Lukács os pioneiros de sua sistematização, Bourdieu credita todas as *invencionices* românticas, “desde a representação da cultura como realidade superior e irredutível às necessidades vulgares da economia, até a ideologia da “criação” livre e desinteressada, fundada na espontaneidade de uma inspiração inata”, à reação espiritual ao acelerado movimento do campo artístico em direção à autonomia e à conseqüente submissão dos escritores e artistas às leis dos mercados de bens simbólicos e à gendarmaria dele decorrente, não mais centrados na figura direta de patronos e mecenas, mas agora dependentes de “compradores anônimos de ingressos de teatro ou de concerto, de livros ou quadros [...], dos detentores dos instrumentos de difusão, editores, diretores de teatro, *marchands* de quadros” etc. (BOURDIEU, 1997, p. 102-104).⁴⁶

A noção, porém, de que “quem hipotecou uma obra ao mundo, já não tem direito a

⁴⁵ É possível que este seja um dos momentos de *O Prelúdio* a que Arthur Nastrovski diz neles vislumbrar, embora passageiros na obra considerada em sua inteireza, “a possibilidade de uma literatura da pura consciência, independente de relações com o mundo. [...] capaz, como Wordsworth, de nomear afinal a Imaginação como um “vapor sem pai” — *unfathered vapour* — e acreditar na criptomnésia como uma ficção salvadora. [...] capaz de mentir contra o tempo e narrar a si mesmo como um início — não como um Ahab, mas como um Ismael.” (1996, p. 12 e p. 112).

⁴⁶ Um exemplo dramático dessa recusa foi o já citado poeta inglês William Blake, que tentou obstinadamente reunir consigo os papéis de “autor, editor, ilustrador, redator, tipógrafo e distribuidor”, visando se tornar ele mesmo uma “instituição literária” autônoma, cujo esforço consistia num recuo a um período de produção literária anterior ao próprio sistema de patronato do século XVIII (MCGANN, 1983, p. 44-48).

ela”, ou seja, não é mais sua para, então, livre e racionalmente, revisá-la, fazer-lhe inspeções e também reparos, precede o tempo e o gênio dos românticos oitocentistas.⁴⁷ Séculos antes da pré-dica daquele poeta inglês, autor de *The Prelude*, e de uma maneira decerto inverossímil,⁴⁸ Montaigne proclamava: “Meu livro é sempre o mesmo.” Segundo o lema pessoal “acrescento, mas não corrijo”, o humanista francês cuidava de fazer apenas acréscimos aos seus ensaios, à medida que deles novas edições viessem a lume, inclusões que não passariam de “contrapeso incapaz de condenar a primeira forma e capaz de conferir algum preço especial a cada uma das seguintes”. Sem arruinar a mercadoria que lhe vendera, tais adições — mero ornamento, “qual marchetaria mal reunida” —, ele dizia, tinham somente o condão de agradar o comprador, a fim de que este, tendo retornado à sua mercearia, não se fosse “com as mãos totalmente vazias”. Condenando-lhes a volubilidade e afoiteza face à clientela livresca, e servindo-se ainda da metáfora mercantil, Montaigne era de opinião desfavorável ao comércio com autores revisionistas: “De tais pessoas só se deveria comprar depois de mortas. Deveriam pensar bem antes de produzir. Por que pressa?” (1998, p. 32).

Em segundo lugar, no que me diz respeito, temo perder com a mudança: meu entendimento nem sempre anda para a frente, anda também para trás. Não confio nas fantasias que me cheguem em segundo ou terceiro lugar mais do que nas primeiras, nem mais nas presentes que nas passadas. Muitas vezes nos corrigimos com tanta estultícia quanto corrigimos os outros. Minhas primeiras edições foram de 1580. Transcorrido tanto tempo, envelheci, mas por certo não ganhei mais nenhuma polegada de sabedoria. É verdade que eu agora e eu então somos dois; mas qual é o melhor não sei dizer. (1998, p. 33)

Raymundo Faoro conhecia bem o mote *J'adjouste, mais je ne corrige pas*. No prefácio à segunda edição de sua obra mais afamada, informa ao leitor ter rezado pela sua cartilha: “Posso afirmar, sem receio ao olho malicioso e zombeteiro do francês quinhentista, que a tese deste ensaio é a mesma de 1958, íntegra nas linhas fundamentais, invulnerável a treze anos de dúvidas e meditação.” (2012 [1973], p. 13). Somente forma e disposição dos assuntos seriam outras, diversas das originais, assim como o estilo, readequado à idiossincrasia autoral de então, declara. Faoro parece ter lançado mão, no entanto, do mesmo “subterfúgio resvaladio” utilizado por Montaigne para justificar sucessivas traições àquele seu preceito;⁴⁹ o jurista gaúcho não se limitou, a bem da verdade, a uma “pequena sutileza ambiciosa”, nem tampouco acrescentou-lhe a obra mero “emblema numerário”, como

⁴⁷ Com isso, não se quer fazer crer que os românticos mesmos não revisaram suas obras. Vide, a esse respeito, o capítulo “A Modern Instance: Editing Byron” em MCGANN, 1983, p. 51-54, bem como o capítulo “O texto definitivo: Balzac, George Gordon Byron, William Wordsworth” em ROSEN, 2004, p. 15-44.

⁴⁸ Cf. ROSEN, 2004, p. 23-25.

⁴⁹ Querendo-se uma comparação entre a primeira e segunda edições de *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*, cf. JASMIN, 2003, p. 357-365.

preconizados pelo ensaísta aquitano.

Ora, a segunda edição de *Os Donos do Poder* exsurge bastante “reelaborada no que diz respeito tanto à dimensão quanto ao conteúdo. Ocorreu um aumento substantivo das reflexões que compunham a obra em vários pontos. As 271 páginas na primeira edição se transformaram em 766 na segunda.” (REZENDE, 2015, p. 16). Como no caso do poema byroniano *The Giaour, a Fragment of Turkish Tale*, que “começou como um manuscrito de 344 versos e chegou a 684 versos no segundo momento em que foi publicado pela primeira vez; na segunda edição, lançada apenas seis meses depois, alcançou 1334 versos”, há de se convir que a segunda edição de *Os Donos do Poder*, ampliada como foi, não se tratava mais da mesmíssima obra, assim como “um poema de 344 versos não é a mesma obra que um poema de 1334 versos, mesmo que (como não é o caso) todas as palavras do manuscrito” reaparecessem intactas na edição definitiva (ROSEN, 2004, p. 25-26).

Euclides da Cunha, por exemplo, modificou *Os sertões* à exaustão. Uma simples comparação da primeira edição de *Sobrados e mucambos* com sua versão definitiva demonstra que Gilberto Freyre não somente reescreveu inúmeras passagens, como acrescentou capítulos, aumentando consideravelmente a dimensão da obra. Ao que parece, a obsessão de João Guimarães Rosa em reescrever textos apenas terminou quando seu paciente editor decidiu pôr fim à tarefa infinita do inquieto escritor, autêntico filósofo do sentido múltiplo das palavras. José Olympio teria recorrido a um método radical, literalmente livrando-se das provas do livro do autor de Sagarana. Na segunda edição de *Os donos do poder*, Raymundo Faoro, além de dobrar o tamanho do livro, acrescentou numerosas e eruditas notas de rodapé, num minucioso trabalho de reescrita [...] (ROCHA, 2004, p. 108-109)

Há naquele prefácio de Faoro uma sentida familiaridade com outro prefácio, igualmente de uma segunda edição, a de *Raízes do Brasil*, que interessa e anima este estudo. Nele Sérgio Buarque de Holanda adianta a modificação considerável que experimentara a nova versão de 1948, cotejada ao original de 1936 (cf. WEGNER, 2000, p. 52-67; FELDMAN, 2016, p. 33-122). Replicá-la tal como viera a lume naquela vez equivaleria a proferir, segundo seu testemunho, um velho credo que seu autor não mais professava: “Se por vezes tive o receio de ousar uma revisão verdadeiramente radical do texto — mais valeria, nesse caso, escrever um livro novo — não hesitei, contudo, em alterá-lo abundantemente onde pareceu necessário retificar, precisar ou ampliar sua substância.” (2016 [1948], p. 347). Não hesitou em alterá-lo abundantemente... Em artigo desse mesmo ano, publicado no jornal carioca fundado por Orlando Ribeiro Dantas, Sérgio Buarque reitera a ideia contida, comprimida naquele prefácio. Ao aludir à “família numerosa” de estudos brasileiros eminentemente voltados à investigação da personalidade nacional “através de suas raízes históricas”, ocorreu-lhe lembrar de “certo parente pobre”, um livro que, conquanto

timidamente, também se propunha um tal mister, dado a conhecer ao público por ele próprio — referindo-se sempre em terceira pessoa — havia pouco mais de uma década. “Tendo tentado, em segunda edição, corrigir o que pudesse haver de muito ambicioso nesse projeto, renunciou a apagar completamente a marca da origem, para não ter de refundir a obra toda, escrita e impressa quando aquela atitude dominava quase sem contraste.” (HOLANDA, 2011 [1948], p. 516). Era então, descontado o prefácio à segunda edição, a sua primeira crítica a *Raízes do Brasil*.

Enfim, como visto dentre os exemplos já demonstrados, é ilusória a noção — ou ideologia — do texto definitivo, e costumeiro que quase todo escritor calhe de revisar os seus. Mas, “com isso, criam mais problemas do que solucionam.” (ROSEN, 2004, p. 15).⁵⁰ Rosen exemplifica este argumento a partir do resumo e da discussão em torno das implicações do conto *Le Chef d'oeuvre inconnu* (1831), de Balzac, que trata justamente das consequências eventualmente catastróficas do ato de revisar — o conto mesmo foi muitas vezes revisado. Nele o obcecado mestre Frenhofer acaba por arruinar a perfeição de um quadro seu adorado, após as múltiplas revisões operadas ao longo de uma década inteira de compulsivo trabalho de aprimoramento — “*Hélas! s'écria le vieillard, j'ai cru pendant un moment que mon oeuvre était accomplie; mais je me suis, certes, trompé dans quelques détails et je ne serai tranquille qu'après avoir éclairci mes doutes*” (BALZAC, 1935, p. 106). Depois de grande relutância em aceitar a proposta do jovem Nicolas Poussin, pobre aspirante a pintor, de emprestar a noiva, a pudica Gillette, para servir no ateliê de Frenhofer como modelo, em troca da contemplação de sua magnífica tela de uma mulher vívida, “*sa Catherine*”, quando finalmente terminada. Chegado então o momento tão ansiosamente aguardado de revelar a obra de uma vez por todas — “*C'est ne pas une toile, cest une femme! une femme avec laquelle je pleure, je ris, je cause, je pense. [...] Cette femme n'est pas une créature, c'est une création. [...] Oh, il est fini. Qui le verrait, crourait apercevoir une femme*” (1935, p. 108), Poussin, acompanhado do mestre Porbus, não podia ver nada ali de verdadeiramente belo, senão cores confusamente amontoadas e um ajuntamento de linhas bizarras que formavam antes garatujas, não uma pintura, coisa que os deixou bastante estarecidos.

En s'aprocchant, ils aperçurent dans un coin de la toile le bout d'un pied nu qui sortait de ce chaos de couleurs, de tons, de nuances indéçises, espèce de brouillard sans forme; mais un pied délicieux, un pied vivant! Ils restèrent pétrifiés d'admiration devant ce fragmente échappé à une incroyable, à une lente et

⁵⁰ Rosen exemplifica o argumento a partir do resumo e da discussão do conto *Le Chef d'oeuvre inconnu* (1831), de Balzac, ele próprio muitas vezes revisado (e que trata justamente das consequências do ato de revisar), no qual um pintor acaba por arruinar a perfeição, para de um quadro seu após múltiplas revisões nele operadas ao longo de uma década inteira de um compulsivo trabalho de aprimoramento.

progressive destruction. Ce pied apparaissait là come le torce de quelque Vénus em marbre de Paros qui surgirait parmi les descombres d'une ville incendiée. — Il y a une femme là-dessous, s'écria Porbus en faisant remarquer à Poussin les couches de couleurs que le vieux peintre avait sucessivement superposées em croyant perfectionner as peinture. (BALZAC, 1935, p. 118-119)

Ao melhor estilo das fábulas, o conto se encerra com uma moral dramática: Poussien é abandonado por sua venerada Gilette, exposta que foi à nudez vergonhosa e inútil, e Frenhofer morre misteriosamente insano na mesma fatídica noite, em meio às suas telas todas incineradas. “*Le mieux est le mortel ennemi du bien*”, sentenciava Montesquieu décadas antes. O tema do testemunho da angustiante composição de uma obra de arte era caro ao homem Balzac, não apenas ao escritor, que, continuamente insatisfeito, para o horror das tipografias, destrinchava a obra sem parecer jamais cessar, “e mesmo quando esta já se achava em forma de livro, renovava ele o seu trabalho de novo para nova edição. Vinte páginas impressas significavam para ele portanto sempre cem subterrâneas, cada livro propriamente dez livros.” (ZWEIG, 1947, p. 371). O alvoroçado mestre Frenhofer, do conto de Balzac, é um tipo do qual é um personagem quiral o taciturno mestre Romão, “bom músico e bom homem”, de um conto de Machado de Assis, intitulado *Cantiga de Esponsais* (1884).⁵¹ Romão, músico frustrado — não realizado, melhor dizendo —, rege a missa na igreja do Carmo... na ausência de seu titular. Em podendo, queria fazer-se compositor, e compositor dos grandes. Chamado ele tinha: gestava nas entranhas, carregava consigo “muitas óperas e missas, um mundo de harmonias novas e originais, que não alcançava exprimir e pôr no papel” (1884, p. 51). O gênio heterodiegético de Machado apostrofa indiretamente o leitor com a seguinte explanação acerca dos élan e eflúvios criativos e suas positavações, concisa a mais não poder: “Parece que há duas sortes de vocação, as que têm língua e as que a não têm. As primeiras realizam-se; as últimas representam uma luta constante e estéril entre o impulso interior e a ausência de um modo de comunicação com os homens. Romão era destas.” (1883, p. 51).

Três dias depois de casado, mestre Romão sentiu em si alguma coisa parecida com inspiração. Ideou então o canto esponsalício, e quis compô-lo; mas a inspiração não pôde sair. Como um pássaro que acaba de ser preso, e forceja por transpor as paredes da gaiola, abaixo, acima, impaciente, aterrado, assim batia a inspiração do nosso músico, encerrada nele sem poder sair, sem achar uma porta, nada. Algumas notas chegaram a ligar-se; ele escreveu-as; obra de uma folha de papel, não mais. Teimou no dia seguinte, dez dias depois, vinte vezes durante o tempo de casado. Quando a mulher morreu, ele releu essas primeiras notas conjugais, e ficou ainda mais triste, por não ter podido fixar no papel a sensação de felicidade extinta. [...] Logo que ficou só, com o escravo, abriu a gaveta onde guardava desde 1779 o canto esponsalício começado. Releu essas notas arrancadas a custo e não concluídas. E

⁵¹ *E-book* disponível na seção Livros Raros da Biblioteca do Senado: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242830>.

então teve uma idéia singular: — rematar a obra agora, fosse como fosse; qualquer coisa servia, uma vez que deixasse um pouco de alma na terra. (1883, p. 52 e 54)

A peripécia da narrativa se dá logo após um momento de afobação no qual Romão exige, para melhor se inspirar, que o seu cravo álaque seja transposto à sala do fundo, defronte ao quintal, pois ar era o que necessitava. Não é preciso enfatizar aqui o paralelo óbvio entre o pôr-se ao teclado e o deitar-se ao leito de morte (pense-se nos suspiros últimos de Goethe, suplicando ao seu criado à janela por “luz, mais luz”): o *mise en abyme* da cena em que o músico flagra os afagos entre jovens vizinhos recém-casados e o franco desabafo decorrente de sua contemplação amarga parecem confirmá-lo. O enredo retoma a ideia de que a obsessão pela arte, além de resultar improdutiva, arrasta a um desfecho lúgubre.

— Aqueles chegam, disse ele, eu saio. Comporei ao menos este canto que eles poderão tocar... [...] Impossível! nenhuma inspiração. Não exigia uma peça profundamente original, mas enfim alguma coisa, que não fosse de outro e se ligasse ao pensamento começado. Voltava ao princípio, repetia as notas, buscava reaver um retalho da sensação extinta, lembrava-se da mulher, dos primeiros tempos. Para completar a ilusão, deitava os olhos pela janela para o lado dos casadinhos. Estes continuavam ali, com as mãos presas e os braços passados nos ombros um do outro; a diferença é que se miravam agora, em vez de olhar para baixo. Mestre Romão, ofegante da moléstia e de impaciência, tornava ao cravo; mas a vista do casal não lhe supria a inspiração, e as notas seguintes não soavam. [...] Desesperado, deixou o cravo, pegou do papel escrito e rasgou-o. Nesse momento, a moça embebida no olhar do marido, começou a cantarolar à toa, inconscientemente, uma coisa nunca antes cantada nem sabida, na qual coisa um certo *lá* trazia após si uma linda frase musical, justamente a que mestre Romão procurara durante anos sem achar nunca. O mestre ouviu-a com tristeza, abanou a cabeça, e à noite expirou. (1883, p. 55-56)

Fazendo doravante uma longa digressão, não se quer dar a entender aqui, nem sequer insinuar, com tipos e amostras do mundo literário cá escolhidos a mero título de ilustração, que façanhas e qualidades autorais — ou a inefetividade destas — se devam a torvações do espírito, transtornos da personalidade, perturbações mentais, uso de substâncias psicoativas, dependências químicas ou síndromes que o valham, em especial no caso de Sérgio Buarque; que seu esforço revisionista fosse, de algum modo, como há de se discutir mais adiante, sintoma de um maníaco *ungeschehenmachen* [tornar não-acontecido].⁵² uma literatura leiga ou clinicamente superespecializada, que arranca o leitor pelos desvãos

⁵² Em todo caso, também o seu comportamento era cercado de anedotas mil. Ele, por exemplo, jamais vestia marrom, a fim de não se confundir com um esquife, pois tinha verdadeiro pavor da morte, tanto, que pedia aos amigos, mesmo sendo ateu, que estes, vindo a partir primeiro, fizessem o favor de voltar para lhe contar sobre as vicissitudes do Além. Era um fumante inveterado (fumou até o último dia de vida), pitava “dois maços de Gauloises por dia, sempre mantendo o hábito supersticioso de nunca deixar treze cigarros dentro do maço” (ZERBETTO, p. 337); era também chegado em destilados, uísque, de preferência. Hipocondríaco, seu escritório vivia repleto de medicamentos “esparramados entre os livros — como num *bric-à-brac* —, vidros de colírio Moura Brasil, envelopes de Engov, lápis, adesivos, cinzeiros, um vidro de Agarol, Sonrisal, fósforos, latas de leite em pó, garrafas de uísque, remédios para dormir e outros para o manter acordado” (ANDRADE, 1972, p. 72).

insondáveis da mente célebre enferma, acometida tanto (da pecha) de *anormalidade* como de genialidade; “o teatro escandinavo e certos romances modernos *à these médical*, colocam-nos num ponto de vista donde se encara sob um ângulo excessivamente aberto o campo das perturbações mentais”. Esta opinião hoje secular, concebida por um psiquiatra introdutor da psicanálise em terras portuguesas, atribuía à vulgarização da teoria da degenerescência — esboçada pelo Leclerc setecentista e que alcançou seu apogeu no Max Nordau do século subsequente — e das doutrinas de Cesare Lombroso o desenvolvimento de uma mentalidade característica de uma burguesia esclarecida ou de um público dito “hiperculto e letrado”, bem disposto a “decorar com a rubrica da loucura ou a colorir com a etiqueta da degenerescência”, o médico detecta, “todos os personagens da vida real em que se logra vislumbrar o esboço de uma fobia, de uma obsessão, ou que marcam por uma excentricidade evidente, por uma singularidade de conduta ou anomalia de carácter.”

Com essa tendência, veio a florescer uma vasta literatura de inquérito psicopático, pronta a esquadrihar a biografia dos grandes homens, à procura de um diagnóstico retrospectivo que seja a chave explicativa da sua obra genial. De há muito se sabia que um grande número de homens de gênio — Tasso, Swift, Bernadin de Saint Pierre, Rousseu, haviam morrido em estado de alienação mental. Averiguado que Heine foi um atáxico, em nada se esclarece a compreensão dos seus poemas imortais. De se ter apurado que Guy de Muapassant e Donizetti foram paralíticos gerais, apenas se pode concluir que eles contraíram a avaria e lamentar que uma espécie de psicose tão brutalmente avassaladora tenha comprometido o seu gênio literário e musical. — Se Hoffman e Poe eram alcoólicos, e procuravam nas visões terríficas da sua alucinação tóxica o tema de algumas das suas produções; se o ciclotímico Musset se embriagava alegremente no Café Regence do Palais Royal; fácil é aos poetas menores convencerem-se de que não basta imitar a sua intemperança para escrever *Le Songe d’Octobre* e que não têm o direito de assimilar as criações da sua arte à atividade semiautomática dos centros inferiores, liberta do controlo das funções intelectuais mais elevadas. (SOBRAL CID, 1983 [1913], p. 6-7)

A socióloga francesa Nathalie Heinich, valendo-se de preceitos filosóficos de K. Jaspers (também ele um psiquiatra), compartilha uma tal visão, que tem no velho psicanalista vienense um de seus primeiros defensores. Em estudo antropológico voltado à admiração em torno da figura pública e reconhecidamente “insana” do pintor Vincent van Gogh, ela alerta para os perigos das simplificações em que *paradoxalmente* se convertem os diagnósticos psiquiátricos sobre o valor de artistas e obras de arte — tome-se o exemplo de Goethe, Schopenhauer e Nietzsche, dissecados sobre a mesa do necrotério de P. J. Möbius, todos situados em maior ou menor medida, assim como van Gogh, na interseção entre a medicalização da arte e a estetização da loucura (HEINICH, 1997, p. 82-83). A imputação da loucura pelo profissional da psiquiatria compreenderia, a um só tempo, segundo aquela socióloga, efeitos críticos de qualificação e descrédito, à medida em que atesta a autenticidade

do autor — já que este, tomado por um tal estado clínico, não poderia estar condicionado por influências e fatores externos, imitações etc. —, também o desacredita enquanto criador efetivo, porque foi um *outro* nele, espiritualmente alheio,⁵³ cuja expressão e estilo alcançou, por vias ocultas, significantes socialmente materializados (cf. 1997, p. 79-83). De sorte que Freud, diante de toda espécie de materiais biográficos, mesmo os de cunho psicanalítico, por mais rico e farto o subsídio histórico em que se fundamentem, julgava que nenhum deles teria o condão de esclarecer em absoluto “o enigma do maravilhoso dom que constitui o artista”, nem tampouco ajudaria a “compreender melhor o valor e o efeito de suas obras.” (2010 [1930], p. 362).⁵⁴ A questão que subsiste, nada obstante, reside na crença quanto à possibilidade de se separar, como que de modo *asséptico*, a obra da pessoa dos autores; se a produção intelectual destes poderia porventura ser considerada, conforme a indagação de certo filósofo especialista em Nietzsche, seu conterrâneo alemão Christoph Türcke, “como um composto autônomo de conceitos, juízos e conclusões, independentemente do modo como eles, enquanto entidades físicas, viviam, amavam e trabalhavam, independentemente dos hábitos e caprichos assumidos por eles, do modo como comiam e bebiam?” (1993, p. 8).

[Nietzsche] não é pioneiro daquele tipo de investigação do cotidiano hoje tão em voga, interessada, como quem olha pelo buraco da fechadura, em mostrar como também artistas e pensadores famosos eram, no fundo, gente como nós, sofrendo às vezes de indigestão e acessos de ira, cheirando mal, embriagando-se ou dizendo coisas não bem refletidas, e nem sempre se movendo nos píncaros de sua maestria. Para Nietzsche, não se trata de ficar bisbilhotando a esfera privada da pessoa *ao lado* da obra, mas de como farejar *na* obra a pessoa [...]. A tese de Nietzsche é diferente: a preferência dos filósofos por esta ou aquela direção de pensamento e sua parcialidade em cada caso dependem de sua respectiva constituição pessoal [...] De um lado, isto está bem na linha de Nietzsche — ao lado da obra, ficar vasculhando a biografia à busca de uma etiqueta que se pudesse pregar sobre a obra toda, é um método indigno. (1993, p. 8-9, itálico no original)

De resto, a ideia de revisão como aprimoramento, para além da mera forma ou da

⁵³ Em carta enviada em 16 de março de 1943 a um certo Dr. Künzli, então professor de filosofia da Universidade da Basileia, Jung alude à inexplicabilidade intrínseca à pergunta sobre o caráter da criação de determinado artista se este não sofresse de problemas de origem psíquica. “A infecção sífilítica de Nietzsche”, exemplifica (não sem apor um diagnóstico psiquiátrico de ordem especulativa...), “teve sem dúvida forte influência neurotizante sobre a sua vida. Mas é possível imaginar um Nietzsche *sadio* e com força criativa sem hipertensão — assim como Goethe. Ele teria escrito mais ou menos o que escreveu, menos ruidoso, menos penetrante — isto é, menos alemão —, mais inibido, mais responsável — algo mais sensato e reverente Burckhardt poderia ter sido amigo dele...” (JUNG, 2002, p. 337).

⁵⁴ “Quando Freud leu o seu *Leonardo* para a Sociedade Psicanalítica, Victor Tausk saudou o seu ensaio como um marco na história da crítica da arte. Contudo, nem o autor nem o resto da audiência caíram nesse engano. As minutas das sessões da Sociedade mostram o invariável respeito de Freud pela autonomia da arte frente ao patológico. “Sempre que uma grande realização está em causa”, insistia ele, “não temos o direito de colocar a neurose no primeiro plano.” O pequeno estudo sobre Dostoiévski fala no neurótico e no criador artístico. Evidentemente, o primeiro condiciona largamente os motivos e “estratégias simbólicas” do segundo, mas isso não quer dizer que a figura do romancista se identifique simplesmente com a do neurótico, o pseudo-epiléptico histórico e o masoquista subjacente ao jogador compulsivo. Se é verdade que o criador se nutre das suas neuroses, também é certo que as supera.” (MERQUIOR, 1980, p. 85-86, itálico no original).

figura autoral, comparece com viés expressamente positivo em uma obra contemporânea daquele conto de Balzac, mais precisamente no prefácio à segunda edição de *Ciência da Lógica*, concebida inicialmente como segunda parte de um sistema do qual a *Fenomenologia do Espírito* compunha a primeira. Seu autor, cômico das imperfeições que acometeram a primeira edição, bem como da magnitude do esforço para tentar remediá-las, não sem reconhecer a necessidade ainda persistente de apelo à indulgência do leitor, mesmo após anos de dedicação nesse sentido, resgata a lenda antiga — atribuída a Diógenes Laércio — de que Platão teria reescrito a *República* sete vezes. Hegel, que em sua juventude havia sido seminarista (ao lado de Hölderlin e Schelling), rememora, com uma máxima do evangelho, a todo aquele empenhado em erigir um novo edifício independente para as ciências filosóficas — ou seja, lembra-se e justifica-se a si próprio —, que tal anedota não tem outra serventia afora instigar o desejo intelectual de que, sobre uma obra não clássica, mas moderna, logo confrontada por um princípio mais profundo, um objeto mais complexo e um material mais abrangente, possa-se retrabalhá-la não apenas sete vezes, “mas setenta vezes sete” (2016 [1831], p. 42-43).⁵⁵ Sob o risco de, voluntariamente, não se chegar ao que se entendia ali por plenitude (*télos*) da filosofia, não cabia, pois, impor limites à revisão.

Tais citações, distantes no espaço e no tempo como são, parecem suficientes para questionar a opinião oriunda da falsa modéstia de certo crítico, para quem a característica por excelência da “maioria dos prefácios é a falta de necessidade” (CANDIDO, 2001 [1979], p. 71), e, assim, estranhava a mania intelectual, bastante brasileira, pelas coisas “sumárias e indicativas”. No prefácio à segunda edição de seu *Formação da Literatura Brasileira*, lamenta, desgostoso, que tenha “interessado realmente aos críticos e noticiaristas [...] a “Introdução”, pois quase apenas ela foi comentada, favorável ou desfavoravelmente.” Daí convidar o leitor a deixá-la de lado, “se assim desejasse, para buscar adiante o essencial” (2000 [1962], p. 15 e 23). Quando, porém, subscritos pelos próprios autores, prefácios consubstanciam por vezes depoimentos de grande valia investigativa no que concerne à feitura ou repercussão da obra que antecedem. De mais a mais, ao seu modo satírico e prosaico, em um manual de estratégias voltadas ao triunfo na vida literária, um belga prescrevia, diferentemente de Antonio Candido, que as dedicatórias e os prefácios estão para os livros assim como os legumes e a carne estão para o guisado [*pot-au-feu*]: “*Une préface de tel académicien vaut 500 exemplaires vendus. Aussi est-ce un certificat très demandé.*”

⁵⁵ Vide, a propósito, o registro do apóstolo Mateus: “Então Pedro aproximou-se de Jesus e perguntou: “Senhor, quantas vezes deverei perdoar a meu irmão quando ele pecar contra mim? Até sete vezes?” Jesus respondeu: “Eu digo a você: Não até sete, mas até setenta vezes sete” (Mt.18:21-22).

Beaucoup de gens placent l'action d'un roman en Alsace-Lorraine rien que pour avoir droit à une préface de Maurice B...” (DIVOIRE, 1912, p. 42; no mesmo sentido, em tom mais sério, cf. BOURDIEU, 2004, p. 170). Em que pese, no entanto, às confissões autorais ou de caráter marcadamente pessoal, a que se fez referência, o ato de revisar não se circunscreve ao nível da erudição, da técnica (τέχνη) ou da estética (εσ' ἠθικῆ) apenas, chegando mesmo a ultrapassá-las até a ordem ética (ἠθικός), e às implicações de tal alcance a sociologia não pode quedar indiferente, tanto mais a sociologia da literatura, mais precisamente do livro — ou mesmo do texto —, como se pretende cá empreendê-la.

István Mészáros, ao destinar todo um capítulo àquilo que vislumbra como a “tragédia” de seu prógono, György Lukács — isto é, não somente a malfadada trajetória no movimento comunista internacional, mas também a própria permanência da visão trágica de seus escritos da juventude como *Leitmotiv* que reaparece e atravessa os escritos da maturidade —, perpassa pela evolução da orientação intelectual do filósofo húngaro, “nascido na alta burguesia, filho de um banqueiro muito rico e poderoso”, a cuja produção original, natural que voltada ao “individualismo dominante nos debates culturais de sua época” (2011, p. 352),⁵⁶ não poderia, mais tarde, e por razões éticas, simplesmente dar as costas. A ocasião em que Lukács se pôs, em *História e Consciência de Classe* (1923), a criticar as determinações alienantes da sociedade capitalista mas, sobretudo, reavaliar francamente o fundamento mesmo dos textos da juventude, em especial *A alma e as formas* (1908) e *Teoria do Romance* (1916), Mészáros a entrevê como conduta digna de ser assumida, de maneira aberta, por todo “intelectual substantivo”, que não se despe com facilidade de suas convicções, a fim de revestir-se “a cada mudança dos ventos da moda e da acomodação cultural/política”, seja por oportunismo, inconstância ou inconsistência.

O verdadeiro crescimento intelectual não pode ser outro senão aquele processo orgânico que supera conservando e aprofundando, não obstante as mudanças qualitativas que podem e devem acompanhar a redefinição das suas relações com a dinâmica turbulenta da história. Mudar de posição, pulando de uma *tábula rasa* para outra, sem sequer tentar justificar o abandono das crenças antes professadas e a proclamação de novas certezas (as quais frequentemente são tão facilmente abandonadas tão logo as conveniências o exijam) pode resultar num vazio sem princípios. (MÉZSÁROS, 2011, p. 359)

Mas nem sempre se observa a disposição de um Nietzsche, novamente — filósofo a que Sérgio Buarque de Holanda, pelo menos o jovem Sérgio Buarque de Holanda, era

⁵⁶ “Nenhum argumento intelectual direto poderia alterar significativamente o poder sugestivo dessa visão aos olhos dos que compartilhavam a perspectiva social da qual tinha emergido a síntese teórica juvenil de Lukács. Para se entender os seus aspectos problemáticos, seria necessária a aparição de alguma motivação que permitisse ultrapassar o horizonte social que inspirou sua busca de respostas compatíveis com os limites deste horizonte, como de fato ocorreu ao autor alguns anos depois.” (MÉZSÁROS, 2011, p. 355-356).

chegado, com ver-se-á mais adiante —, para a autocrítica a esse respeito, como o fez dezesseis anos depois em relação a *O nascimento da tragédia* (1872), admitindo o estrago provocado pela juventude nesse seu livro inaugural,⁵⁷ tendo-o perfumado, à época, com “cheiro indecorosamente hegeliano”; e o impregnado, ainda que “em apenas algumas fórmulas, com o cadavérico aroma de Schopenhauer” (1995, p. 62). De tais influências ele viria então a se esquivar nos próximos livros, paulatinamente.

Longevo amigo da família Buarque de Holanda, o imortal “Chico” Barbosa revela, em texto introdutório a uma coletânea de artigos de autoria de Sérgio antes de 1936, que este nutria particular ojeriza aos escritos da juventude, publicados de modo esparsos em jornais e revistas da época. Sua vasta produção, estendida até a aparição de seu livro de estreia, ainda hoje o mais conhecido entre eles, considerará de todo “irrelevante”. Isso porque, na opinião de Francisco Barbosa, “Sérgio era um perfeccionista”, jamais teria entrado em sua cabeça dar novamente a conhecer o que escrevera até então; “procurava sempre evitar que se falasse em publicar os artigos da iniciação”. Daí a característica “atípica” de tal coletânea em sua obra de “autor sofisticado, consciente de seu ofício e extremamente rigoroso da qualidade do que fazia e publicava”. Talvez Sérgio a abominasse mesmo, se vivo fosse, pois Barbosa relembra a mágoa do amigo, o enfado por ele demonstrado, numa circunstância anterior,

quando Leonardo Arroyo imbuído das melhores intenções, supondo até que lhe estava prestando reverente homenagem, reproduziu diversas crônicas da seção “Literatura nos Estados” de *O Mundo Literário*, de 1923, comentando-as na Revista do Arquivo Municipal [1976, n° 32]. Essa exumação arqueológica desagradou a Sérgio, com surpresa de Arroyo. Ambos se respeitavam por uma mútua admiração. Pesquisador probo e competente, homem afável e sensível, é possível que desistisse de publicar o trabalho, por sinal interessante, se pudesse imaginar que ia causar um aborrecimento ao confrade ilustre, além do mais seu companheiro na Academia Paulista de Letras. (1988, p. 12-14)

Francisco Barbosa fazia um conceito do homem ao estilo do monomaniaco Honoré de Balzac das páginas já mencionadas de Stefan Zweig, obsessivamente às voltas com

⁵⁷ “Enquanto o troar da batalha de Wörth se espalhava por sobre a Europa, o cismador de ideias e amigo de enigmas, a quem coube a paternidade deste livro, achava-se, algures em um recanto dos Alpes, muito entretido em cismas e enigmas e, por consequência, muito preocupado e despreocupado ao mesmo tempo, anotando os seus pensamentos sobre os *gregos* — núcleo deste livro bizarro e mal acessível a que será dedicado este tardio prefácio (ou posfácio) [...] Dito mais uma vez, hoje ele é para mim um livro impossível — acho-o mal escrito, pesado, penoso, frenético e confuso nas imagens, sentimental, aqui e ali açucarado ao feminino, desigual no *tempo* [ritmo], sem vontade de limpeza lógica, muito convencido e, por isso, eximindo-se de dar demonstrações [...] Mas há algo muito pior no livro, que lamento ainda mais do que ter obscurecido e estragado com fórmulas schopenhauerianas alguns pressentimentos dionisíacos: a saber, que *estraguei* de modo absoluto o grandioso *problema grego*, tal como ele havia me aparecido, pela ingerência das coisas mais modernas. [...] À parte, está claro, de todas as esperanças apressadas e de todas as aplicações errôneas às coisas do presente, com as quais estraguei o meu primeiro livro, permanece o grande ponto de interrogação dionisíaco, tal como nele foi colocado, também no tocante à música: como deveria ser composta uma música que não mais tivesse uma origem romântica, como a música alemã — porém dionisíaca?...” (2007, p. 13, 15 e 21).

uma expressão em cuja busca pudesse afinal se satisfazer, o que não se dava, porém, sem que antes sua obstinação pela forma o arremessasse muitas vezes ao trabalho, quando, então, “derramava aumentos, complementos, explicações pelos manuscritos, ainda uma vez os pés raivosos dilaceravam a carne viva do trabalho já formado, e assim acontecia três ou quatro vezes, até que aparecia finalmente na revista a forma final.” (1947, p. 371). Sua visão acerca do tal perfeccionismo estilístico de Sérgio Buarque como motivo por excelência ou até mesmo exclusivo para impedir virem à tona os escritos juvenis talvez seja demasiado unilateral ou mesmo ingênua, a julgar pela veemência da censura do próprio Sérgio em relação a *Raízes do Brasil* — registrada em alguns artigos autocríticos, publicados logo após sobrevir a segunda edição em 1948, visto acima —, embora fosse uma visão compartilhada, aliás, por muitas pessoas igualmente próximas do historiador paulistano.

O finado historiador Sebastião Witter, que mais do que qualquer outro lhe seguiu rente os passos,⁵⁸ chama-lhe propriamente sua a “tarefa de escrever e reescrever, depois rever o já feito, traduzindo de forma clara o pensamento, como escritor exigente e preciso [...] rigoroso estilista, o quase perfeccionista Sérgio Buarque de Holanda [...]. Assim era ele, revisava a revisão, procurava a melhor palavra [...]” (2014, p. 22 e 28).

Igualmente conhecedora da “necessidade curiosa” que fazia parte da natureza de Sérgio Buarque, qual seja, a submissão de tudo quanto escrevia a um escrutínio não menos que rigoroso, Laura de Mello e Souza rememora, por sua vez, uma confiança que lhe fizera em algum momento durante o curto período de convívio profissional que com ele travou: o quão “sofria para escrever, levando não raro uma semana para redigir um parágrafo e trazendo nos bolsos pequenos pedaços de papel escritos e reescritos à mão para, depois, copiá-los à máquina. Como prova da tortura, sacou do bolso e me mostrou um desses papezinhos.” (2014, p. 15).

São inúmeros os testemunhos nesse sentido. De tom embora mais crítico, um jovem professor assistente também dirá, em resenha escrita no ano em que obtinha o título de mestre, que a segunda edição de *Raízes do Brasil* se deve “à preocupação do autor com o estilo e à composição tipográfica. Em comparação com a anterior, a presente edição ganha em beleza e vigor da expressão”. Para o mais tarde colega Florestan Fernandes, Sérgio Buarque teria então polido, “por assim dizer, a sua obra, aumentando os efeitos artísticos”; no todo, “as modificações introduzidas enriquecem a obra” (2018 [1949]), especialmente sob a perspectiva

⁵⁸ “Depois de ter sido seu auxiliar na direção do Departamento de História, dirigi o Instituto de Estudos Brasileiros e, atualmente, dirijo o Museu Paulista, que, hoje, integra o patrimônio da USP. Quando Sérgio o dirigiu ele estava diretamente ligado ao Governo do Estado.” (WITTER, 1998, p. 25-26).

literária.

Logo, como reagiria Sérgio Buarque de Holanda à edição crítica de *Raízes do Brasil*, lançada pela Companhia das Letras, em homenagem aos oitenta anos do lançamento do livro original? Havia de encará-la como o fez em relação àquele resgate literário de sua juvenília, empreendido inopinadamente por Leonardo Arroyo? Difícil questão. O certo é que há muito reclamavam uma sua edição crítica. João César de Castro Rocha, para quem *Raízes do Brasil* constitui um “livro-problema”, reclamava mais propriamente contra o vagar da “prometida” edição crítica, “anunciada há, pelo menos, uma década”; como esta não viesse então a lume, em no mínimo três ocasiões Rocha pôs-se a aventar hipóteses para essa “notável ausência” (2004, p. 115; 2012a, p. 16; 2012b, p. 26). Coube, pouco depois, a Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz organizá-la, finalmente, em uma edição limitada (cf. 2016). Constava já no currículo de Schwarcz, ao lado do hoje falecido Ricardo Benzaquen de Araújo, a organização da edição comemorativa dos setenta anos de *Raízes do Brasil* (cf. 2006). Mas somente a edição crítica de 2016 veio no formato que se convencionou denominar — erroneamente — de *variorum*.

Variorum é uma abreviação da locução latina *editio cum notis variorum*, concebida atualmente, em meio à crítica literária, como a edição que reúne todas as possíveis variantes de um determinado texto, dispostas de modo que o leitor fique a par das decisões textuais tomadas pelo autor antes ou mesmo depois da publicação da obra. No entanto, ao invés de abreviação, talvez fosse mais acertado considerá-la uma corruptela, pois *variorum*, uma especialidade dos editores setecentistas dos Países Baixos, consubstanciava a edição de textos clássicos, em grego ou latim, que se fazia acompanhar de uma variedade de anotações por parte de uma tradição de críticos e comentadores. Sua importância não residia no esforço de agrupamento das modificações sofridas pelo texto ao longo do tempo, e, sim, na incorporação das notas propriamente ditas, juntadas a uma única edição do texto amplamente aceita no período. A noção atual de *variorum* se trata, pois, nas palavras de Charles Rosen, de “um solecismo já enraizado” mas útil, em todo caso, posto permitir entrever que não apenas o termo em si, “mas também o aspecto e a função de uma edição crítica se modificaram radicalmente no decurso dos séculos.” (2004, p. 21).

À guisa da edição das obras do dramaturgo elizabetano Thomas Nashe, “tida muitas vezes como o próprio modelo de uma edição crítica moderna” (ROSEN, 2004, p. 21), organizada por Ronald Brunlee McKerrow — um dos mais respeitáveis bibliógrafos do século passado —, a edição crítica de *Raízes do Brasil* traz ao pé da página as variantes de todas as suas cinco edições, saídas respectivamente em 1936, 1948, 1956, 1963 e 1969 (identificadas

no texto pelas letras A até E), as quais revelam o envolvimento do autor com o texto de suas primícias durante mais de três décadas. O leitor não há de encontrar nela, como não encontraria na *variorum* clássica, porque desconsiderados, “rascunhos, anotações, provas de revisão e publicações isoladas do livro”, a fim de facultar àquele uma melhor e mais acurada percepção da “constatação da construção da obra na diacronia” (ACUÑA e DIEGO, 2016, p. 30). Já as notas originais do autor, constantes, a cada edição, quer ao fim do capítulo, quer do próprio volume, passaram a figura ao cabo do respectivo capítulo sob a forma de algarismos romanos. Rosen toma por singular e, inclusive, “um tanto perversa” a experiência de leitura de uma edição *variorum* como a tal, no sentido moderno.

Nossa atenção é constante e bruscamente arrancada da leitura para considerar a troca de uma vírgula por um ponto-e-vírgula, a adição de um parágrafo, a eliminação de uma frase. O leitor tem a ilusão de estar sentado na cadeira do autor: pode esquadrihar e escolher entre alternativas, lamentar oportunidades perdidas, avaliar cada aperfeiçoamento. A cada passo é desviado de um texto por outro texto. [...] Uma página de texto lima é um convite para que nos concentremos na obra. Por outro lado, é infinitamente mais perturbador ser obrigado continuamente a ir buscar no fim do livro a informação necessária à compreensão. A decisão de imprimir uma página com um texto puro, incontaminado por notas, é, no fim das contas, a resposta da editora a uma questão ontológica: O que é uma obra de literatura? (ROSEN, 2004, p. 20 e 22)

Um autor deve ter sua obra exposta a público na companhia das sucessivas modificações que eventualmente sofreu, contraposta *a si própria* e assim visivelmente destituída de sua “aura”, seu *hic et nunc*, na acepção benjaminiana? Rosen reconhece que apresentá-lo sobretudo “por aqueles aspectos de sua obra que ele não queria que fossem vistos pelo público é uma tarefa peculiar, e aos olhos de muita gente parece imoral.” (2004, p. 37). Não poucos se mostraram indignados após verem publicadas versões rabiscadas, inacabadas ou mesmo descartadas de seus trabalhos — feito Sérgio Buarque, visto acima, quando *descobertos* os textos que preferia esquecidos; ou ao terem de acatar decisões editoriais no sentido de corrigir, emendar ou extirpar trechos⁵⁹ e até obras quase inteiras (vide o caso

⁵⁹ “No caso de Eliot, “Terra Devastada” trata-se de uma elegia sobre os descaminhos da I Guerra Mundial e outras ruínas Ocidentais. Quer dizer, européias. Há muita controvérsia cercado o poema. Mas a versão mais aceita é a de que ele foi “cortado” e “editado” por Pound, que o reduziu à metade do que Eliot originalmente havia escrito e lhe enviado. Ora isso depois causou até um grande mal-entendido à poesia. Sobretudo quando baixava num poeta qualquer o espírito de Pound e este danava-se a revisar — sempre cortando — os versos de seus pares. Tornou-se, assim uma sorte de esporte ou passatempo. Um tanto sádico, é verdade. Mas o fato é que Eliot saiu muito bem na foto após os cortes de Pound e da publicação desse poema de tons trágicos e grandiosos. E, logo, durante um bom tempo, o que entendemos por poesia norte-americana consistia em ser Eliot ou imitá-lo. Seu parecer era dogma. É dele que vem a corrente mais “hegemônica” da poesia norte-americana, pelo menos até as décadas de 50 e 60.” (CARVALHO, 2007). A propósito, Jeffrey Meyers, reconhecido biógrafo de escritores e poetas, alude à reputação de Ezra Pound à década de 1920 como um “*unofficial minister of culture who acted as mid-wife for new literary talent*” (1985, p. 73), bem como ao sucesso de *The Sun Also Rises* ser em grande parte devido às sugestões e revisões e contatos de Pound e F.

emblemático de *Look Homeward, Angel* e a relação controvertida entre o editor Max Perkins e Thomas Wolfe, que chegou às telas dos cinemas, inclusive). E não poucos se exasperaram ao identificar na obra de outrem o que julgavam ser seu de direito. Versado em direitos da propriedade intelectual, Denis Borges Barbosa — falecido prematuramente — fazia pouco da insistência de certa reportagem de *O Globo* quanto ao suposto plágio cometido pelo escritor canadense Yann Martel, autor de *Life of Pi* (2001), às custas de *Max e os Felinos* (1981) de Moacyr Scliar.

O plagiador teria copiado do gaúcho (e agradecido a idéia) o tema de uma pessoa e uma fera repartindo um bote no meio do mar. Mas o plágio só existe no mundo ficcional da imprensa. [...] As matérias do GLOBO falam de um filme de Fellini cujo cartaz mostra a imagem de um rinoceronte e de um naufrago num bote — a idéia pretensamente de Scliar. Menos literalmente, mas na exata tensão da idéia, Guimarães Rosa já encarcerava uma onça e uma pessoa em ambiente restrito em “Meu tio o lauretê”, publicado no livro “Estas estórias” (1969); o tema de Dr. Jeckyl and Mr. Hide, de “O médico e o monstro”, constrói-se na mesma contiguidade entre homem e fera. Em direito e em ética entre escritores, Martel fez tudo que devia: deu créditos a Scliar. O resto é *fait divers*. (2002)

Trocando em miúdos, não existe plágio de ideias. A categoria de “plágio conceitual” não configura ilícito penal, tampouco moral. O direito ao conhecimento é da mais ampla transindividualidade real. Na peça *Nabucco* (1841), Verdi inicia a Cena IV do Ato II pondo o coro para bradar o seguinte imperativo: “*Va', pensiero, sull'ali dorate!*” O compositor italiano parecia reconhecer que as ideias têm voo livre, possuidoras que são de asas douradas; não há quem possa detê-las consigo, para si, como fossem suas próprias. E, no entanto, certos autores ainda se veem como titulares exclusivos da *propriedade literária*, por assim dizer (cf. ROSEN, 2004, p. 41-42). Ou, nos termos de Pierre Bourdieu, face à paulatina constituição de um mercado de arte impessoal, à consequente autonomização do campo artístico, aqueles afirmam, a um só tempo, “por via de um paradoxo aparente”, a singularidade de sua condição intelectual ou artística e a irredutibilidade de sua obra à condição de mera mercadoria (1997, p. 103). Advém de tal dinâmica reativa a concepção de que detêm, incontestes, autoridade literária sobre a sua obra. A esse respeito, J. J. McGann contemporiza um pouco, ao ratificar esse entendimento, não sem lhe apor uma condicional: o autor detém, sim, autoridade sobre sua própria obra, porém somente até o momento em que esta deixa de ser uma “melodia inaudita.” Isto é, tão logo seja dada a conhecer e atravesse todo um processo de revisões autorais e correções editoriais — no caso da obra literária —, que esteja, enfim, no prelo, seja então publicada e conheça, mais tarde, críticas e reimpressões, estando vivo ou já morto seu

Scott Fitzgerald. O prestígio de ambos foi renegado por Ernst Hemingway mais tarde, que passou, a partir de 1926, a creditar as razões de seu triunfo à própria originalidade.

autor, muitos agentes são dela partícipes, e o processo como um todo constitui uma instituição social em cujo centro está a obra, para além da figura isolada do autor. A obra não consubstancia, portanto, apenas uma série de textos ou camadas construídas unicamente pelo autor, mas também uma série de atos de produção que reclamam todo um empreendimento social a fim de que a obra seja tida como tal. Estando perfeitamente ciente do quanto os autores se mostram ciosos de sua obra, sobretudo perante a gendarmaria literária que há de tratá-la, publicá-la e, afinal, recepcioná-la, McGann não tem a pretensão de asseverar que a autoridade sobre a obra repouse, antes, nas mãos de agentes institucionais, em vez do próprio autor. Para ele, a autoridade cabal não jaz nem naqueles, nem sequer nestes, mas notadamente na estrutura real de interferências recíprocas na qual as autoridades cooperantes se envolvem em determinados casos (1992, p. 52-54).⁶⁰ Sendo a editoração uma forma de crítica, o mais das vezes ligada às questões da formação de cânones e da história literária, na opinião de Arthur Nestrovski, seria bom, ele adverte, “perder a ilusão da neutralidade ou inocência na relação que existe entre um texto e um livro.” (1996, p. 98). Ainda segundo o crítico, tão logo se torne livro, o texto parece se elevar ao estatuto do *conatus* espinosano; postulado em si mesmo como o real, ele conquista uma autenticidade que, via de regra, nem os críticos, tampouco os leitores se dão ao luxo de contestar — em resumo: dispensado de uma dialética diacrônica e *etiológica*.

Numa passagem memorável de seu ensaio sobre o romance *White jacket*, de Melville, o grande crítico norte americano F. O. Matthiessen se detém sobre uma expressão particular: “*soiled fish of the sea*” (o peixe sujo do mar). Para Matthiessen, “ninguém, exceto Melville, poderia ter criado o mesmo efeito... esse inesperado vínculo entre a limpeza (do mar) e a sujeira (do peixe) só poderia ter nascido de uma imaginação capaz de apreender o terror das profundezas, das

⁶⁰ Tais arranjos podem se dar tanto acidentalmente, como no caso das pranchas de Rorschach, cuja reprodução tipográfica imprimiu aos desenhos um sombreado [*helledunkeldeutung*] inexistente nos originais e, ao invés de comprometê-los, acabou por conferir ao teste em si possibilidades não tecnicamente previstas pelo psiquiatra suíço que os desenvolvera; como podem se dar, e é a praxe, de forma mais proposital — a literatura nos dá exemplo dessas disposições. No conto *O Homem Célebre*, de Machado de Assis, um atormentado compositor de polcas disputa com um editor sobre os títulos que lhes devia convir: “Pestana, quando compôs a primeira polca, em 1871, quis dar-lhe um título poético, escolheu este: *Pingos de sol*. O editor abanou a cabeça, e disse-lhe que os títulos deviam ser, já de si, destinados à popularidade, — ou por alusão a algum sucesso do dia, — ou pela graça das palavras; indicou-lhe dois: *A lei de 28 de Setembro*, ou *Candongas não fazem festa*. — Mas que quer dizer *Candongas não fazem festa*? perguntou o autor. — Não quer dizer nada, mas populariza-se logo. Pestana, ainda donzel inédito, recusou qualquer das denominações e guardou a polca; mas não tardou que compusesse outra, e a comichão da publicidade levou-o a imprimir as duas, com os títulos que ao editor parecessem mais atraentes ou apropriados. Assim se regulou pelo tempo adiante. Agora, quando Pestana entregou a nova polca, e passaram ao título, o editor acudiu que trazia um, desde muitos dias, para a primeira obra que ele lhe apresentasse, título de espanto, longo e meneado. Era este: *Senhora dona, guarde o seu balaio*. — E para a vez seguinte, acrescentou, já trago outro de cor. Exposta à venda, esgotou-se logo a primeira edição.” (1896, p. 82-83). Edição original disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000018590&bbm/5307#page/4/mode/2up>. Acesso em 28 dez. 2018. Poder-se-ia mencionar ainda, nesse sentido das relações conturbadas entre escritores, editores e agentes literários, o conto *Financing Finnegan* (1938), de F. Scott Fitzgerald.

profundezas imateriais não menos que físicas”. Infelizmente, para o crítico como para nós, hoje se sabe que a palavra “*soiled*” não passa de um erro tipográfico: Melville escreveu um adjetivo bem mais prosaico, no contexto: “*coiled*” (espiralado), que só virou “*soiled*” na transcrição do manuscrito. Erros como esse são muito mais frequentes do que se imagina e interpretações baseadas em gralhas, ou em alterações de qualquer outra ordem, se não chegam a ser regra, também não são exatamente exceção. (NESTROVSKI, 1996, p. 95)

Daí que a publicação da obra por parte de agentes institucionais, acompanhada das modificações empregadas pelo autor — dito anteriormente, contraposta *a si própria* —, alterações que ele próprio preferiu não evidenciar nas edições subsequentes, como no caso de *Raízes do Brasil*, aparente ser uma decisão ofensiva aos brios autorais, com desdobramentos éticos, não apenas técnicos ou estéticos. Inadvertidamente ou não, trazer à tona algo da dimensão de uma interação simbólica é por vezes incômodo àqueles que aí se encontrem, pois o ato enunciativo jamais é neutro: afeta o próprio conteúdo enunciado, e por mais que os sujeitos desse espaço simbólico não o ignorassem, este, uma vez manifesto, passa doravante a modificar a interação em si. Uma expressão desse mal-estar incutir-se-ia na exclamação de surpresa do Deus bíblico, enquanto ordenamento simbólico *reificado*, perante um Adão recém-caído: “Quem te mostrou que estavas nu?” (Gênesis 3:11). Não foi justamente a partir daí — e não do ato em si de comer do fruto proibido — que se quebrou o pacto simbólico celebrado entre a deidade e a humanidade?

Os autores são como que resistentes à exposição, por terceiros e a terceiros, do *devir* abscondido de sua obra, porque “o impacto sobre o sujeito é”, na compreensão de Žižek (2011), “arrasador quando ele descobre que o Outro sabe o que supostamente não deveria saber”. Dito em outras palavras, na instância instrumental-simbólica de uma edição crítica, os editores parecem representar, à guisa deuteragonista, a criança do famoso conto de Andersen, *A Roupas Nova do Rei* (1837), que literal — e inconvenientemente? — descobriu a nudez real.

Logo, o que, na segunda edição de *Raízes do Brasil* principalmente, Sérgio Buarque de Holanda preferiu calar, omitir, passar despercebido, deixar sub-reptício, quando muito nas entrelinhas prefaciais? Enquanto o historiador João Kennedy Eugênio, em sua tese de doutorado publicada, chama atenção para os acréscimos e retoques sofridos pelo livro — “Todos os capítulos foram ampliados e chegam a 116 os parágrafos acrescidos” (2011, p. 372) —, no mesmo período, o sociólogo Leopoldo Waizbort destacava, por sua vez, os “ocultamentos e expurgos” perpetrados pelo autor (2011, p. 53). Para o primeiro, Sérgio buscava atenuar o prisma organicista da primeira edição; já ao segundo, redefinir sua posição e postura políticas mesmas, mediante escamoteamento ou obliteração de “tópicos de diagnóstico e fundamentação política”, face ao “enorme incômodo que o texto de 1936 traria

ao autor” (2011, p. 52).⁶¹ Conquanto não se limite a isso, ao deparar entre os tipos de mudança introduzidos na segunda edição de *Raízes do Brasil* o despojamento da escrita, a correção de equívocos, trocas de expressões etc., todos investigados por Eugênio (2011, p. 374-381), este se circunscreve, de certo modo, àquela tradição que toma Sérgio Buarque como um esteta aficionado da língua escrita, razão por excelência pela qual se punha a rever e revisar insistentemente os próprios escritos — note-se que a quinta e última edição revisada de *Raízes do Brasil* apareceu em 1969, manifestação de um contato e exercício de mais de três décadas com o primeiro livro. Sem questionar esse predicado, o desejo buarquiano de *sprezzatura* estilística — sem sequer suscitá-lo, melhor dizendo —, Waizbort assume postura menos complacente, por assim dizer (ou mais “à contrapelo” da História, no sentido benjaminiano). A hipótese de seu artigo jaz na propositura de que a extirpação de referências intelectuais tidas tradicionalmente como pertencentes “ao campo conservador e antidemocrático” compreende uma estratégia autoral de salvaguardar a si próprio e ao seu livro de serem ambos situados no interior desse mesmo campo (2011, p. 53). No que foi bem-sucedido, ele comprova.

A título de ilustração, constava o seguinte na primeira edição de *Raízes do Brasil*, de 1936:

Na verdade, a ideologia impessoal e antinatural do liberalismo democrático, com as suas maiúsculas impressionantes e com as suas fórmulas abstratas, jamais se naturalizou entre nós. [...] Com a simples cordialidade, a bondade, não se criam os bons princípios. É necessário um elemento normativo sólido, inato na alma do povo, ou mesmo implantado pela tirania, para que possa haver cristalização social. A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas invenções fraudulentas da mitologia liberal, que a história está longe de confirmar. É certo que tais invenções, em si, não constituem argumento sério contra o liberalismo e que existem outros recursos, além da tirania, para a consolidação e a estabilização de um organismo social e nacional. (2016, p. 280-281 e p. 327-328, nota de rodapé)

Já na segunda edição, de 1948:

Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. [...] Com a simples cordialidade não se criam os bons princípios. É necessário algum elemento normativo sólido, inato na alma do povo, ou mesmo implantado pela tirania, para que possa haver cristalização social. A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas ilusões

⁶¹ Ele nutria, de fato, sentimentos ambivalentes em relação a *Raízes do Brasil*. No documentário homônimo (2004), realizado pelo recém-falecido Nelson Pereira dos Santos, aclamado diretor do filme *Vidas Secas* (1963), seu filho Chico Buarque revela o pavor que o pai tinha quando qualquer das crias, já crescidas, ameaçava-lhe ler o primeiro livro; Sérgio se esforçava por demovê-los e quase sempre recomendava uma outra produção sua, *Visão do Paraíso*, o mais das vezes. E, nada obstante, presenteava cada filho de seu filho com a respectiva edição de *Raízes do Brasil*: à primeira neta, a primeira edição; à segunda, a segunda... o que fazia constar nas dedicatórias, até a décima quarta “neta ou neto”, ainda na barriga da mãe, que ele não viu nascer. O depoimento de Chico Buarque pode ser acessado mediante o *link* a seguir: <https://youtu.be/etUEsguoUx4?t=1209>. Acesso em 28 dez. 2018.

da mitologia liberal, que a história está longe de confirmar. É certo que a presença de tais ilusões não constitui em si argumento contra o liberalismo e que existem outros remédios, além da tirania, para a consolidação e a estabilização de um organismo social e nacional. (2016, p. 280-281 e p. 327-328, nota de rodapé)

Além das críticas abertas ao liberalismo democrático, como visto acima, desaparecem da primeira edição autores mais ou menos associados a correntes vitalistas ou irracionistas ao fim da década de 1940, tais como Carl Schmitt, Friedrich Nietzsche, Kurt Breysig, Ludwig Klages, Oswald Spengler... e também Gilberto Freyre,⁶² o que abstrai do esforço revisionista de Sérgio Buarque uma dimensão tanto mais dramática, máxime quanto ao último. O Sr. Gilberto de Mello Freyre, visto “hoje, numa atitude provinciana, como o anti-Sérgio”, na opinião de José Mário Pereira (2000), era então o coordenador da coleção “Documentos Brasileiros”, da Editora José Olympio,⁶³ inaugurada por *Raízes do Brasil* em outubro de 1936, para o qual o já consagrado autor de *Casa Grande & Senzala* (1933) redigiu um prefácio se não longo, de tom bastante encomiástico, cujo texto a aludida edição crítica de 2016 houve por bem resgatar, despregado que estava desde a segunda edição.

A série que se inicia hoje com o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, vem trazer ao movimento intelectual que agita o nosso país, à ânsia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova inteligência brasileira, uma variedade de material, em grande parte ainda virgem. Desde o inventário à biografia; desde o documento em estado quase bruto à interpretação sociológica em forma de ensaio. [...] Os organizadores desta coleção foram ainda felizes, podendo fazer do trabalho de Sérgio Buarque de Holanda o seu volume número I. O escritor paulista é uma daquelas inteligências brasileiras em que melhor se exprimem não só o desejo como a capacidade de analisar, o gosto de interpretar, a alegria intelectual de esclarecer. Quando apareceu, há dez ou doze anos, ao lado de Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas) — talvez a vocação mais pura de crítico que já surgiu entre nós —, foi logo revelando as qualidades e o gosto que agora se afirmam vitoriosamente. (FREYRE, 2016 [1936], p. 341)

A julgar somente pelo sucesso literário e comercial do escritor recifense já àquela época, é curioso que uma obra impressa, portanto, sob os seus auspícios não tenha logrado o êxito comercial e de crítica esperado — lembre-se do suspiro de Sérgio acima, ao referir

⁶² Parece óbvio enfatizar que as alterações empreendidas não em *Raízes do Brasil* não se resumem à mera supressão de marcos referenciais, da onomástica propriamente dita — Freyres, Nietzsches, Schmitts... —. Praticamente na mesma época em que dados à estampa os estudos de Eugênio e Waizbord, Luiz Feldman (2013, p. 119-140) compilava três conjuntos de modificações conceituais por que passou a “edição *princeps*”, isto é, a de 1936, a saber: a temática da herança ibérica (“Tradição”), do progresso político (“Revolução”) e, finalmente, do banimento como condição característica do brasileiro (“Desterro”). No entanto, pode-se divergir do sintagma “clássico por amadurecimento” com que Luiz Feldman intitulou dois de seus trabalhos, ressonantes a respeito do primeiro livro de Sérgio Buarque de Holanda. Embora em contraste à famosa expressão “clássico de nascença”, de Antonio Candido, tal locução segue a insinuar menos um complexo de processos e relações sociais envolvidos na dinâmica de consagração literária não imediata de *Raízes do Brasil*, do que uma *decorrência natural* experimentada pelo livro e seu autor, como que espontânea, individual e positivamente.

⁶³ O brasilianista Randal Johnson afirmou certa vez que, sem uma discussão sobre a Editora José Olympio, seria impossível a compreensão mais ampla e completa da dinâmica do campo literário entre 30 e 40 (1995, p. 173).

Raízes do Brasil como “certo parente pobre” da “família numerosa” dos estudos brasileiros daquele momento. João Cezar de Castro Rocha rememora, a partir do escrutínio da correspondência entabulada entre Gilberto Freyre e José Olympio naquele período, o esmero e o cuidado ali registrados “com a publicação de *Raízes do Brasil*, lançado meses depois de *Sobrados e Mucambos*.” (2012, p. 14).

Aquele não foi um prefácio de encomenda, impessoal, por assim dizer. Gilberto Freyre era conhecido de Sérgio Buarque desde os idos da década de 1920, próximo que era de um amigo em comum, o poeta Manuel Bandeira, a quem havia encarregado o escrito *Evocação do Recife*, que compareceu no *Livro do Nordeste*, em comemoração ao primeiro centenário do Diário de Pernambuco em 1925. Chico Barbosa dirá que Rodrigo Melo Franco de Andrade — a quem o futuro magnata das comunicações Assis Chateaubriand confiará a direção do novo formato da Revista do Brasil —, Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Holanda — secretário e colaborador da Revista, respectivamente —, “logo se irmanaram àquele novo companheiro que a todos fascinava pela autenticidade e ausência de pose.” (1988, p. 21). Gilberto Freyre passou a colaborar frequentemente para com a Revista, assinando crônicas ora sob o pseudônimo de Esmeraldino Gomes, ora J. J. Gomes Sampaio. Numa dessas ocasiões, bem antes do escândalo do caso Sokal, Freyre dava uma de Pierre Louÿs — que ludibriou a comunidade científica europeia no fim do século XIX com a publicação de poemas ditos recém-descobertos, de autoria de uma fictícia poetisa grega da Antiguidade clássica — ao inventar a figura d’“Os Novos do Piauí”, com o que despertou a curiosidade de alguns intelectuais, como o poeta simbolista Nestor Vitor, por exemplo, interessado em lhes conhecer pessoalmente, assim como ao autor do malogro então ainda não revelado. Gilberto Freyre fixou-se em Recife, como assessor e espécie de chefe de gabinete do então governador de Pernambuco, Estácio Coimbra, ao fim da República Velha. Porém,

[...] nas suas vindas ao Rio de Janeiro por essa época, estreitou a camaradagem que estabeleceu com Sérgio e Prudente, que se julgavam sem compromisso para com o Modernismo. Ademais, eram boêmios e isso agradava a Gilberto. “Boêmios pelo gosto da música popular brasileira. Da carioca. Daí, mais de uma vez amanhecemos, bebendo chope, em bares tradicionalmente cariocas, ouvindo para nós brasileiríssimos e como que nossos mestres, além de amigos, da cultura brasileira, Donga, Patrício Teixeira, Pixinguinha. Fontes, para nós três, de uma cultura autenticamente popular e extra-européia, nas suas bases, que estava, em grande parte, na música em que eles eram mestres.” (BARBOSA, 1988, p. 22)

Só que Sérgio Buarque havia sabido de Gilberto Freyre antes mesmo da aproximação deste com o grupo carioca. No artigo “Depois da Semana” em *Tentativas de Mitologia*, o historiador paulista rememora um episódio no qual viria a desistir de escrever sobre James Joyce, cuja “larga publicidade” à época o instigou a “ler a maior parte de seus

livros”, tendo faltado, no entanto, o mais expressivo entre eles, *Ulisses*, “então praticamente inacessível”. O mal literário foi remediado por Paulo Prado, mais tarde autor de *Retrato do Brasil* (1928), que, após viagem à Europa em 1922, trouxe entre seus pertences uma edição parisiense daquele ano, “clandestina e caríssima”, a qual veio a ser lida e relida, de empréstimo. Saía na *Estética* como anúncio de artigos “a sair nos próximos números” (seção usual nos periódicos da época) um de autoria de Sérgio Buarque sobre o irlandês. Tempos depois, por meio de carta cujo remetente a memória confunde (José Lins do Rego ou Luís da Câmara Cascudo?), Sérgio terá notícia de um artigo publicado em Pernambuco sobre *Ulisses*. “O nome do articulista”, relembra, “era tão desconhecido de mim ou de qualquer de nós como do próprio missivista. Chamava-se Gilberto Freyre.” Sérgio, que àquela altura não guardava o artigo, ainda trazia consigo “a nítida lembrança da passagem onde há referência a críticos que, “à sombra das bananeiras cariocas” já se metem a anunciar artigos sobre o difícil Joyce.” (1979, p. 276-277). Conquanto reconhecesse sem dificuldades que a “alusão zombeteira” fosse endereçada a ele próprio, o artigo de Freyre era impressionante: melhor do que tudo que Sérgio se atrevesse a escrever acerca do livro, daí ter aceitado, assim, “meio esportivamente a indireta.” (1979, p. 277).

E como o terceiro número de *Estética* já andasse no prelo, resolvi que o reproduziríamos, em resenha, no quarto, que afinal não chegou a sair. Graça [Aranha], a quem mostrei o recorte, tomou-o para ler. Devolvendo-o ao dia seguinte, faz-me esta observação: Este Freyre é nosso inimigo. Estive sabendo que foi pessoa do Oliveira Lima na briga com Nabuco. Não *nos* convém publicar. (HOLANDA, 1979, p. 277, itálico no original)

O próprio Freyre fornecerá, em escrito em homenagem a Sérgio Buarque, publicado em número especial da Revista do Brasil dedicado ao historiador paulistano em 1987, uma chave possível para a compreensão do ulterior afastamento entre ambos (muito embora não deixe entrever aí qualquer ideia de ruptura): concorrência intelectual. Desabusadamente, o recifense lembrará certa ideia inusitada de Manuel Bandeira, de açular uma disputa entre eles, naqueles mesmos dias boêmios da mocidade em Santa Teresa, para saber qual dos dois era mais entendido em literatura inglesa, Sérgio ou Gilberto. Prudente se fazia presente, e Bandeira funcionava como juiz. Um demanda ao outro. Perguntas e respostas. E isto? E aquilo? Ao puxar sardinha para o seu lado, Freyre exalta o acervo intelectual de seu opositor, o mesmo acervo que há muito desconcertava o xará Sérgio Milliet, “que se educara na Suíça e havia publicado em francês os primeiros livros de versos, confessava-se humilhado pela erudição do companheiro das mesas de café e confeitarias paulistanas [...] Sabia tudo, conhecia tudo, estava perfeitamente a par de tudo o que se

publicava [...]” (BARBOSA, 1988, p. 16). Contra Freyre, que não carecia de “iniciação sistemática no assunto” da lide, talvez o único brasileiro, nas suas próprias palavras, “que já estudara anglo-saxão com *scholar* em Oxford”; que dizia conhecer, “nas raízes, desde os Brownings a um William Butler Yeats” e que teria sido iniciado por este último “em irlandesismos e a uma Amy Lovell”, a qual, por sua vez, tê-lo-ia, ela própria, iniciado “em imagismo”; era contra tal contendor que Sérgio Buarque debatia, porém “de modo o mais brilhante.” (FREYRE, 1983, p. 117). Não passou à história, ao que consta, o resultado desse duelo; Freyre aduziu, no entanto, que ele não seria o último a ser travado. Dali a pouco estariam novamente se confrontando para saber quem, agora, seria “mais sociólogo da História na interpretação de passados do Brasil. Se eu emergia com *Casa Grande & Senzala*, Sérgio não tardaria aparecer, de início, com *Raízes do Brasil*” (1983, p. 117).

Após as disputas com os modernistas de São Paulo, quanto à prevalência, durante a década de 1920, das ações e interpretações voltadas à formação da sociedade e do pensamento brasileiros, e a partir da década de 1950, com o acirramento da “Escola Sociológica Paulista” — conforme denominação de Elide Rugai (2002) — no tocante aos estudos das relações raciais no Brasil, ao mesmo passo em que se firma a institucionalização das ciências sociais no sudeste do país, consolida-se a exegese depreciativa da obra de Gilberto Freyre, tachada de novecentista, em suas pretensões científicas, e de regionalista, quando menos, em seus alcances generalizadores; ganha vulto a denúncia da ideia de “democracia racial” (expressão que Freyre não utiliza em *Casa Grande & Senzala*, diga-se de passagem), tanto mais associada ao seu apoio ao Estado Novo português, bem como ao regime militar de 1964. A esse respeito, à pergunta de *Veja*, na edição de 21 de junho de 1972, acerca do “juiz do Tribunal de Salvação Pública de Paris, que mandou executar Lavoisier dizendo que 'a Revolução não precisava de cientistas' [*‘La République n'a pas besoin de savants ni de chimistes’*], se [o juiz Jean-Baptiste Coffinhal] teria razão”, Gilberto Freyre redarguiu de maneira um tanto insólita: “Executar, não, mas poderiam aposentar Lavoisier.” Uma alusão a Florestan Fernandes, aposentado compulsoriamente em 1969, durante a ditadura. Pouco antes, o pernambucano tergiversava quanto à inativação forçada de seu antigo desafeto: “O intelectual não deve ser um privilegiado. [...] Se o intelectual tentou atingir o regime e se isso ficar provado, como não sei se é o caso de Florestan Fernandes, nada mais justo que houvesse uma reação em defesa”. Para dar uma amostra de que Freyre tinha ele também algo de *militar*, a mesma *Veja* houve por bem reproduzir a reação estupefata de seu amigo, o Presidente à época, Gen. Castello Branco — “Você está sendo muito radical!” —, após Gilberto retrucar ao seu convite para assumir a pasta da Educação: “Só aceito se minha

posse coincidir com a demissão de todos os reitores e de todos os conselhos universitários.” (1972, p. 10).⁶⁴ Noutra célebre entrevista, concedida à revista *Playboy* em março de 1980, percebe-se às escâncaras a persistente rivalidade — ou hostilidade, sem receio de hipérbole — entre o escritor recifense e aquele segundo grupo de intelectuais paulistanos.

Playboy – *Independentemente dessa questão do movimento modernista, o senhor tem uma velha briga com os paulistas, com os sociólogos e antropólogos paulistas, não?*

Freyre – Dos sociólogos paulistas, o que eu considero a figura máxima é Fernando Henrique Cardoso, que é até político militante marxista, mas há pouco, num artigo mostrou-se simpático às minhas atitudes, embora divergindo de mim. Outro marxista, mas este do Rio, o antropólogo Darcy Ribeiro, um grande antropólogo, escreveu uma introdução para a edição venezuelana de meu livro *Casa Grande e Senzala*, que é talvez o que de melhor já se escreveu ao meu respeito, do ponto de vista antropológico e sociológico. Agora, ambos são marxistas eminentes. Mas quando o marxista é um Octavio Ianni, que não é intelectualmente honesto, a meu ver, e um outro que já nem me lembro o nome.

Playboy – *Florestan Fernandes?*

Freyre – Florestan. Que não é desonesto, mas que é um fanatizado pelo marxismo. Esses desonestos ou esses fanáticos superiores — eu respeito o Florestan Fernandes, uma cultura real, um talento autêntico, mas fanatizado, enfim —, eu não os considero como representantes do que há de melhor na sociologia e na antropologia paulista. Mas são os mais ruidosos e os mais badalados por nossa querida imprensa [...] (1980, p. 29-30).

Naturalmente, Sérgio Buarque não podia consentir com uma tal vituperação. Há muito, para ele, a Escola Livre de Sociologia, onde, desde 1948, já se encontrava lecionando, era não menos que uma “admirável organização, nascida do movimento constitucionalista de 1932 e da ambição de se formarem entre nós gerações de estudiosos melhor preparados para enfrentar as circunstâncias políticas e sociais de nossa terra e de nosso tempo.” (HOLANDA, 2011 [1949], p. 569). No ano seguinte, certifica a respeito do então colega Florestan: “Em verdade não sei quem represente melhor, no Brasil atual, do que o sr. Florestan Fernandes, esse espírito incutido em grande parte pelo tirocínio em nossos novos institutos universitários, que vai já empolgando felizmente toda uma geração de estudiosos.” (HOLANDA, 1996 [1950], p. 314). O sociólogo paulista passava a ocupar, portanto, o lugar de prestígio intelectual antes destinado a Freyre, que era, ainda no início da mesma década, sempre segundo Sérgio, “um dos principais responsáveis pelo interesse crescente que o estudo da

⁶⁴ Confronte-se, a propósito, o seguinte excerto epistolar: “Apenas três meses depois do convite recusado para ser ministro, [Freyre] ameaçou romper com Castello Branco quando soube por rumores que seria mantido o reitor da Universidade Federal de Pernambuco, o médico e professor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima. Ele tratou do assunto em carta a seu amigo e editor José Olympio: “A manutenção de um ex-reitor comprometido com infiltrações comunistas, além de inepto; hostil a iniciativas altas; hostil a estudantes não comunistas (o que sei de Fernando, meu filho, e seus vários colegas, vítimas disso); a serviço de genros politiquieiros, etc., seria uma desmoralização para a Revolução e um insulto direto a mim que, convocado pelo IV Exército, dei depoimento decisivo sobre o assunto, conforme apurou o Ministro da Educação, que é firme nas atitudes.” (HÉLIO, 2013, p. 32-33).

História Social e da Sociologia vem merecendo entre nós.” (HOLANDA, 2011 [1940], p. 185-186),

Há quem pense, nada obstante, que Gilberto Freyre teria pago caro em demasia (cf. ARAÚJO, 1994, p. 48). Entretanto, ao invés de considerar suas declarações como indício flagrante da sua identificação com os militares (até por conta de seu indisfarçado antigetulismo), de seu flerte e suporte expresso ao regime de exceção então vigente — pois era precisamente a isso que se prestava o longo perfil a ele dedicado nessa mesma edição de *Veja*: evidenciar uma “vontade colaboracionista” —, não é bem verdade que se poderia contemporizá-la (a mero título de retórica, diga-se de passagem)? É possível vislumbrá-la, antes, como reprodução de uma constatação filosófico-kantiana de *A Paz Perpétua*, qual seja, da condição jurídica da rebeldia contra o poder legal, obviamente passível de sanções por parte deste. A proposição “o que os rebeldes fazem é um crime que merece punição” é verdade se pronunciada enquanto a rebelião ainda está em andamento” [ŽIŽEK, 2012a, p. 44])? Ora, na opinião de Kant, não se pode falar em injustiça quando da reprimenda aos insurrectos, quer aplicada aos revoltosos malogrados, ou mesmo ao tirano deposto; ele sentencia: “é um equívoco no mais alto grau perseguirem os súditos de uma tal maneira o seu direito, de sorte que, ao se sujeitarem a disputas do tipo, não podem se dar ao luxo de lastimar qualquer injustiça, mas, antes, aceitar de bom grado a mais severa punição.”⁶⁵ — Aliás, um filósofo do leste europeu recordava algo recentemente que “Lênin guardou sua ironia mais ácida para os que se dedicaram à busca interminável de alguma ‘garantia’” para o naturalmente arriscado envolvimento revolucionário (2012, p. 46). No entanto, se vinga e estabelece uma nova ordem político-jurídica, a insurgência tem o condão paradoxal de “fundamentar retroativamente” a si mesma (ŽIŽEK, 2012b, p. 45) e *retrojetar* na história a substância de seu *status* ético. Ora, quando finalmente exitosa, uma revolução não está mais sujeita às sanções do poder constituído contra o qual se insurge: se “vence e cria uma nova ordem legal, essa afirmação sobre a condição legal dos mesmos atos passados não se sustenta mais” (ŽIŽEK, 2012b, p. 44). Talvez se possa, para entender com um exemplo esse paradoxo em que os efeitos precedem a causa,⁶⁶ suscitar a retórica de Fidel Castro, que assim concluiu seu célebre discurso de 1953 em defesa do primeiro ensaio de deposição do então ditador cubano Fulgêncio Batista: “A História me absolverá”. Ou, expresso de outro modo, a História

⁶⁵ No original: “Nichts desto weniger ist es doch von den Unterthanen im höchsten Grade unrecht, auf diese Art ihr Recht zu suchen, und sie können eben so wenig über Ungerechtigkeit klagen, wenn sie in diesem Streit unterliegen und nachher deshalb die härteste Strafe ausstehen müßten.” (KANT, 1796 [Anhang II], p. 101).

⁶⁶ O mesmo absurdo lógico, de acordo com Žižek, encontra-se na tese de Althusser acerca da origem da luta de classes: esta precederia “paradoxalmente as classes como grupos sociais determinados, isto é, toda posição e determinação de classe já é um efeito da “luta de classes”.” (2012b, p. 158).

lançará ao vácuo ontológico as origens ditas espúrias de uma revolução vitoriosa. Ora, mesmo que não corresponda às descrições normativas da história literária, a noção kantiana da fundamentação retroativa de um ato ou movimento se entende com ideias de Eliot e de Borges quanto à transformação da ordem (“tradição” ou “precursão”, respectivamente) dos monumentos da arte quando da introdução da nova obra de arte, a nível de resgate, para o primeiro, ou de criação, para o segundo: “uma invenção de elementos novos que surpreendentemente passam a fazer parte do passado.” (NESTROVSKI, 1996, p. 105).

Como assevera João Cezar de Castro Rocha (2012, p. 27), é patente “a motivação política para o distanciamento progressivo” de Sérgio Buarque em relação a Gilberto Freyre — e a porção germânica recrutada no “livro meio alemão” *Raízes do Brasil* —, para além das divergências eminentemente intelectuais no que tange à constituição do passado brasileiro. Não é de todo descabida a hipótese aventada de que se Sérgio não tivesse revisado seu primeiro livro, sobretudo as concepções políticas nele contidas, quer expressas ou sub-reptícias, conforme avaliações de Eugênio e Waizbort; se também não o houvesse “desfreyrianizado”, nos termos de Sérgio da Mata (2016, p. 65), teria sido provável e efetivamente “despachado para as mesmas fossas infernais em que ardia Gilberto Freyre, desqualificado como ideólogo do conservadorismo oligárquico” (PÉCORA, 2008 [2002], p. 23); enfim, não teria apenas andado pelas suas redondezas, como o fez a certa altura.

Enfim, Sérgio reescreveu muitas vezes *Raízes do Brasil*, estendendo-o a cada vez sobre o leito epocal de Procusto. Tal *salvação*, para continuar na mesma semântica escatológica de Alcir Pécora, não foi obra exclusivamente sua, nem tampouco de seu exercício duradouro de autocrítica, aberta ou velada. Para tanto, *Raízes do Brasil* se valeu, com efeitos retroativos, dos esforços — dos “capitais”, para falar com Bourdieu — de um leitor em especial, envidados para torná-lo resiliente, resistente desde a origem a toda associação ao conservadorismo, autoritarismo — ao denodo estigmatizante dos “ismos”. É a própria razão de ser do capítulo seguinte.

4 A CONSAGRAÇÃO DE RAÍZES DO BRASIL

Sérgio Buarque de Holanda talvez pudesse dizer dele aquilo que Sir Arthur Conan Doyle pôs certa vez na boca de seu mais célebre personagem, o detetive Sherlock Holmes, a respeito de seu assistente e braço direito, o Dr. John H. Watson, quando, novamente reunidos à 221B Baker Street, andavam prestes a apurar o que seria um escândalo na Boêmia: “Não vá embora. Estaria perdido sem meu Boswell.” A referência invulgarmente afetuosa a um dos maiores diaristas do século XVIII, o nobre escocês James Boswell, tanto mais reconhecido pela autoria de uma entusiástica biografia de seu amigo Samuel Johnson⁶⁷ — tida por Walter Jackson Bate como a mais distinta obra de arte biográfica em todo o domínio da literatura inglesa (cf. 1977, p. XIX) — talvez possa convir também àquele senhor franzino, sempre metido em ternos e golas altas à moda francesa, francófilo declarado, demasiado lúcido aos noventa e oito anos de idade — dádiva que a poucos contempla —, recém-falecido, embora há muito considerado o maior crítico literário do Brasil.

Coube a Watson, na maior parte das histórias de Doyle, narrar as façanhas investigativas de seu amigo Holmes. E, de resto, conhecer uma personagem por intermédio de seu amigo — e um amigo próximo nunca parece de todo confiável em tais circunstâncias; quanto a isso, o próprio Holmes se mostrava ambivalente, ora envaidecido, ora relutante face às tinturas românticas que Watson calha de deitar naquelas experiências conjuntas de detecção, que se queriam sérias, sóbrias, desprovidas de emoções — esse é um *páthos* literário corriqueiro na história. Em uma recensão de *Kafka: eine Biographie*, primeira biografia dedicada ao escritor tcheco, em 1937, por seu amigo, conterrâneo e executor literário Max Brod, o crítico Walter Benjamin deplora a atitude do autor, sua “mais perfeita bonomia”, que chega a contradizer a tese mesma do livro — “Kafka encontrou a si mesmo no caminho da solidão”, mote no qual Benjamin entrevê as marcas do desmazelo jornalístico e os floreios do beletrismo —, tamanha a falta de distância entre Brod e o seu objeto, a ausência de qualquer senso de rigor pragmático que se demanda de uma obra inaugural do tipo. Brod excederia os limites da moderação nas homenagens que lhe rende e na familiaridade do tratamento que lhe dispensa; típico de um devoto petista, revela uma intimidade ostensiva com a “santidade” de Kafka — Benjamin aduz que o convívio mais cerrado com a figura dos santos, por parte da congregação, tem um assento especial na história religiosa, sobretudo

⁶⁷ Dr. Johnson (1709-1784) foi “o maior dos críticos literários ocidentais”, na opinião de Harold Bloom, “seria difícil encontrar um rival para ele” (1995, p. 12).

com o pietismo —, em outras palavras: trata-se da atitude mais ímpia que se possa imaginar (cf. 2002 [1938], p. 317-319).⁶⁸

Na economia das proposições de Antonio Candido sobre os veios pessoais de Sérgio Buarque de Holanda, não se pode perder de vista que se tratam de concepções debuxadas por um seu grande, longo amigo, diga-se de passagem, de sorte que participam não apenas do que é peculiar ao gênio crítico de Candido, mas também do que é próprio de tais relações.

Apesar de se encontrarem em Berlim ao mesmo tempo e até residido bem perto um do outro,⁶⁹ em 1929, ambos se conheceram somente nos idos de 1943; Sérgio contava já quarenta e um anos de idade, e Candido, querendo então saber mais que os seus vinte e seis anos, nele enxergava “um mestre incomparável.” A oportunidade de convívio se deparou maior a partir da inauguração, em São Paulo, da Livraria e Editora Brasiliense — sob a égide de Caio Graco Prado e Caio Prado Júnior, associados a Monteiro Lobato, Artur Neves, Maria José Dupré e outros (cf. HALLEWELL, 2017, p. 409-412) —, com o lançamento do primeiro livro editado do jurista Hermes Lima, para cuja solenidade muitos intelectuais cariocas acorreram. O ano era 1944, segundo o velho crítico,⁷⁰ e Sérgio Buarque, que também se fez presente, embora ainda residisse no Rio de Janeiro por essa época, aproveitava a ocasião para assinar autógrafos em exemplares de seu recente *Cobra de Vidro* — que Candido resenhara em agosto daquele ano —, saído pela Livraria Martins, editora paulistana fundada por um amigo em comum, José de Barros Martins, por cujo intermédio viria também a lume o livro *Introdução ao método crítico de Sílvio Romero* um ano depois. Admira tenha guardado desse contato rápido uma impressão forte da personalidade de Sérgio Buarque; “impressionado pela sua naturalidade, despreensão, ausência de dogmatismo”, vendo nele “um ensaísta que era também um pensador.” (CANDIDO, 1983, p. 132).

⁶⁸ A polêmica que Walter Benjamin encetou com biógrafos é frequente em suas publicações. Veja-se, a esse respeito, o desprezo com que encara a produção de um Emil Ludwig (cuja biografia de Bismarck, Antonio Candido alega ter lido quando menino) e de um Friedrich Gundolf, por exemplo. Nada obstante, a obra de Max Kommerell, aparentada à de Plutarco, chega a lhe arrancar elogios.

⁶⁹ Conforme outro depoimento de Candido, acerca dos anos alemães de Sérgio Buarque, este “residia na zona mais agradável da cidade numa esquina de Uhladstrasse com a Kurfürstendamm, avenida bonita e espaçosa apelidada de a “*Champs Elysées* berlinense”. Depois mudou para outro apartamento na mesma rua, pouco adiante, em cima do Uhlanddeck, que era o que se chamava um *cabaret*. Virando a esquina, ia facilmente ao Consulado do Brasil, na Kurfürstendamm [...]” (1982, p. 6). Como ressalta Chico Barbosa, “Antonio Candido teria uns 11 ou 12 anos quando viveu em Berlim à mesma época. [...] É claro que só muito mais tarde Antonio Candido viria a conhecer pessoalmente Sérgio Buarque de Holanda” (1988, p. 33-35). Querendo-se uma declaração do próprio Antonio Candido sobre as suas relações com a Alemanha, desde a terra à literatura, veja-se uma sua entrevista, intitulada *Literatur und Gesellschaft*, mediante o link a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=0ygzd0gIyGg>. Acesso em 11 jan. 2019.

⁷⁰ Hermes Lima lançou pela Brasiliense *Notas à vida brasileira*, mas não em 1944, e sim no ano seguinte.

A Sérgio, Candido pôde revê-lo meses depois, mais precisamente em 22 janeiro de 1945, quando do “memorável” Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, realizado no Teatro Municipal de São Paulo sob a presidência de Aníbal de Machado e a coordenação de Sérgio Milliet, “uma experiência incrível para todos nós, jovens e maduros, pela unidade obtida sobre tantas divergências na arregimentação dos intelectuais contra o Estado Novo.” (CANDIDO, 1983, p. 132). Candido alude aí ao momento de rara coesão entre intelectuais das mais variegadas vinculações institucionais e políticas — católicos, comunistas, liberais, socialistas, luminares da literatura e do pensamento social e jurídico —, oriundos dos vinte e um estados do Brasil de então, ao largo de representantes de dezesseis países, de cujo exercício de conciliação no incipiente campo cultural brasileiro (cf. JOHNSON, 1995) exsurgiu, próximo ao fim da Terceira República, uma declaração de princípios em prol da legalidade e da realização de eleições livres e diretas, publicada tão somente no dia 04 de março daquele ano, devido às imposições da censura aos órgãos da imprensa.

A década de 1940 lhe será repleta de Sérgio Buarque de Holanda. É ainda em 1945 que aparece Monções, o qual “mostrava um outro lado dele”, não o do ensaísta, mas decerto o do “historiador apaixonado pela cultura material.” É Monções, ao lado de Índios e Mamelucos na Expansão Paulista, que vai elencado por Candido entre as prestigiosas influências intelectuais — Audrey Richards, Claude Lévi-Strauss, Karl Marx, Robert Redfield, por exemplo — atuantes sobre a pesquisa que lhe valerá a tese de doutorado, intitulada *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida* (1954) e publicada como livro homônimo, sem maiores retoques, uma década depois. Na sua dedicatória constante no exemplar da segunda edição de *Os Parceiros do Rio Bonito* destinado a Sérgio Buarque, hoje pertencente ao acervo deste último, abrigado na UNICAMP, lê-se as seguintes penhoradas linhas:

Caro Sérgio: relendo êste livro para a correção de provas, fiquei impressionado ao ver o quanto êle é influenciado pela sua obra, sobretudo ‘Bandeirantes e Mamelucos’ e ‘Monções’. Eu já sabia disso, é claro, e o digo no prefácio; mas a impregnação é maior do que eu pensava. A culpa não é sua. Mas o que ele tiver de aproveitável será devido a isto. Esta á razão de empurrar uma simples reedição, que vai melhorada (para mim) pela capa de Ana Luísa [Escorel, *designer*, filha mais velha de Antonio Candido e Gilda de Mello e Sousa]. Afetuoso abraço etc. (*apud* MONTEIRO, 2018, p. 14, nota de rodapé)

E é em 1946 que Sérgio regressa a São Paulo, depois do quarto de século por ele denominado “interlúdio carioca”, para assumir aí a direção do Museu Paulista,⁷¹ dando início

⁷¹ No aludido cartapácio dedicado à família Buarque de Holanda, conta-se que Sérgio, displicente como parece ter sido sempre no trato dos negócios práticos da vida, “não se preocupou em perguntar o salário, pois iriam

então à verdadeira intimidade entre ambos, desde a rua Haddock Lobo, quase esquina com a Estados Unidos. *Índios e Mamelucos...* aparece em 1949, na Revista do Museu Paulista, e é mais tarde incorporado como capítulo inicial de *Caminhos e Fronteiras* (1957). A ideia deste último livro enseja em Candido a lembrança de uma sua iniciativa pela qual nutria “grande ufania”: lamentando que “este e outros notáveis estudos de Sérgio ficassem pouco acessíveis, em publicações especializadas”, sugeriu ao amigo Otávio Tarquínio de Sousa, amigo também de Sérgio, “que o estimulasse a compor com alguns deles um volume para a famosa Coleção Documentos Brasileiros” — inaugurada justamente por Sérgio Buarque, em 1936, com a publicação de *Raízes do Brasil*, quando dela ainda à frente o Sr. Gilberto Freyre —, já dirigida por Otávio. Falou-se então com José Olympio, e o convite foi devidamente feito a Sérgio, que não houve por bem declinar. E essa é a história de como veio ao mundo *Caminhos e Fronteiras*, “que forma com *Monções* um par admirável dentro da orientação a que aludi, de estudos históricos vinculados pela cultura material e a ocupação do espaço.” (CANDIDO, 1983, p. 133). A essa altura, diz seguro, com razão, a amizade contraída estava mais do que consolidada, e a convivência seguiu constante, até ser finalmente interrompida no ano da morte de Sérgio, em 1982. A esse respeito, Chico Barbosa é de pleno acordo: a despeito da diferença de idades, Candido se tornou, sim, grande amigo de Sérgio, “amigo dos maiores, e posso mesmo afirmar, dos prediletos dentre os da geração posterior à dos modernistas.” (1988, p. 35)

Para uma amostra do nível daquela amizade e conformidade intelectual, a quantas andavam, Candido menciona “noites e noites sem fim” nas quais, às expensas da hospitalidade de Memélia, debatiam “Gregório de Matos, os arcades, teoria literária, que naquele momento sofria influência do *new criticism*, de que ele se tornou grande conhecedor, inclusive reunindo uma biblioteca de crítica moderna, que depois me deu de presente” (1983, p. 132-133). Não por acaso Maria Amélia há de confiar justamente a Antonio Candido, ao cabo de 1988, isto é, mais de seis anos após a morte de Sérgio Buarque, originais inéditos do marido concernentes a esses temas, os quais o amigo então reúne, estuda e organiza sob o título *Capítulos de Literatura Colonial* (1991). Sérgio já havia dedicado a Candido o longo ensaio “Gosto Arcádico” saído na Revista Brasiliense,⁷² em 1956, mais tarde reformulado e

morar no próprio museu, o que financeiramente era uma vantagem para uma família, na ocasião, já com quatro filhos. Ao chegar em São Paulo, constatou que o museu ficava muito distante, por esse motivo, nenhum diretor do museu havia residido lá anteriormente, em meio a múmias, estátuas e retratos antigos. Além disso, o salário era bem abaixo daquele que ganhava no Rio. Foram, então, morar em uma casa alugada nos Jardins.” (HOLANDA, Bartolomeu, 2007, p. 142).

⁷² Parte dele houvesse já comparecido no Diário Carioca, em 1953, sob o título “Metastasio e o Brasil (HOLANDA, 1996, p. 589-594).

compilado em *Tentativas de Mitologia* (1979, p. 241-271).⁷³ Candido vai além e, ainda naquela ocasião, revela uma pitoresca correspondência entabulada entre eles ao longo do decênio de 1950, já entrando no de 1960 — cujos documentos ainda hoje, ao que consta, não foram dados ao trato nem sequer a conhecer.

O caso foi que estando ele ensinando na Itália, onde ficou de 1952 a 1954, eu resolvi lhe escrever uma carta como se fosse de trezentos anos antes, mas dando notícia de coisas presentes. A linguagem era aquela tosca e irregular das Atas da Câmara, Autos de Visitação, etc. Havia problemas difíceis de resolver, como, por exemplo, dar uma notícia sobre Rodrigo Melo Franco de Andrade, nosso grande amigo, que era mineiro, mas Minas ainda não existia... Então inventei a fórmula: “natural de Cappitania das Minas que estão para se achar”. Anoto isso para contar a grande inventividade dele na resposta. Esta veio em mãos, trazida por um amigo comum que viajava de avião. De que maneira relatar este fato no século XVII? Sérgio escreveu: “He portador desta Dom Paulo Dalmeyda que se passa a esa Comquista na máquina Pasarola, que ha de inuentar a seo tempo o Padre Berto Lameu de Guzman da villa de Santos nessa marinha.” Daí se desenvolveu uma correspondência que, devo dizer, era bastante picante. Mas a certa altura eu não agüentei o tranco, porque estando em Nova Iorque, creio que em 1966, ele me respondeu em inglês do século XVII! De outra feita, quando estava no Chile, mandou em versos uma admirável Carta Chilena [1963], que Manuel Bandeira publicou,⁷⁴ porque ele lhe mandou cópia (é a única divulgada). E mais tarde chegou a mandar uma em latim, desnoiteando completamente a minha capacidade que parava no português de Piratininga seiscentista. (CANDIDO, 1983, p. 133)

Declarações como essas, em que avulta a figura estupenda do intelectual, são recorrentes nos escritos de Candido, dedicados às dúzias, vida afora, tanto à pessoa como à obra do amigo paulistano. Não à toa um Candido maduro — ainda, todavia, com a peremptoriedade própria dos arroubos da juventude —, pontuando enfático quase toda palavra da primeira oração seguinte, venha a afirmar categoricamente: “O Sérgio Buarque de Holanda foi / o / homem / mais / culto / que eu / já / vi / na / minha / vida. Eu nunca vi um fenômeno

⁷³ Em artigo que se propõe um esboço de biografia cruzada entre Sérgio Buarque e Antonio Candido, Nicodemo (2018, p. 113) informa 1957 como o ano de publicação de “Gosto Arcádico”, que, a bem da verdade, saiu na Revista Brasileira n. 3, jan./fev., 1956, pp. 97-114. A versão aumentada de “Gosto Arcádico” em *Tentativas de Mitologia* conteria as “únicas referências explícitas” que Sérgio fizera ao livro *Formação da Literatura Brasileira*, do amigo Antonio Candido (NICODEMO, 2018, p. 113). Nesse artigo, Nicodemo, que entrevistara Antonio Candido em duas ocasiões, procura evidenciar as influências intelectuais recíprocas e as similitudes entre o póstumo *Capítulos de Literatura Colonial* e o aludido *Formação da Literatura Brasileira*, obras coevas.

⁷⁴ A esse respeito, escreve Manuel Bandeira: “Em 1963, recebi do Chile uma carta volumosa. Abro o envelope, era nada menos que uma obra em verso intitulada *Novas Cartas Chilenas*. Não trazia nome do autor. Quem seria? Eu sabia que o poeta Thiago de Melo era nosso adido cultural no Chile. Mas Thiago não sabe alemão, e os versos abriam com epígrafe em alemão. Sérgio Buarque de Holanda andava então pelo Chile, sabe alemão, fez versos na primeira mocidade (uma vez me recitou um soneto seu, mas não quis me dar cópia para eu o incluir na primeira edição desta antologia...). Seria Sérgio o novo Critilo? Mas quando lhe perguntei se as *Novas Cartas Chilenas* eram dele, não me respondeu sim nem não. Pareceu-me que ele gostaria de criar um segundo caso de autoria controvertida nos anais da literatura brasileira. Como quer que seja, o novo Critilo é ele.” (*apud* HOLANDA, 1983, p. 100).

igual.”⁷⁵ Não somente a magnificência, chamava atenção também a complexidade de Sérgio; o contraste excepcional entre a cultura portentosa que o catedrático ostenta e a extroversão desinibida com que o malandro se exhibe. Parecia o cúmulo do oxímoro: “Ele era um erudito extraordinário e muito inclinado à molecagem. Ele era um camarada de uma seriedade intelectual fora do comum e um gozador de marca maior.”⁷⁶ Os depoimentos falados concorrem, portanto, àquele mesmo destino que ganha corpo e sentido em forma de letras. Expressivos como são, têm, no entanto, qualquer coisa de trivial no aspecto, quando ensaiam constituir a personalidade de outrem, no caso, um amigo íntimo. “O homem é um feixe de contradições — eis um clichê de biógrafo”, sentencia o historiador Peter Gay. Nada se afigura mais fácil, nada é mais comum, assevera, do que traçar pares de antíteses e, enfeixando-os paralelamente, dizer que compõem o retrato acabado do homem (GAY, 1990, p. 135). Velho ramerrão em narrações — ou contações? — da vida e da morte, tão recorrente quanto a noção goethiana de que cada obra configura uma espécie de fragmento autoconfessional, a ideia da reflexão da personalidade na obra — obra que pode ser “também vária e complexa”, a propósito de *Raízes do Brasil* (CANDIDO, 1988, p. 63) — denota que esta espelha o seu autor simplesmente por ser o seu autor, indiferente a um sentido mais denso quanto à agência e o esforço literário de sublimação das estruturas. E, de resto, subsidiado ou não por tais premissas, foi Candido quem primeiro vislumbrou na estrutura de *Raízes do Brasil* sua construção “sobre uma admirável metodologia dos contrários”⁷⁷ (2016 [1967], p. 359), após lhe comentar determinado excerto; seu uso da proposição fundamental dialético-real tomada de empréstimo da filosofia de Hegel — para quem a contradição move o mundo, todas as coisas contradizem a si mesmas —, não desacompanhada dos conceitos de tipo da sociologia

⁷⁵ Constante na aludida entrevista *Literatur und Gesellschaft* (cf. nota de rodapé n° 03 acima), disponível: <https://youtu.be/0ygzd0gIyGg?t=670>. Acesso em 11 jan. 2019.

⁷⁶ Depoimento de Antonio Candido no documentário *Raízes do Brasil* (2004), realizado por Nelson Pereira dos Santos. Disponível em: <https://youtu.be/etUEsguoUx4?t=2875>. Acesso em 11 jan. 2019.

⁷⁷ Compare-se o prefácio “O Significado de *Raízes do Brasil*” (CANDIDO, 2016 [1967], p. 355-370) com outro trecho que exprime à perfeição tanto o tratamento que Candido dispensava à literatura brasileira, como a utilização em si do método de obliteração de díades aparentes por convenção, a saber: “Um traço curioso do Estruturalismo é o que se poderia chamar de fixação com o número 2. [...] Talvez porque entre dois o espírito localize mais facilmente o ponto intermédio e equidistante, que serve de apoio para o compasso dos esquemas. No entanto, há no pensamento do homem outros ritmos e outras implicações numéricas, como as que privilegiam o número 3. Não como expressão de um ponto neutro intercalado entre 1 e 1; mas como $1 + 1 + 1$, em pé de igualdade, como elementos constitutivos da visão. [...] Neste sentido, o marxismo é eminentemente trídico, a partir da dialética de Hegel, sendo por isso mesmo capaz de mostrar que o ritmo tese-antítese-síntese pressupõe equilíbrios fugazes; e isto permite dar conta dos conjuntos irregulares, mantendo um reflexo mais fiel da irregularidade dos fatos, que os esquemas diádicos tendem a simplificar, preferindo à visão dinâmica do processo a contemplação estática dos sistemas em equilíbrio. [...] O fato é que o nosso espírito parece oscilar entre os dois números porque tanto desejamos a simetria quanto a sua superação, e quando alcançamos uma, voltamos imediatamente à outra. [...] e, ao mesmo tempo, nos leva a pensar na possibilidade de uma análise completa, ou pelo menos diferente. É o que talvez seja possível, se passarmos do número 2 ao número 3.” (2002, p. 51-57).

weberiana, emparelhados segundo uma fórmula algo esquemática (patrimonialismo-burocracia, caudilhismo-liberalismo *etc*), porém camuflada pela elegância estilística a envolver, fluente e concisa, uma descrição crítico-sociológica original da sociedade brasileira, consubstanciada nesse primeiro ensaio de Sérgio Buarque de Holanda.

Ainda hoje não parece demais pontificar: é devida sobretudo a Antonio Candido a franca recepção de *Raízes do Brasil*. Ou, como queiram porventura, de um seu viés. Deve-se a esse intelectual mineiro radicado em São Paulo a preeminência da vertente a partir da qual se amontoou positivamente a fortuna crítica do clássico de Sérgio Buarque, se contada da segunda metade da década de 1960 em diante.⁷⁸ Seu prefácio de 1969, intitulado “O Significado de *Raízes do Brasil*”, assumiu com o tempo, e talvez inadvertidamente, uma função propedêutica tal qual a da clave em uma partitura, ou mesmo do Coro no teatro grego antigo; nele, Candido parece ter atuado como um tipo de *souffleur* — o “ponto”, como se designa tal profissional em português, utilizando-se aqui ainda da linguagem artística —, aquele que, dos bastidores, sopra ao ator no estrado as falas de seu próprio roteiro.

Mais tarde, em singelo *post-scriptum* aposto àquele famoso prefácio, Candido veio a exaltar desta vez — e também nesse filão mostrou-se novamente pioneiro — o suposto radicalismo democrático de um autor que se desembaraçara, “ao voltar-se decididamente para o povo” (2016, [1986], p. 370), de uma postura puramente tutelar, hierática, *esclarecida*. Conquanto fosse esse um feito da obra infelizmente ainda pouco aproveitado pelo pensamento político-social pátrio, segundo as suas impressões de crítico — em escrito, aliás, por ocasião do cinquentenário de *Raízes de Brasil* —, bem poderia servir de valorosa contribuição ao ativismo de então e de todas as épocas, no sentido do engendramento efetivo de “uma política popular adequada às condições do Brasil, segundo princípios ideológicos definidos” (2016, [1986], p. 370).

O meu intuito é mostrar a ocorrência de idéias radicais no Brasil e tentar caracterizá-las por meio de alguns exemplos, tendo como ponto de referência três autores significativos [...] e os pensadores escolhidos são Joaquim Nabuco, Manoel Bomfim e Sérgio Buarque de Holanda. [...] O terceiro autor que quero abordar é Sérgio Buarque de Holanda, mas vou fazê-lo rapidamente, porque na sua obra o pensamento político não tem o vulto dos que analisei antes. O seu escrito mais importante neste sentido é “*Raízes do Brasil*”, de 1936, onde faz uma análise da nossa formação histórica [...] Creio que Sérgio Buarque de Holanda foi o primeiro intelectual brasileiro de peso que fez uma franca opção pelo povo no terreno político, deixando claro que ele deveria assumir o seu próprio destino, por ser, inclusive, portador de qualidades eventualmente mais positivas que as da elite. Nesse momento, em 1936, rompia-se discretamente a tradição elitista do nosso pensamento social, inclusive porque Sérgio reconhecia a necessidade, para isso, de

⁷⁸ Cf. os respectivos capítulos primeiros de MONTEIRO, 2015 e 2017 (“Situando as partidas: as leituras de Sérgio Buarque de Holanda”).

uma revolução cujos traços não sugere, mas que situa no horizonte da sua reflexão. Com certo otimismo, ele indicava que o Brasil tinha elementos positivos para estabelecer uma democracia popular. (CANDIDO, 1990, p. 4-18)

Dito anteriormente (vide desfecho do capítulo 2), o esforço de Candido em dissociá-lo de qualquer vinculação ao autoritarismo, dado o pouco apreço original de Sérgio Buarque pelo ideário liberal-democrático⁷⁹ — sentimento de suspeita típico do período entreguerras⁸⁰ (cf. JOHNSON, 1995, p. 168-172; RIBEIRO, 2018) —, não parece ter sido menor do que o do próprio Sérgio. Alguns artigos seus, cujos títulos são bastante sugestivos, dão conta dessa cumplicidade e tentativa: “Sérgio em Berlim e depois”, “Sérgio, o radical”, “Radicalismos”, “A visão política de Sérgio Buarque de Holanda”,⁸¹ entre outros. E ambos tiveram êxito nisso, como hoje se deve reconhecer, conquanto Sérgio Buarque tenha definitivamente se valido, para tanto, se não do contributo do espírito do tempo — o *Zeitgeist* hegeliano —, em todo caso, de uma trama de automistificação metodicamente entrelaçada a muitas mãos, cômicas disso ou não. Não sendo Sérgio nenhum Kaspar Hauser — enigma de seu tempo, cujo nascimento e morte em toda parte de Nuremberg se ignorava —, há, contudo, circunstâncias de sua vida ainda pouco ou nada exploradas. O que se sabe dos seus anos de formação, levada a cabo no Rio de Janeiro do primeiro meado do século anterior? O que se preservou de seus dias involuntariamente despendidos nas salas de aula da Faculdade

⁷⁹ Para se ter, de pronto, uma ideia do quão ambivalentemente a posição política de Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil* resta compreendida, tome-se agora a opinião de Jessé Souza, que há de considerá-lo, mais tarde, “o filósofo do liberalismo conservador brasileiro, ao construir o esquema de categorias teóricas nas quais ele pode ser pensado de forma pseudocrítica [...]. A “sacada genial” de Buarque de construir uma visão de mundo liberal-conservadora — posto que esconde as verdadeiras razões da desigualdade e da injustiça social — com a aparência e o “charme” de uma suposta crítica social é a ideia-força mais importante para o entendimento da manutenção da desigualdade e da injustiça social.” (2015, p. 52). A historiadora Júlia Silveira, cuja trajetória acadêmica é eminentemente devotada à obra de Sérgio Buarque, situa a teoria política de *Raízes do Brasil* em período anterior à Revolução de 30, entre as produções que sobre ela refletiam ou que lhe exerciam influência, dada a sua convergência com o manifesto aliancista. A estada de Sérgio Buarque na Alemanha em 1929-1930 — com direito a visita à Polônia com vistas a um encontro com o ditador Józef Pilsudski —, teria causado nele forte impressão, de modo a eleger “aspectos da política alemã que poderiam valer de exemplos para o Brasil”. Infenso ao personalismo típico da práxis política de sua terra natal, Sérgio creia “possível, ou até necessário, um processo ditatorial para que essas tradições viciadas fossem varridas do governo e da democracia assim implementada” (MATOS, 2008). Cf. ainda WAIZBORT, 2011, p. 54 e ss.

⁸⁰ Querendo-se uma impressão aproximada e, ao mesmo tempo, divergente, cf. MONTEIRO, 2009, p. 175: “Está por realizar-se, ainda, um balanço cuidadoso das inquietações que o debate sobre princípios liberais e totalitários podia provocar em Sérgio Buarque, quando escrevia *Raízes do Brasil*. [...] Não se trata, claro fique, de reclamar alguma fascinação original do ensaísta com os regimes de força — o que seria absolutamente um equívoco. [...] antes do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial a crítica aos princípios liberais (em especial, como Sérgio Buarque escreve num artigo de 1935 sobre Carl Schmitt, a ideia de que “o Estado tende a ser um mero servidor da sociedade neutra, ou uma nova espécie de sociedade”) podia encontrar-se com a tese de que, afinal, a experiência ibérica na América constituía um outro conceito do político, que o relativo sucesso ulterior do mundo liberal sepultaria por muito tempo (ou para sempre, no horizonte escatológico da imaginação neoliberal).”

⁸¹ Vide CÂNDIDO, 1982, 1988, 1990 e 1998, respectivamente. Cf. DANTAS, 2002, p. 26, 141 e 177. Um breve artigo especial para a Folha, de 25 de janeiro de 1998, também intitulado “A visão política de Sérgio Buarque de Holanda” pode ser acessado por meio do *link* a seguir: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs250105.htm>. Acesso em 11 jan. 2018.

Nacional de Direito? O que se conhece a seu respeito quanto à dúzia e meia de meses vividos como correspondente na Alemanha, quando dos estertores da República de Weimar? O que há de registrado desde o seu retorno, meio forçado pela vitória da Revolução de 1930, até constranger-se à revisão, em 1948, de seu primeiro livro, crescentemente incômodo? Depreende-se de sua fortuna crítica “relativamente pouco”, muito pouco, é o que conclui o historiador Sérgio da Mata. Teriam os livros de Weber e as lições de Meinecke, “como reza o velho *topos* dos estudos sergianos, e como afirmou o próprio Sérgio”, indicado-lhe “novos caminhos”, deixado marcas em sua *Teoria da América*, de cujos esboços teria advindo *Raízes do Brasil* mais tarde? “Não se trataria, antes, de uma tentativa de mitologia?”, indaga-se da Mata (2016, p. 73).

No que tange a Friedrich Meinecke, o historiador mineiro põe em xeque as lições dele tomadas. Após pesquisar na *Staatsbibliothek zu Berlin* os *Vorlesungsverzeichnisse* de 1929-1931, isto é, o compilado de cursos universitários semestralmente oferecidos durante o período em que Sérgio esteve na capital da Alemanha, o que descobriu não lhe deixou convencido de que “Herr Hollander”, longe da condição de aluno regular da então chamada *Friedrich-Wilhelms-Universität*, tenha tido acesso, não obstante, a qualquer uma das sessões dos quatro cursos ministrados por Meinecke no período. Nada impede que ele possa ter assistido a uma ou outra conferência naqueles dias, condescende. “Mas frequentar preleções ou seminários do grande historiador das ideias, ainda que “sem regularidade”, parece ser praticamente impossível.” (MATA, 2016, p. 74). Corrobora sua descrença o fato de que, no ano de 1936, “Meinecke publicava então seu último grande livro, *O surgimento do historicismo*” (2016, p. 73), justamente no ano em que vinha a lume *Raízes do Brasil*, o exato oposto, em sua construção e concepção, da historiografia historicista de que Meinecke foi, talvez, o último grande representante e defensor, ainda segundo da Mata.⁸² Em sua busca da “Alemanha secreta” — uma alusão irônica à expressão *geheimes Deutschland*, cunhada pelo poeta carismático e esotérico Stefan George —, sendo *Raízes do Brasil* o livro “meio alemão” de que fala Antonio Candido, da Mata suspeita que a única obra de Meinecke que Sérgio Buarque parece ter lido, anteriormente à publicação de seu primeiro ensaio, foi porventura *Weltbürgertum und Nationalstaat*, de 1908, a qual se encontra em sua vasta biblioteca conservada pela UNICAMP e que conteria apenas um único trecho grifado, “algo bastante

⁸² Talvez passe despercebido a Sérgio da Mata que o seu xará Sérgio Buarque tenha testemunhado, a um só tempo, e para além da opulência cultural de Berlim e do ocaso da República de Weimar (cf. GAY, 1978), os estertores do mandarinato no auge da crise do ensino acadêmico. Daí a preponderância atribuída por Meinecke, naqueles tempos, ao tipo espiritual-ético de causalidade na história, ao lado do mecânico e do biológico-morfológico; para além da defesa do movimento de síntese pela maioria dos docentes universitários alemães àquela época (cf. RINGER, 2000, p. 359-371).

incomum”, se se considerar o manuseio da maioria de seus livros.⁸³ Já quanto a Weber, Sérgio Buarque se gabava — um tanto como Freyre, nos idos da década de 1920, em relação a Joyce — de ter sido o primeiro brasileiro a citar esse oficial tarimbado, de brios reconhecidamente liberais, em um trabalho qualquer. Aos olhos de Sérgio da Mata, torna-se, no entanto, “cada vez mais difícil, hoje, subscrever leituras como as de Brasil Pinheiro Machado [...] e Pedro Meira Monteiro [...], que apostavam no weberianismo do livro”, pois, na sua opinião, “quem quer que esteja atento aos fundamentos intelectuais e filosóficos da obra de Weber sabe que ele sempre se situou no polo oposto da *Lebensphilosophie* e de todo irracionalismo” (2016, p. 64), cujos componentes restaram demonstrados menos ou mais abertamente por João Kennedy Eugênio (2011) e Leopoldo Waizbort (2011), em contraposição à tradicional exegese progressista que tem no crítico Antonio Candido o seu primeiro ou mais alto prócer.⁸⁴ A este, a bem da verdade, não passou despercebido o caráter dito arbitrário e perigoso desse contexto e atmosfera históricos, dos quais o moço Sérgio respirou, sim, os ares, sem ignorar o que de pernicioso havia naquele ambiente — “a duvidosa caracteriologia de Ludwig Klages”, “o caldo cultural que podia ir de conservador a reacionário, de místico a apocalíptico”. Face a tudo isso, Sérgio não soçobra, passará incólume: “a retidão de seu espírito, a jovem cultura já sólida e os instintos políticos corretamente orientados” hão de levá-lo a um produto surpreendente — porque “despojado por ele de qualquer traço de irracionalidade” —, para o qual tirou elementos com vistas a “uma fórmula pessoal de interpretação progressista do seu

⁸³ A esse respeito, vide palestra de Sérgio da Mata na II Jornada de História da Historiografia da ANPUH, realizada na UFRGS, em 07 de dezembro de 2012. O vídeo do simpósio se encontra disponível no *link* a seguir: <https://youtu.be/xuCGGE9buSM?t=18>. Acesso em 12 jan. 2018. Para a confecção mais tarde do artigo “Tentativas de desmitologia: a revolução conversadora em *Raízes do Brasil*”, Sérgio da Mata diz, nessa palestra, ter adotado um procedimento metodológico relativamente simples: de um lado, um estudo das diversas “constelações intelectuais” [*Konstellationforschungen*, cunhado pelo historiador da filosofia Dieter Henrichs]; e, de outro, um estudo minucioso dos exemplares da biblioteca alemã de Sérgio Buarque de Holanda, catalogando-se os autores alemães até 1936 ali existentes e, em segundo momento, cruzar tais autores com aqueles citados na primeira edição de *Raízes do Brasil* e demais publicações de Sérgio Buarque entre 1929 e 1935; finalmente, fez-se uma leitura sistemática de todas as anotações, grifos, marcas e sublinhados que Sérgio neles deixara. Enfim, “a todas as passagens para as quais seu olhar se voltou de forma especial”. Marcas e grifos de tal espécie fornecem, no seu entender, indícios que, mesmo problemáticos, de difícil trato, assomam algo confiáveis no que tange a uma possível *etiologia* da influência.

⁸⁴ Não se está aqui de pleno acordo, diga-se de passagem, com essa opinião de Sérgio da Mata, que parece pressupor um *Raízes do Brasil* coeso ou, quando menos, pautado por uma única orientação intelectual ou vertente possível, nomeadamente a corrente do irracionalismo filosófico; e, ademais, um professor tão versado quanto ele em matéria de Weber, sugere que este foi lido, sim, em *Raízes do Brasil*, e “com grande proveito. Mas a arquitetura da obra lembra mais Simmel do que Weber.” Simmel compareceria mais determinadamente no livro até onde a presença de Max Weber aí se depara de forma mais expressa. (CONH, 2002). A referência se mostra relevante, pois, ao ressaltar, ainda que ligeiramente, a companhia de Simmel e Dilthey em torno do jovem Sérgio Buarque, Gabriel Conh antecipa em quase uma década a discussão acerca da influência, sobre a primeira edição de *Raízes do Brasil*, da *Lebensphilosophie* e da historiografia filosófica de Wilhelm Dilthey.

país, combinando de maneira exemplar a interpretação desmistificadora do passado com o senso democrático do presente.” (CANDIDO, 1982, p. 7-8).

Sérgio Buarque não se deixara contaminar à época, portanto, por quaisquer tendências de “renovação reacionária do idealismo objetivo”, sobretudo a “filosofia da vida” e a “psicologia realista” de Dilthey, elencadas por Lukács (2018, p. 48) entre as mais adequadas à satisfação das necessidades ideológicas da burguesia imperialista alemã, ao cabo do século XIX, do que propriamente o neokantismo liberal. Quem pode se sobressair assim o faz porque dotado de “uma consciência democrática, como era e sempre foi” o seu caso. Essa a impressão do amigo Antonio Candido, não se perca de vista. A historiadora Emília Viotti parece participar desse entendimento precursor, quando, ao discorrer sobre “a grandeza de Sérgio”, aponta que ela residiria “sobretudo no sentido democrático, que o leva a antecipar a entrada do povo na história.” (COSTA, 2015, p. 221). “A reação de Sérgio contra esse ponto de vista conservador, que induzia o observador à passividade”, ora no escrutínio de Leandro Konder — filósofo marxista também alinhado, ao que consta adiante, àquela concepção —, “consistiu em reexaminar de um ângulo energicamente crítico o panorama da nossa história, para enxergar as manifestações de movimentos subterrâneos em áreas culturais nas quais se negava a existência de qualquer movimento significativo.” (1991, p. 63). Sérgio lhes parecia, enfim, ter naturalmente assumido as “boas posições políticas”, sem jamais vacilar se instado a defrontar-se com as consequências de suas tomadas de decisão. Tanto que chegou a ser detido em 1932, encontrando-se no Rio, por se postar decididamente, o bom paulistano, ao lado da Revolução Constitucionalista contra o governo de exceção (CANDIDO, 1982, p. 9; 1998, p. 81-89). Conversa de comadres? Ora, se o próprio Sérgio quem narrara a Memélia o imbróglio certa feita, provendo-o até com mais detalhes, à guisa de depoimento policial: que estando no Rio de Janeiro, “na turma dos boatos e da torcida revolucionária”, acabou preso, “soltando vivas a São Paulo, em pleno Mangue”; que “no meio de um grupo de onde constavam Octavio Tarquinio de Sousa, Tristão da Cunha, Ribeiro Couto,” todos comboiavam “o escritor francês Luc Durtain.” (HOLANDA, Maria Amélia, 2006 [1979], p. 433). Curta como deve ser a exibição do quadro terreno das turbações humanas, o episódio causa espécie, ainda assim, reduzido a poucas linhas, menos por uma sua eventual repercussão do que pelo seu desconcertante anacronismo. Pois, a se julgarem verdadeiras as teses de que *Raízes do Brasil* seria “fruto de uma insatisfação que gerou a revolução [de 1930] e não vice-versa” (MATOS, 2006, p. 153),⁸⁵ de que o seu autor, se não cooptado, fora atraído pelo seu “aspecto falsamente

⁸⁵ No mesmo sentido, cf. MATOS, 2008; FELDMAN, 2016, p. 197-254.

revolucionário” (LEITE, 2002, p. 380-381), como explicar, então, que anos antes o jovem intelectual se deixasse aprisionar em cárcere, na condição paradoxal de apoiador do próprio regime? O empreendimento de uma busca exaustiva por notícias veiculadas nos periódicos cariocas da época, compreendidas no interstício em que se desdobraram os conflitos da Guerra Paulista, não recompensou o esforço despendido com nenhum achado passível de confirmar o relato da prisão de Sérgio Buarque de Holanda, devida a motivações políticas. A pesquisa veio a se dar, no entanto, com um recorte no mínimo curioso, publicado na página 13 da seção “Na Polícia e Nas Ruas” do *Jornal do Brasil* do dia 14 de agosto de 1934, intitulado “Conflito num bar: muita pancadaria e três pessoas feridas, uma das quais gravemente”. Preservadas a grafia da época e a pontuação original, a cena abaixo é, por sinal, algo aparentada àquela que as memórias de Sérgio puderam então ditar à esposa — um grupo carioca, uma ocasião entusiasmada, a pessoa de um estrangeiro:

O bar do arraial, á rua do Lavradio n. 202, teve no começo da madrugada de ontem momentos de grande agitação.

Após já ter estado em outros estabelecimentos, um grupo de rapazes que comemorava uma data íntima, ali foi ter. Sentaram-se os recém-chegados a uma mesa e pediram lhes fossem servidas bebidas.

A princípio o Sr. Manuel Rocha, co-proprietario do bar, relutou em atende-los prevendo acontecimentos desagradáveis, mas finalmente acedeu e as bebidas foram trazidas pelos *garçons* para a mesa dos alegres freguezes.

Momentos depois, conforme iam esvasiando as garrafas, os animos dos componentes do grupo iam tambem se exaltando e o Sr. Rocha, receioso, depois de chama-los á ordem varias vezes sem ser atendido, pediu o auxilio da polícia do 12° distrito, que mandou ao local o soldado n. 138 da 4ª companhia do 1° batalhão.

Este ao chegar ao local foi logo agredido pelo grupo e chamou em seu auxilio o colega n. 116 da mesma companhia e batalhão e o guarda civil n. 609.

Dispostos a resistir á ação policial, os rapazes enfrentaram os dous soldados, o guarda civil e ainda o 2° Tenente da 2ª linha do Exército Napoleão Fernandes de Souza, estabelecendo-se formidável conflito que só cessou com a intervenção do comissário Virgílio e outros policiais.

Serenados os animos verificou-se que um dos brigões, o jovem Brydon Taves, norte americano, empregado da United Press estava com o craneo fraturado em consequencia de violenta queda, o Tenente Napoleão tinha o olho direito contundido e o soldado n. 116 recebera também algumas contusões.

Os outros companheiros de Brydon, que eram o jornalista Amadeu Amaral Filho, morador á rua Candido Mendes n. 57; José Pontes de Moraes, residente na mesma casa e o advogado Sérgio Buarque de Hollanda, domiciliado á rua Maria Angélica n. 39 foram autoados na delegacia do 12° distrito, pelo delegado Jayme Praça, tendo prestado as respectivas fianças.

Brydon, depois de socorrido no Posto Central de Assistencia, foi removido para o Hospital dos Estrangeiros.⁸⁶

⁸⁶ A notícia resta toda disponível no Acervo do *Jornal do Brasil* mediante o seguinte *link*: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_05/45899. Acesso em 18 jan. 2019. Dali a pouco menos de uma década, Brydon Taves, correspondente no esforço da Segunda Guerra no sudoeste do Pacífico, morreria em um acidente de avião na Nova Guiné, em 23 de dezembro de 1943. O lamento elogioso do General Mac Arthur pelo “homem que soube servir seu país” compareceu no diário carioca *A Noite*, de 29 de dezembro de 1943, cuja nota se encontra integralmente disponível após o *link* a seguir: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_04&pagfis=24602&url. Acesso em

Pelo menos nessa ocasião, a autoridade a que Sérgio não houve por bem reconhecer era a policial — Vargas, apesar de contas, sabe-se que chegara uma dia ao posto de segundo sargento... Enfim, se a notícia acima, prosaica como parece, não tem o condão de desacreditar uma possível prisão anterior de Sérgio Buarque de Holanda, consequência de motivações de cunho político ou ideológico, servirá ao menos para reforçar mais acentuadamente a sua tão propalada veia boêmia, incorrigível, e de que muito ainda o orgulhava quando senhor na terceira idade, não se furtando o jovem ativo que foi, pelo visto, a meras bebedeiras indolentes madrugada adentro, chegando já às vias de fato se a situação demandasse.

Dito anteriormente, há claro indício de que não recai na pessoa de Antonio Candido a autoria da história sobre o “crime de lesa-majestade” eventualmente cometido por Sérgio Buarque; o amigo é partícipe apenas da divulgação do suposto ilícito. A Candido dever-se-ia, antes, outras “invenções” a respeito de seu amigo, como Wanderley Guilherme dos Santos o adivinhou.⁸⁷ Pedro Monteiro e Julia Schwarcz (cf. 2016, p. 20-21) também insinuaram algo nesse sentido, ao compará-lo ao controverso personagem homônimo do conto *Pierre Menard, autor del Quijote*, de Jorge Luis Borges, publicado em 1939, no qual sobressai uma metafísica da criação e reprodução do fenômeno literário.

Ao largo de escassas obras visíveis, de menor vulto, arroladas cronologicamente em não mais que duas dezenas de alíneas, o romancista Pierre Menard, sobre cuja produção literária o narrador se põe a discorrer nesse conto homônimo, é autor de uma outra produção, “*la subterránea, la interminablemente heroica, la impar*”; essa, sim, a “*obra, talvez la más significativa de nuestro tempo*”, a composição de *Don Quijote de la Mancha*. Entenda-se: não a composição de um outro *Don Quijote*, às expensas de Cervantes — o que seria demasiado gratuito —, mas, sim, “o *Quijote*”, pois não se arrojava a uma transcrição mecânica do original, nem tampouco se propunha mera réplica. A sua ambição, verdadeiramente admirável, era, antes, “*producir unas páginas que coincidieran palabra por palabra y línea por línea con las de Miguel de Cervantes.*” Pode-se afirmar que Borges aqui se contrapõe, ao seu modo satírico, àquele método de análise proposto pela teoria do campo — qual seja, reconstruir “o campo das obras e o campo dos produtores, bem como o sistema das relações

19 jan. 2019. A notícia sobre o falecimento trágico de Brydon Taves foi mais amplamente trabalhada no *Correio da Manhã*, também de 29 de dezembro de 1943, intitulada “Mais dois jornalistas que morrem em serviço de guerra”, disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1943_15079.pdf. Acesso em 19 jan. 1943.

⁸⁷ “Sérgio Buarque de Holanda? O do livro *Raízes do Brasil* é uma invenção do Antônio Cândido. O Sérgio da *História Geral da Civilização Brasileira* é muito bom, mas não é esse que se vende por aí.” (apud GASPARI, 1994, p. 42, itálico no original).

que se estabelecem entre esses dois conjuntos de relações” (BOURDIEU, 2004, p. 178-179); aliás, preconizada, mais tarde, por outro Pierre —, rejeitando-o como empresa relativamente singela: “*Conocer bien el español, recuperar la fe católica, guerrear contra los moros o contra el turco, olvidar la historia de Europa entre los años de 1602 y de 1918, ser Miguel de Cervantes*” são procedimentos, na concepção de Menard, de interesse e desafio menores que o “*seguir siendo Pierre Menard y llegar al Quijote, a través de las experiencias de Pierre Menard.*” (BORGES, 1985, p. 51-59, destaque no original). Certas interpretações de viés filosófico vislumbram no conto de Pierre Menard a noção de um domínio arquetípico no qual toda obra preexiste *in potentia*, uma espécie de reino inteligível das palavras, onde “lá estão os poemas que esperam ser escritos”, conforme Drummond; razão pela se afigura possível recriar originalmente algo já criado, já investido uma vez no mundo sensível.

Isso posto, à guisa de Borges, poder-se-ia atribuir a Antonio Candido a autoria de *Raízes do Brasil*, conforme a pergunta retórica de João Kennedy Eugênio? (cf. 2011, 395-399). Valendo-se de “um autor alemão”, Müller-Freienfells, o próprio Candido advogava que, mesmo considerando-se “*a priori* metafísico o valor artístico, só de modo sociológico é possível elucidá-lo nas suas formas concretas particulares — pois nas sociedades civilizadas a criação é eminentemente relação entre grupos criadores e grupos receptores de vários tipos.” (2006, p. 82). Em prefácio à quarta edição de *Raízes do Brasil* ensaio, ele aludia ao devir do livro durante o “período mais transformador dos estudos sociais no Brasil”, o qual teria sido atravessado pelo livro com certo desembaraço até finalmente despontar como o clássico que então se tornou; e introduzia, logo em seguida, as ditas razões de uma tal destreza e incolumidade (cf. 2016 [1963], p. 351-353). É também de Antonio Candido — cuja clarividência tornou-se de instantâneo parte integrante e há muito indissociável da obra na forma de um outro prefácio, ora intitulado “O Significado de Raízes do Brasil”, que nela passou a constar desde a quinta e última edição revisada — a autoria do sintagma “clássico de nascença” (2016 [1967], p. 356), o qual, nos últimos tempos, tem dado o que falar em meio àqueles que se devotam aos estudos brasileiros, a uma ou outra produção ensaística da década de 1930 em especial.

Raízes do Brasil nasceu mesmo um clássico? Se se sacar somente uma das definições de Italo Calvino ao que entende ser uma obra digna do epíteto “clássico”, dentre as duas dúzias ou mais propostas em uma sua coleção de ensaios de mote pedagógico, pode-se, então, e com alguma segurança, em face do livro *Raízes do Brasil*, chamá-lo “clássico”. Clássico do pensamento brasileiro. Clássico das letras portuguesas. Menos talvez pela sua recém-completa octogenariedade, que os clássicos pouco ou nada têm a ver com idade

propriamente dita. Ou com o fim dela, bem entendido — “Parece que basta estar morto há trinta anos, à disposição pública, como uma lícita presa, para subitamente ouvir a trombeta da ressurreição, na condição de clássico!” (NIETZSCHE, 2008, p. 223). E, sim, porque, como elucubrava aquele escritor italiano — nascido, porém, em solo cubano —, ao longo de todos esses anos, e a julgar pelo número de suas edições e reimpressões no Brasil e no estrangeiro,⁸⁸ não parece ter perdido fôlego e ânimo de dizer tudo aquilo que tinha então a dizer (CALVINO, 1993, p. 11). Para tanto, a obra clássica deve ser dotada, em maior ou menor medida, daquela “estranheza” que jamais se assimila por inteiro, e na estranheza mesma residiria a sua originalidade e força literárias, as quais acabam por lhe granjear o estatuto do cânone, nas palavras de Harold Bloom (1995, p. 14). Embora não conformem em si mesmas a representação de uma ideia de valor supra-histórico, independem de toda circunstância temporal: são elas, enquanto clássicos, “uma espécie de presente intemporal que significa simultaneidade para com qualquer presente”, constatava um longo hermenêuta.⁸⁹

A obra literária não é algo que exista por si só, oferecendo a cada observador em cada época um mesmo aspecto. Não se trata de um monumento a revelar monologicamente seu Ser atemporal. Ela é, antes, como uma partitura voltada para a ressonância de sempre renovada da leitura, libertando o texto da matéria das palavras e conferindo-lhe existência atual: “*parole que doit, em même temps qu’elle lui parle, créer un interlocuteur capable de l’entendre.*” (JAUSS, 1994, p. 25)⁹⁰

No entanto, a expressão “clássico de nascença” parece ter o condão de sugerir que o reconhecimento de *Raízes do Brasil* por um grande público — ou, quando menos, por um público experimentado — se dera algo autônoma e instantaneamente. Nada obstante, o historiador Ronaldo Vainfas (2010, p. 556) refutaria um seu possível acolhimento nesse sentido, ao mais tarde constatar que o livro, a bem da verdade, esperaria anos para alçar voo:

⁸⁸ Cf. “Cronologia de Raízes do Brasil” em HOLANDA, 2016, p. 479-485. Cf. FURTADO, 2016, p. 15-16.

⁸⁹ GADAMER, 1999, p. 431-432. O trecho citado figura em contexto no qual considera positiva a crescente tomada de consciência autocrítica no que concerne à mobilidade histórica das temáticas das ciências do espírito. Faz-se questão de frisá-lo aqui, a fim de que a hermenêutica gadameriana, que tem muito em comum com a noção de filosofia da interpretação nietzscheana, não incorra injustamente na associação com aquela idiosincrasia filosófica apercebida pelo próprio Nietzsche, consistente na “falta de sentido histórico”, “ódio à noção mesma do vir-a-ser”, “egípcismo” [enquanto tendência à permanência estática, petrificação etc.]. “Eles acreditam fazer uma honra a uma coisa quando a des-historicizam, *sub specie aeterni*, quando fazem dela uma múmia. Tudo o que os filósofos manejaram, por milênios, foram conceitos-múmiás; nada realmente vivo saiu de suas mãos.” (2006, p. 25). Cf. ainda COMPAGNON, 1999, p. 243-246. Querendo-se, no entanto, uma visão dita “realista” — “mais humana do que a crença nas virtudes miraculosas do gênio criador” — da produção da universalidade trans-histórica por parte da história, mediante a instituição de universos sociais que retirariam, antes, de um renhido empreendimento coletivo a essência sublimada do universal, cf. BOURDIEU, 1996b, p. 73.

⁹⁰ Bourdieu adverte para um “dos tópicos mais batidos do discurso celebratório dos “clássicos”, e cujo efeito consiste em lançá-los no limbo, fora do tempo e do espaço, bem longe dos debates e combates”, que consistiria “paradoxalmente em descrevê-los e como nossos próximos mais próximos, de tal modo contemporâneos e próximos que não possamos duvidar um instante sequer da compreensão aparentemente imediata (na verdade mediada por toda nossa formação) que julgamos possuir de suas obras.” (2001b, p. 103).

“A segunda edição (ampliada e muito modificada) de *Raízes* saiu em 1948 pela José Olympio, doze anos após a publicação original”; as reedições subsequentes, lembra, foram igualmente “lentas (1956, 1962) e só deslancharam depois da quinta edição (1969), ano em que Sérgio Buarque se aposentou da USP.”

E ainda em significativa nota de rodapé, Vainfas cuidou de cotejar o seu desempenho a nível editorial face a *Casa Grande & Senzala*: bastante “modesto”, deduz em desfavor do primeiro. As primícias de Gilberto Freyre⁹¹ logo conheceram reedição três anos depois de seu lançamento. E ao mesmo passo em que *Raízes do Brasil* alcançava sua quinta e última edição revisada, há quase exatos cinquenta anos, *Casa Grande & Senzala* atingia já a marca considerável de quatorze edições.

Quanto a traduções, *Raízes* recebeu versões em italiano (1954), espanhol (México, 1955), japonês (1971), enquanto o autor era vivo, e mais três póstumas: chinês (1995), alemão (1995) e francês (1995) [e inglês (2012)]. *Casa Grande & Senzala*, por sua vez, recebeu inúmeras traduções desde 1942: espanhol, inglês, francês, alemão, italiano, polonês, húngaro, romeno, japonês. Em 1971 havia já nove traduções do livro. (VAINFAS, 2010, p. 556, itálico no original)

E sem a necessidade de suscitar agora a fundo sua “calorosa” acolhida por figuras do porte de um Fernand Braudel, um Lucien Febvre, um Paul Arbusse-Bastide, um Roger Bastide, um Roland Barthes, entre outros tantos intelectuais de nomeada intelectuais (BURKE, 1997, p. 5-6), *Casa Grande & Senzala* é que teria sido, na linguagem corrente, um verdadeiro *blockbuster*, por assim dizer, um livro “arrasa-quarteirão” logo de partida. De tal modo que, em um tratado sobre a história dos impressos no país, o brasilianista Lawrence Hallewell houve por bem situar Gilberto Freyre entre os literatos mais bem sucedidos na década de 1930, ao lado de Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos e Vinícius de Moraes, para citar aqui apenas os escritores de maior vulto e relevo aos olhos hodiernos (2017, p. 489). O próprio Antonio Candido chegou a externar que o jovem leitor de seu tempo talvez não mais fosse capaz de adivinhar “a força revolucionária, o impacto transformador” que *Casa Grande & Senzala*, “este grande livro”, produziu de imediato sobre a juventude intelectual a eclodir no primeiro meado daquela década politicamente efervescente; o assim conciso, curto, discreto *Raízes do Brasil* repercutiria bem menos na imaginação dessa mesma

⁹¹ Saídas em 1933 pela Livraria Schmidt Editora e que passarão, mais tarde, a ser reimpressas pela Editora José Olympio, a mesma por que surgiu *Raízes do Brasil*, cabeça de coleção impressa sob os auspícios do próprio Freyre. Sobre a figura do editor José Olympio, o “Gallimard brasileiro”, e a sua Coleção Documentos Brasileiros, vide PAIXÃO, 2008, p. 357-360; SORÁ, 2010 e SOUZA OLIVEIRA, 2017, p. 89-110, respectivamente. Há ainda um depoimento de Antônio Cândido, solto na *web* (e ouvido de raspão), acerca da consagração pessoal que era para um escritor, nas décadas de 1930 a 1950, ter seu livro publicado pela Editora José Olympio: uma verdadeira apoteose literária. Em todo caso, sobre a paulatina assunção das editoras como fontes de autoridade a partir do século XVIII, cf. BOURDIEU, 1997, p. 100-101.

mocidade (2016 [1967], p. 356). De sorte que o exercício comparativo de Vainfas, trazido a efeito com vistas à demonstração da recepção crítica de ambos os volumes no decorrer dos últimos oitenta anos o leva, pois, a concluir — com algo de cabal no tom: “o fato é que a obra de Sérgio Buarque de Holanda, incluído o *Raízes do Brasil*, custou a ser incorporada pela pesquisa histórica brasileira.” (VAINFAS, 2010, p. 556; cf. NICODEMO, 2016, p. 160).

Daí surpreender a asserção de Laura de Mello e Souza, em prefácio ao segundo livro de Sérgio Buarque, *Monções* (1945), o qual teria surgido no desvio do rastro do “grande sucesso” obtido pela sua obra anterior (cf. 2014, p. 19). Ora, ela mesma — moça ainda mestranda, como se declara ao rememorar preambularmente as circunstâncias do evento — figurou, meio sem saber por que, entre os já célebres entrevistadores reunidos em meados de 1981, no Museu da Imagem e do Som, por ocasião do depoimento de Sérgio Buarque dentre a série idealizada por Boris Kossoy, então diretor do MIS; ali ouviu dele próprio que o seu primeiro livro não teve lá esse sucesso todo: “custou muito a ter uma reedição, que só veio em 1947 [ou seja, dois anos após a publicação de *Monções*].” (2004 [1981], p. 6).⁹² Sérgio Buarque dizia ter a impressão de que foi o prefácio escrito por seu pai, Antonio Candido, que “deu sorte” a *Raízes do Brasil*, porquanto a partir dele “o livro passou a ter muita reimpressão, às vezes duas por ano.” (2004 [1981], p. 6)

Se é certo que o autor tão somente consciência plena de sua obra tão somente quando esta se lhe é arrostada por meio da reação do público — condição por excelência para que conheça “a si próprio, pois esta revelação da obra é a sua revelação” (CANDIDO, 2006, p. 84), a crítica lograda por *Raízes do Brasil*⁹³ ao tempo em que trazido ao público de 1936

⁹² A propósito de *Monções*, com a locução “clássico de nascença” (contrariando a prédica do Messias, de que não se tem honra senão na própria casa), Antonio Candido acabou por fazer escola entre os seus. Afinal, será também com a mesma locução — embora com uma leve variação — que sua filha Laura de Mello e Souza, já então historiadora renomada, qualificará o referido livro (cf. 2014, p. 36).

⁹³ *Raízes do Brasil* encontrou nos últimos anos um crítico acerbo na pessoa de Jessé de Souza. A bem da verdade, a crítica aos clássicos do “pensamento social brasileiro” — sintagma que Jessé por acaso abomina (cf. 2013, p. 162) — remonta a textos seus de pelo menos vinte anos atrás (cf. SOUZA, 1999, p. 32-54). No entanto, a carência de maior zelo em suas últimas obras no tocante a um exame criterioso do ideário dos clássicos brasileiros — Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Raymundo Faoro, especialmente — chega a ser em muito exacerbada, de tal forma que constitui o *Leitmotiv* mesmo de seu progresso intelectual, se se considerar unicamente a sua “quadrilogia”: *A tolice da inteligência brasileira* (2015), *A radiografia do golpe* (2016), *A elite do atraso* (2017) e *A subcidadania brasileira* (2018). A título de ilustração, assinalou-se certa vez que somente a duras penas poder-se-ia “encontrar suportes textuais claros, em *Raízes [do Brasil]*, para a interpretação de Jessé Souza”, relativa aos possíveis efeitos sociais desse livro “na recomposição conservadora do pacto político no país” (BRASIL JR., 2017, p. 359). Marcelo Neves afirma, por sua vez, que a pecha que Jessé lhe atribui, assim como aos clássicos consagrados antes do estabelecimento oficial das ciências sociais no Brasil, seria peculiar à produção e metódica do próprio Jessé. Isto é, ao detectar a dita mania de seu crítico pelo que haveria de *sui generis* por aqui — “singularidade cultural brasileira”, “singularidade da desigualdade periférica” etc. —, Marcelo Neves (2018, p. 378-389) rememora as “enteléquias na interpretação” do país, no sentido que lhe emprestou Guerreiro Ramos: Jessé quem abraçaria, na verdade, a ideologia conservadora que não só interpreta os problemas nacionais nos termos de traços psicológicos e de crenças e emoções

manifestará um Sérgio Buarque de Holanda essencialmente diverso do democrata radical desenhado pelo amigo n' "*O Significado de Raízes do Brasil*", de 1969. Dá-se uma amostra: em uma longa recensão publicada no dia 7 de novembro de 1936, na seção "Registro Literário" do *Jornal do Brasil*, assinada pelo já imortal à época Múcio Carneiro Leão (por sinal, amigo do escritor resenhado), confessa-se ali que "seria difícilimo" identificar com precisão a posição política assumida pelo autor de *Raízes do Brasil*.

[...] Seu pensamento, em tal campo, me parece cheio de contradições. Em uma das páginas do livro, faz êle observar que o brasileiro tem a tendencia a aceitar as ideias mais dispares, associando em seu espírito, convicções e preceitos, no espírito de qualquer outro povo, serão os inimigos mais ferrenhos. Parece-me que o Sr. Sérgio Buarque de Holanda incorre um pouco em sua própria observação. Assim é que o vemos, num trabalho que aparece em apêndice no livro, combater vivamente o integralismo, a proposito do Sr. Otávio de Faria. E, entretanto, na página 158 do volume o vemos sustentar sem nenhum proposito possível de paradoxo, a vantagem das tiranias. Ouçamo-lo: "É claro que um amôr humano que se asfíxia e morre fora do seu circuito restrito, não pode servir de cimento a nenhuma organização humana concebida em escala mais ampla. Com a cordialidade, a bondade, não se criam os bons princípios. É necessário um elemento normativo, solido, inato na alma do povo ou implantado pela tirania para que possa haver cristalização social. A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas invenções fraudulentas da mitologia liberal, que a história está longe de confirmar." Aí está uma maneira de falar clara e sem rebuços. Será isso o modo de pensar de um republicano? de um liberal-democrata? Ou será, antes, a maneira de doutrina de um discípulo de Hitler? [...]⁹⁴

Em que pese à noção, sustentada por Candido, de que *Raízes do Brasil* teria o condão de constituir um programa ideológico potencialmente apto a dar corpo a uma política efetivamente popular, o cronista Jayme de Barros não estaria com ela de acordo, uma vez que lhe surpreende, na seção "Espelho dos Livros", do *Diário da Noite* de 23 de novembro de 1936, a flagrante indefinição do livro, no qual "faltam sempre as soluções" de qualquer cunho. Ao sentir que Sérgio Buarque "parece insinuar apenas o erro economico da Abolição da escravatura, sem um preparo seguro", Barros lhe apõe a seguinte contestação: "Ora, problemas dessa ordem nunca foram resolvidos racionalmente. No Estados Unidos a libertação dos escravos custou uma guerra, que nem por isso custou o seu crescimento harmonico."⁹⁵ Meses depois, na mesma seção e diário, Jayme de Barros lamentará a falta de uma "segura orientação sociológica", via de regra, tanto aos antigos como aos novos

autossignificantes — "sodomismo", "baixa autoestima da ralé" etc. —, mas também reduz o problema político a um problema moral — como o maniqueísmo de uma tese pré-concebida a qual opõe o "Brasil esquecido e humilhado" à nossa "elite do atraso" etc. —. Jessé de Souza estaria assim, paradoxalmente, a meio caminho da *jeunesse dorée* tradicionalista (RAMOS, 1955, p. 108); seria uma outra face de uma mesma cédula antiga.

⁹⁴ Recorte digitalizado e disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/030015_05/69857. Acesso em 20 jan. 2019. No mesmo sentido, cf. EUGÊNIO, 2016, p. 431.

⁹⁵ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/221961_01/29751. Acesso em 20 jan. 2019.

pesquisadores voltados ao estudo do passado nacional e à decifração de seu futuro — figurando entre eles o Sr. Sérgio Buarque de Holanda —, os quais seguem mantendo certo círculo vicioso: os novos, após herdarem “a vasta documentação” que lhes deixara os antecessores, continuam ainda “a expor, a indagar, a divulgar, sem descobrir conclusões precisas e claras.”⁹⁶ Por sua vez, o pernambucano radicado em Minas, Oscar Mendes, espécie de Alceu Amoroso Lima (com quem se correspondia, por sinal) do rodapé literário nas Gerais, ressaltava a impressão de problema irresolúvel com que deixava a leitura de *Raízes do Brasil*; resgatando algumas das páginas do próprio livro resenhado, Sérgio Buarque lhe parecia ele mesmo um daqueles tipos que criticava em seu ensaio.

Não diz o que quer e o que acha conveniente e aconselhável, obrigando a gente a formular uma grande interrogação. Será o sr. Sérgio Buarque um daqueles intelectuais “que se alimentam, ao mesmo tempo, de doutrinas dos mais variados matizes”, sustentando, “simultaneamente, as convicções mais díspares”? Ou terá alguma “raiz” mais vigorosa para sustentar a árvore, ou pretende revigorá-la, infundindo seiva nova, com “um galho” estrangeiro, prudente ou violentamente enxertado?⁹⁷

Ao que aparenta, Sérgio Buarque não fora um *extemporâneo*, no sentido nietzscheano, mas justamente um legítimo filho do seu tempo, a cujos rebentos *Raízes do Brasil* teria fornecido “indicações importantes para compreender o sentido de certas posições políticas daquele momento, dominado pela descrença no liberalismo tradicional”, a que Candido fez menção (2016 [1967], p. 356). Ora, era ele próprio um desses jovens incrédulos face às “invenções fraudulentas da mitologia liberal” (HOLANDA, 2016 [1936], p. 327). Ao prefaciá-lo, Candido parecia desconhecer que a primeira edição do ensaio veio a ser varrida “de passagens ou expressões que pudessem causar desconforto nos leitores mais simpáticos a uma visão liberal e democrática da política.” Por esse motivo, supõem ambos os organizadores da edição crítica de *Raízes do Brasil*, saída em 2016, que o prefácio de Antônio Cândido talvez tenha contribuído para estabilização da obra, “como se ela tivesse “nascido” assim: pronta para o pensamento democrático e liberal.” (MONTEIRO e SCHWARCZ, 2016, p. 13 e 17). Assinalou-se, inclusive, que o prefácio de Antonio Candido se converteu em uma espécie de “entidade paralela” à de *Raízes do Brasil*, ao ponto de ganhar tanto ou mais visibilidade e destaque que o livro em si (GONTIJO e FRANZINI, 2009, p. 157), o que, de certo modo, reforça uma opinião do próprio Candido, segundo a qual subsistiria uma estranha

⁹⁶ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/221961_01/30951. Acesso em 20 jan. 2019.

⁹⁷ Cf. “A alma dos livros”. *Folha de Minas*, Belo Horizonte, 17 de janeiro de 1937, cujo recorte se encontra na Pasta 61, Série Produção de Terceiros, Álbum de Resenhas sobre *Raízes do Brasil*, preparado por Cecília Buarque de Holanda, entre 1936 e 1938. SIARQ/UNICAMP Funda Sérgio Buarque de Holanda. O crítico Oscar Mendes cita, nesse excerto, HOLANDA, 2016, p. 273.

mania intelectual pelas coisas “sumárias e indicativas” (2000 [1962], p. 15). Comprovaria, ademais, a tese de que prefácios e comentários elogiosos são aptos a transferir a outrem, ainda que parcialmente, o capital do autor consagrado que o subscreve, observando-se também aqui relações de estratégia, interesses etc. (BOURDIEU, 2004, p. 170).

Após o centenário de seu nascimento que, em 1849, passou quase despercebido em sua terra natal, para então emergir e se ver então alçado ao posto solene de representante nacional das letras alemãs ao fim do século XIX — não à toa em meio à consolidação do Estado-nação prussiano —, tanto a personalidade de Goethe como a sua obra pouco ortodoxas tiveram de sofrer, por exemplo, uma releitura significativa.⁹⁸ A esse respeito, o historiador André Carlos Furtado (2014, p. 73-75; cf. no mesmo sentido, CARVALHO, 2015, 112-113) logrou demonstrar, a partir da recuperação de um sem-número de depoimentos e discursos de amigos ilustres e demais admiradores, veiculados na imprensa ao fim de abril de 1982, que a imagem de Sérgio Buarque de Holanda a qual se renderam homenagens por ocasião de sua morte não era senão a imagem de expoente democrático tal como debuxada por Candido — já então um intelectual de nomeada — no prefácio constante na quinta e última edição de *Raízes do Brasil*, lançada em 1969, quando do apogeu da repressão perpetrada pelo regime militar de 1964.

Para fazer dele um clássico propriamente dito, talvez *Raízes do Brasil* tenha sentido a necessidade que Sainte-Beuve vislumbrou no modelo Homero certa feita, a propósito da natureza dos livros clássicos: de se lhe atribuir “*a posteriori* um desígnio, um plano, intenções literárias, qualidades [...] que seguramente nunca lhe ocorreram, entregue que estava ao desenvolvimento abundante das suas inspirações naturais.” Contemplar o fim de tantos outros livros, sem dúvida igualmente dignos de sobreviver, mas que sucumbiram para sempre debaixo da areia das épocas, é o bastante, segundo o mesmo crítico francês, para que o espírito honesto venha a se dar conta de que essa ordenação canônica, prevalente deste então, “foi, na verdade,” artificial e seletivamente “introduzida nas nossas admirações do passado.” (2013 [1850], p. 350).

André Furtado por óbvio não credita a Candido o êxito exclusivo de conferir a Sérgio uma “outra entrada”,⁹⁹ ao largo das muitas manifestações — não apenas aquelas

⁹⁸ Esse é o mote de um artigo de Ferdinand Mount, intitulado “Super Goethe”, publicado na *The New York Review of Books*. Disponível em: <https://www.nybooks.com/articles/2017/12/21/super-goethe/>. Acesso em 20 jan. 2019.

⁹⁹ Que o prestígio conquistado por Sérgio Buarque tenha se dado unicamente às custas de Antonio Candido ou, quando menos, do prefácio por este escrito a *Raízes do Brasil* em 1969, eis um asserto tão mais exagerado quanto menos verossímil. Para refutá-lo talvez bastasse mencionar que bem antes, em 1958, ano do concurso de Sérgio para a cátedra de História de Civilização Brasileira da USP, Antonio Soares Amora lamentava,

enlutadas — e leituras que “auxiliaram na concepção e formação do cânone”, embora se possa aqui admitir que a influência sobre as possíveis direções ulteriores que uma obra venha assumir não deriva de um único agente *trivial*, no caso, o leitor comum, o qual conforma uma “abstração que só pode concretizar-se como sombra, pela via indireta e enganadora das tiragens, das vendas e dos documentos relativos à distribuição e ao consumo”, na concepção de Leyla Perrone-Moisés. Nessa arena literária em que os grupos não dispõem de isonomia no tocante aos níveis de poder, influência e autoridade para definir a realidade do problema *Raízes do Brasil* — isto é, não detêm “propriedade”, no sentido do pragmatismo de Gusfield (1981, p. 10) —, não se deve, portanto, às “leituras anônimas e tácitas”, providas de “efeito inverificável e uma influência duvidosa” (PERRONE-MOISÉS, 1998, p. 13), mas precisamente à sua intrínseca “leitura ativa” que o então proeminente crítico literário se deparou, àquela altura, “essencial para a (re)apresentação” de Sérgio Buarque em um panorama social de lenta, gradual, mas nada segura abertura política (FURTADO, 2014, p. 75). Só ultimamente a *propriedade* de Candido, seu domínio do problema *Raízes do Brasil*,¹⁰⁰ o poder simbólico com que dispõe sobre ele, “fala com propriedade”, vêm sendo reivindicados¹⁰¹ por demais entidades e intelectuais mais ou menos devotados ao estudo do pensamento social brasileiro, como expressão daquilo que o crítico britânico Frank Kermode denominava controle institucional de interpretação (1979, p. 72-86).

Logo, à questão acima suscitada quanto à possibilidade de se atribuir a Antonio Candido, um tanto hiperbolicamente, a autoria de *Raízes do Brasil*, João Kennedy Eugênio responde que imputar-lhe tal condição seria de todo indevido, “se por *invenção* se quer sugerir que se trata de leitura infundada”, pois a leitura sociológica do ensaio o precede e foi empreendida, aliás, pelo próprio autor, da qual decorreram as revisões experimentadas sobretudo em 1948 e 1956, data da segunda e terceira edições, respectivamente. Ou seja, “a leitura sociológica e progressista não é invenção de Antonio Candido” — é sua apenas a ênfase enviesada no radicalismo intempestivo do livro —, mas, sim, de Sérgio Buarque.

inconformado, que mesmo sob o postulado de isonomia se tivesse de “exigir de homens da estatura intelectual e do saber de Sérgio Buarque de Holanda” a ordinária submissão “a um concurso de provas.” A queixa de Soares Amora, de quem Sérgio seria colega mais tarde na Academia Paulista de Letras, consta no Processo RUSP nº 757/58, mediante o qual o candidato (ilustre, pelo visto) protocolou sua inscrição no certame à época (cf. SANCHES, 2011, 243-244).

¹⁰⁰ Em no mínimo três ocasiões, João César de Castro Rocha afirma que *Raízes do Brasil* constitui um “livro-problema” com que os estudos históricos, literários e sociológicos devem mais atentamente se ocupar (2004, p. 115; 2012a, p. 16 e 2012b, p. 26).

¹⁰¹ Sobre a noção de verdade como um lugar de lutas e o enfrentamento dos profissionais da produção em lutas “que têm como alvo a imposição de princípios legítimos de visão e divisão do mundo natural e do mundo social”, cf. BOURDIEU, 1996, p. 83-89.

Eugênio então inverte o complemento: “Candido (enquanto leitor de *Raízes do Brasil*) é que é uma invenção de Sérgio Buarque.”¹⁰²

Retomando novamente o proveitoso léxico artístico utilizado no início do capítulo, Candido funcionou como um tipo de *souffleur*, isto é, aquele cuja função teatral soprar ao ator, desde os bastidores, as falas de seu roteiro, precisamente porque o texto de *Raízes do Brasil*, já revisado por Sérgio Buarque de Holanda, chegou-lhe às mãos, afinal, como um tipo de palimpsesto e didascália. Nesse aspecto, Candido talvez não fosse mesmo um tipo de Pierre Menard, mas um Kafka de Borges, é possível, o escritor que concebe retrospectivamente os próprios precursores.

À guisa de conclusão, tomando-se como verídica a história contada por Pedro Meira Monteiro — não há razões fundadas para infirmá-la — acerca de sua última visita a Antonio Candido, quando ele e Lilia Moritz Schwarcz foram a seu apartamento a fim de trazer-lhe a edição crítica de *Raízes do Brasil* (da qual ambos foram os organizadores). Estavam os dois algo embaraçados, “porque a edição no fundo vai contra a famosa interpretação que ele fez do amigo Sérgio Buarque”. Surpreendentemente, Candido teria vibrado com o iconoclasmo da dupla; disse-lhes, na ocasião, “com todas as letras, que afinal talvez houvesse um pouco de exagero na sua interpretação.” Contudo, à parte a nobreza com que recebia aquele presente de grego, por assim dizer, impressionou a Monteiro o teor uma inconfiância que lhes contaria após um prelúdio meio epistêmico.

Ele nos disse primeiro que a literatura organiza as ideias, a música organiza a sensibilidade, enquanto as artes plásticas organizam a maneira de ver o mundo. Isto para contar, tão vividamente que nos comovemos, a cena, em que ele e Dona Gilda visitaram o amigo historiador, Sérgio Buarque de Holanda, já muito doente, às portas da morte. Sérgio não dizia coisa com coisa, e Candido nos conta que se perguntou então se eles tinham o direito, a despeito da intimidade, de estar ali e vê-lo naquele estado, a delirar. Mas eis que, de um golpe, Sérgio se levanta com seu chambre e começa a declamar a célebre oitava de Camões: “No mar tanta tormenta, e tanto dano,/ Tantas vezes a morte apercebida!/ Na terra tanta guerra, tanto engano,/ Tanta necessidade avorrecida!/ Onde pode acolher-se um fraco humano,/ Onde terá segura a curta vida,/ Que não se arme, e se indigne o Céu sereno/ Contra um bicho da terra tão pequeno?”. Candido a declama também, para ao fim nos dizer: a literatura lhe deu um último momento de lucidez.¹⁰³

Para além de qualquer outro sentido possível, a história acima tem o condão de revelar que até no instante em que se viu decisivamente confrontado com a antítese de sua

¹⁰² Como se Candido personificasse, com certo gracejo, aquele crítico de arte de determinada história futurista, o qual viaja de volta no tempo para conhecer as obras de um pintor nova-iorquino pelo qual é fascinado, mas lá chega a descobrir que “o pintor é um bêbado inútil, que rouba dele a máquina do tempo e foge para o futuro”; vendo-se preso àquele tempo que não é o seu, o crítico passa então a pintar “todos os quadros que tanto o fascinaram no futuro e o fizeram viajar para o passado” (ŽIŽEK, 2012b, p. 44 e 2012a, p. 131).

¹⁰³ “Literatura contra a morte”, disponível no *blog* de Pedro Meira Monteiro, acessível mediante o *link*: <https://meiramonteiro.com/literatura-contra-a-morte/>. Acesso em 20 jan. 2019.

clássica exegese, Candido mostrou-se (ou foi exibido) mais uma vez como aquele “que sabe uma porção de coisas que ninguém sabe”; o *senex* junguiano, arquétipo do velho sábio encarnado, “uma espécie de criador de mitos e fornecedor de rumos”, segundo uma impressão de Afonso Arinos de Melo Franco (1981, p. 102) — não por acaso a respeito do então jovem graduando em direito Sérgio Buarque de Holanda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A essa altura, parece claro que a presente dissertação se encerra sem se imiscuir, senão superficialmente, no texto em si de *Raízes do Brasil*. Ainda quando puramente interessada em condicionamentos e fatores externos, é certo que a sociologia da literatura não pode se dar ao luxo de prescindir da análise literária — e até axiológica — de qualquer texto a que se dedique, sem prejuízo à *integridade* mesma da obra. No entanto, por mais que o autor não despreze o ganho advindo de todo cuidado propedêutico, aqui não se pretendeu introduzi-la, muito menos resumi-la, com o que talvez reforçasse a preferência geral às apostilas em vez dos livros. Miguel Reale — contemporâneo de Sérgio Buarque, por sinal — lembra que até pouco se atribuía tal disposição à “preguiça mental, a uma tendência a mastigar carne já moída.” Querendo-se, pois, o entendimento do livro propriamente dito, a compreensão da pergunta para a qual ele constitui uma resposta — conforme o axioma hermenêutico de R. G. Collingwood —, a sugestão é ainda a mesma de um velho crítico estrangeiro, meio carola, o qual questionava se, em lugar de perder tempo com poesia erótica, não seria mais conveniente para o leitor “ir direto à carne”.

Afinal de contas, um seu pressuposto — que nada tem de tácito — consiste no fato de que se a inteligência deste trabalho porventura dispensa o conhecimento prévio de *Raízes do Brasil*, ela há de encontrar, em todo caso, maior preparo e receptividade entre aqueles que mais cerradamente frequentaram o livro. A mero título de ilustração, no prefácio à primeira edição de sua obra-prima, o jovem Arthur Schopenhauer houve por bem reclamar uma série de exigências, recomendando seriamente ao leitor (já assoberbado com a imperiosa necessidade de conhecer-lhe os livros precedentes...) que não seguisse as páginas adiante caso andasse também desprovido de um mínimo de contato com os “escritos capitais de Kant” e a “escola do divino Platão”.

Passados quase exatos cinquenta anos da última edição de *Raízes do Brasil*, a notícia de que o livro experimentou cinco revisões ao todo parece ainda hoje surpreender e desconcertar, mesmo aqueles (leia-se: os sociólogos, em formação ou já consumados) que dele têm um conhecimento minimamente razoável. Empreendeu-se, portanto, não um esforço de produção de um discurso sobre as propriedades ou predicados de um dado texto literário — há muito objeto de glosas mil, diga-se de passagem —, mas, antes, um esforço de concepção sociológica quanto à feitura de um ídolo literário em especial. As perguntas “como e por que e com vistas a que fins um livro se torna clássico?” perpassam todo o corpo do trabalho, indo de encontro à célebre assertiva de que o clássico de Sérgio Buarque de Holanda

teria já surgido assim, em sua condição canônica. A locução “clássico de nascença” segue a insinuar menos um complexo de processos e relações sociais envolvidos na dinâmica de consagração não imediata de *Raízes do Brasil*, do que uma *decorrência natural* experimentada pelo livro como que espontaneamente. Ao mesmo tempo em que o sintagma cuja paternidade coube a Antonio Candido, em prefácio à última edição *Raízes do Brasil*, serviu ao encobrimento da *mise-en-scène* de sua apoteose — isto é, à ocultação de todos os elementos reconhecíveis na lógica externa de aclamação literária —, acabou por alçá-lo, paradoxalmente, àquele ramo tido por “galho secundário” das letras portuguesas, inscrevendo-o como que em definitivo no cânone dos maiores e mais profícuos escritores nacionais.

Quando se está a par de tal processo, chega a causar espécie a seguinte declaração de Sérgio Buarque (plenamente identificado, pelo visto, com a imagem que Candido fizera dele retrospectivamente), em entrevista realizada no ano anterior de sua morte:

O fato é que o livro [Raízes do Brasil] foi concebido de uma maneira, e se fosse conceber outra teria que fazer um livro inteiramente novo. Mas acredito que ele ainda tem valor: o livro foi publicado em 1936, uma época muito dura para o Brasil, quase tão dura quanto a atual. E nele afirmo que uma revolução no Brasil não pode ser uma revolução de superfície: teria de ser uma revolução que levasse em conta todos os elementos mais aptos que estão por baixo. Essa é uma afirmação que já na época era difícil fazer. (2004 [1981], p. 10)

Dos capítulos acima, depreendeu-se que o destino feliz de *Raízes do Brasil* se deve, afinal, a uma conjunção de fatores interdependentes, os quais compreendem desde o empenho ingente de Sérgio Buarque, no decurso de mais de trinta anos — durante os quais o livro alcançou verdadeira natureza acomodatória, fruto do gestual palinódico de seu autor, a que Luiz Feldman, com a deferência peculiar a seu ofício diplomático, chama de “amadurecimento” —, em conferir uma leitura eminentemente sociológica a *Raízes do Brasil*; seu envolvimento, no decorrer da década de 1940, com determinadas figuras e círculos intelectuais identificados como progressistas, e o surgimento da segunda edição do livro (de aspecto mais renovado) no rescaldo da experiência de oposição ao Estado Novo e da institucionalização das ciências sociais a partir da Universidade de São Paulo; a preeminência do comentário de um crítico literário considerado, quase unanimemente, “o mais importante do século XX do Brasil”, nas palavras de Luiz Carlos Jackson; a transferência da formidável influência (ou “capital”, para falar com Bourdieu) de Antonio Candido a um livro cuja aparição não foi senão tímida do ponto de vista comercial, a despeito do enorme prestígio de seu editor e apresentador à época: José Olympio e Gilberto Freyre, respectivamente.

Poder-se-ia mencionar, do mesmo modo, a crítica no país ainda então pouco distante da circunstância traçada com um quê de mordacidade por Guerreiro Ramos no idos de 1950, sofrendo de um “despoliciamento crítico dominante em nossos meios literários e científicos”, que aposta e se vale, para se portar de um tal modo, da “incultura geral de nosso público”. O que talvez se coadune, pelo menos em parte, com certa crítica de Jessé de Souza, que denuncia, ao seu modo pouco cerimonioso, face ao “homem” Sérgio Buarque — supostamente digno da maior admiração —, a atitude conservadora do trato (acadêmico inclusive) com uma espécie de “panteão de vacas sagradas”.

Ou seja, no ângulo inverso da operação proposta por Bourdieu no tocante à “singularidade das grandes rupturas [artísticas] aniquiladas pela historiografia ordinária”, a sociologia pode fazer justiça não apenas ao *advento* literário quando de seu *evento*, mas também ao *evento* literário quando de seu *advento*, ao reconstituir o “universo social de *relações objetivas* em relação às quais o escritor teve de se definir para se construir e que não se reduzem forçosamente àquelas registradas pela historiografia”; relações que não se resumem, portanto, “às *interações reais*, com escritores ou artistas realmente encontrados e frequentados”, como a tríade Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado Jr., no caso da ensaística que conheceu o apogeu no Brasil do primeiro meado do século passado, sendo tão importantes quanto eles, nesse espaço, Alberto Torres, Oliveira Viana, Paulo Prado, Gustavo Barroso, Afonso Arinos, Miguel Reale, Otávio de Faria, Plínio Salgado, Adonias Filho, entre muitos outros.

Nesse sentido, algo digno de nota repousa na colocação de uma problemática que decerto aprofundaria a exegese diacrônica cá empreendida — isto é, do escrutínio da relação do texto de *Raízes do Brasil* com ensaios que lhe antecederam ou foram seus contemporâneos, no Brasil ou no estrangeiro —, concernente aos efeitos negativos intrínsecos ao estabelecimento do clássico em determinado campo literário. É possível que obras se tornem marginais, por assim dizer, às custas de seu advento? A essa vertente, possivelmente fecunda, a dissertação (submetido, como de praxe, à pressão e à exiguidade do prazo) não pôde, no entanto, conferir nenhuma atenção em especial. Se vingar algo deste trabalho, provisório como tudo no domínio das ciências e além dele, há de ser justamente no dia — e até esse dia — em que se ousar um redimensionamento honesto do incipiente campo literário no Brasil. Se já não esboçado, quando menos, um trabalho de fôlego no aguardo de quem arregace as mangas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Jorge de. **Labirintos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz**: Casa Grande & Senzala e obra de Gilberto Freyre nos anos 30. São Paulo: Editora 34, 1994.
- BALZAC, Honoré de. **La grenadière, le chef d'oeuvre inconnu**. Paris: Nilsson, 1935.
- BANDEIRA, Manuel. Francisco de Assis Barbosa. “Sérgio, anti-cafajeste”. In: BARBOSA, Francisco de Assis. (Org.). _____. 2013. **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, ano.3, n.6, p.90-91, 1983.
- BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- BASTOS, Elide Rugai. “Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista”. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: Sumaré, 2002. v.4. p.183-231.
- BATE, Walter Jackson. **Samuel Johnson**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1979.
- BENJAMIN, Walter. **Selected Writings**: v.3.1938-1940. Cambridge, Massachusetts and London, England: The Belknap Press of Harvard University Press, 2002.
- BLOOM, Harold. **O cânone ocidental**: os livros e a escola do tempo. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- _____. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BORGES, Jorge Luis. “Las versiones homéricas”. In: BORGES, Jorge Luis. **Obras completas**. Buenos Aires: Emecé, 1985.
- BORGES, Jorge Luis. **Ficciones**. Barcelona: Planeta de Agostini, 1985.
- BORTOLUCI, José Henrique; JACKSON, Luiz C; PINHEIRO FILHO, Fernando A. Contemporâneo clássico: a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, v.94, p.217-254, 2015.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1997.
- _____. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim). São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. **Lições da aula**. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **Meditações pascalianas**. Tradução de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

_____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. **Gilberto Freyre: social theory in the tropics**. Peter Lang: International Academic Publishers, 2008.

_____. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **Repensando os trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre**. São Paulo: UNESP, 2009.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CANDIDO, Antonio. Minha amizade com Sérgio. **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, ano.3, n.6, p.132-133.1983.

_____. Radicalismos. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.4, n.8, p.4-18, , jan./abr. 1990.

_____. Sérgio em Berlim e depois. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.1, n.3, p.4-9, jul. 1982.

_____. Sérgio, o radical. In: CANDIDO, Antonio. **Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1988. p.4-9.

_____. A visão política de Sérgio Buarque de Holanda. In: CANDIDO, Antonio. (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 81-88.

_____. Post-scriptum. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2016. [1986]. p.369-370.

_____. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 2000. v.1.

_____. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

_____. **Textos de Intervenção**. São Paulo: Livraria Duas Cidades Ltda, 2002. (Coleção Espírito Crítico.).

_____. **Ritmo espontâneo: organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda**. Teresina: EdUFPI, 2011.

_____. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 [1967]. p.351-369.

_____. Prefácio. In: MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CARVALHO, Raphael Guilherme de. A escrita de si de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1970. **Tempos Históricos**, [S.l.], v.19, p.103-119, 2015. (Notas para estudo.).

CARVALHO, Ruy Vasconcelos de. Era uma vez: um folhetim de poesia. **Afetivagem**, [S.l.:s.n.], abr. 2007. Disponível em: <<https://afetivagem.blogspot.com/2007/04/era-uma-vez-um-folhetim-de-poesia.html>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

_____. Notas sobre leitura e formação: uma insistência. **Afetivagem**, [S.l.:s.n.], nov. 2008. Disponível em: <<https://afetivagem.blogspot.com/2008/11/nota-sobre-leitura-e-formao-uma.html>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

CASSIRER, Ernst. **Rousseau, Kant, Goethe**. Princenton Legacy Library, 1970.

CATANI, Afrânio Mendes. et al. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CHACON, Vamireh. **Escritos Coligidos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, UNESP, 2011. (Livro I-1920-1949.).

_____. **Gilberto Freyre**: uma biografia intelectual. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1993.

CHARLE, Christophe. Intelectuais. In: CATANI, Afrânio Mendes et alli (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.

CONH, Gabriel. O pensador do desterro. Caderno Mais! **Folha de São Paulo**, domingo, 23 de junho de 2002.

COSTA, Emília Viotti da. **Brasil**: história, textos e contextos. São Paulo, EDUSP, 2015.

DANTAS, Vinícius. **Bibliografia de Antônio Cândido**. São Paulo: Livraria Duas Cidades Ltda., 2002. (Coleção Espírito Crítico.).

DIVOIRE, Antoine. **Introduction à l'étude de la stratégie littéraire**. Paris: E. Sansot et C.ie, 1912.

DÜRKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção os Pensadores.).

EUGÊNIO, João Kennedy. Entre totem e tabu: o processo de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 431-438.

_____. **Ritmo espontâneo: organicismo em Raízes do Brasil** de Sérgio Buarque de Holanda. Teresina: EdUFPI, 2011.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2012.

FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

_____. **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FELDMAN, Luiz. Organizar a desordem: raízes do Brasil em 1936. **Dados**, [S.l.], v.58, p.1131-1168, 2015.

_____. Um clássico por amadurecimento: Raízes do Brasil. **RBCS**, [S.l.], v.28, n.82, jun.2013, p.119-140.

_____. **Clássico por amadurecimento: estudos sobre Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.

FERNANDES, Florestan. **O Brasil de Florestan**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

FOURNIER, Marcel. Para reescrever a biografia de Marcel Mauss.... **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, **RBCS**, [S.l.], v.18, n.52, p.5-13, jun. 2003.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Entrevista. In: MOTA, Lourenço Dantes (Org.). **A história vivida: documentos abertos**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1981.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Preparação ao nacionalismo: carta aos que tem vinte anos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

FREUD, Sigmund. Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci (1909-1910). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.113-219. v.9.

_____. **Novas conferências introdutórias à psicanálise (1930-1936)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Conferências introdutórias à psicanálise (1916-1917)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FREYRE, Gilberto. Sérgio, mestre de mestres. **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, ano.3, n.6, p.117, 1983. (Organizado por Francisco de Assis Barbosa),

_____. Documentos brasileiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p.341-345.

FURTADO, André Carlos. **As edições do cânone: da fase buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972)**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2014.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1999.

GASPARI, Elio. Uma cabeça que bate contra a maré: Wanderley Guilherme dos Santos, elitista e marginal, vencedor de causas perdidas. **Revista Veja**, n.1340, p.40-43, maio 1994.

GAY, Peter. **O coração desvelado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Maximen und reflexionen**. Weimar: Verlag der Goethe-Gesellschaft, 1907.

GOLDMANN, Lucien. **Sociologia do romance**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

GONTIJO, Rebeca e FRANZINI, Fábio. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos de 1940-1960. In: SOIHET, Rachel et al. (Orgs.). **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 157.

GUIMARÃES, Eduardo Henrique de Lima. A modernidade brasileira reconta as tradições paulistas. In: MONTEIRO, Pedro Meira e EUGÊNIO, João Kennedy. (Orgs.). **Perspectivas**. Campinas; Rio de Janeiro: Unicamp, EdUERJ, 2008. p.15-25.

GUSFIELD, Joseph R. **The culture of public problems**: drinking, driving and the symbolic order. University of Chicago Press, 1981.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: EdUSP, 2017.

HARRISON, Helen Bagby. **Os bagby do Brasil**: uma contribuição para o estudo dos primórdios batistas em terras brasileiras. Rio de Janeiro: JUERP, 1987.

HEGEL, Friedrich. **Ciência da Lógica**: 1. A doutrina do ser. Petrópolis: Vozes, 2016.

_____. **Wissenschaft der Logik**. Berlin: Hofenberg Sonderausgabe, 2016.

HEINICH, Nathalie. **The glory of van Gogh**: an anthropology of admiration. Translated by Paul Leduc Browne. Princenton University Press, 1997.

HEINICH, Nathalie. **The glory of van Gogh**: an anthropology of admiration. Translated by Paul Leduc Browne. Princenton University Press, 1997.

HÉLIO, Mário. **Casa Grande e Senzala**: o livro que dá razão ao Brasil mestiço e pleno de contradições. São Paulo: É Realizações, 2013.

HOLANDA, Bartolomeu Buarque. **Buarque**: uma família brasileira; ensaio histórico-genealógico. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

HOLANDA, Bartolomeu Buarque. **Buarque**: uma família brasileira; ensaio histórico-genealógico. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

HOLANDA, Maria Amélia Buarque de. Apontamentos para a cronologia de Sérgio Buarque de Holanda. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.421-446.

_____. **Escritos Coligidos**. Livro I (1920-1949). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, UNESP, 2011.

_____. **O espírito e a letra**: estudos de crítica literária. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. (v.2. 1948-1959)

_____. **Tentativas de mitologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. Corpo e alma do Brasil: entrevista de Sérgio Buarque de Holanda. **Novos Estudos**, [S.l.], n.69, jul. 2004, p.3-14.

_____. Novas cartas chilenas. **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, ano.3, n.6, p.100-101, 1983.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. Como repercutiram na Alemanha os últimos acontecimentos do Brasil. In: BARBOSA, Francisco de Assis. **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

_____. **O livro dos prefácios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Tentativas de mitologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. Corpo e Alma do Brasil: entrevista de Sérgio Buarque de Holanda. **Novos Estudos**, [S.l.], n.69, p.3-14, jul. 2004.

JASMIN, Marcelo Gantus. A viagem redonda de Raymundo Faoro em os donos do poder. In: ROCHA, J. C. de C. (Org.). **Nenhum Brasil existe**: pequena enciclopédia. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p.357-365.

JAUSS, Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

JOHNSON, Randal. A dinâmica do campo literário - 1930-1945. **Revista USP**, São Paulo v.26, p.164-181, jun./ago. 1995.

JUNG, Carl Gustav. **Cartas**. Petrópolis: Vozes, 2002. (v.1: 1906-1945).

KANT, Immanuel. **Zum ewige Frieden**: ein philosophischer Entwurf. F. Nicolovius, Königsberg, 1796.

KANT. **A crítica da razão prática**. Lisboa: Edições 70, 2008.

KÄSLER, Dirk. **Soziologie:** flug über den wolken in Der Spiegel 50/1984, de 10.12.1984, p.184-190. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-13511556.html>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

KERMODE, Frank. Institutional control of interpretation. **Salgamundi**, Winter, n.43, p.72-86, 1979.

KERMODE, Frank. **Forms of attention:** Botticelli and Hamlet. The University of Chicago Press, 2011.

KJAER, Poul Fritz. “**Systems in Context:** on the outcome of the habermas. Luhmann-Debate. Ancilla Juris, 2006.

KONDER, Leandro A. M. C. **Intelectuais brasileiros e marxismo.** Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

LAHIRE, Bernard. **La condition littéraire:** la double vie des écrivains. Paris, Éditions La Découverte, 2006.

_____. **Os intelectuais na Idade Média.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

_____. Elementos para uma teoria da criação literária: o caso de Franz Kafka. **Sociologias**, Porto Alegre, ano.20, n.47, p.48-72, jan./abr. 2018.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

_____. **Saint Louis.** Indiana, University of Notre Dame Press, 2009.

_____. **Saint Louis.** Indiana, University of Notre Dame Press, 2009.

LEÃO, Andrea Borges. Como fazer uma sociologia da singularidade? autoria e campo literário. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.14, n.27, p.301-316, 2009.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro:** história de uma ideologia. São Paulo, EDUSP, 2002.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro:** história de uma ideologia. São Paulo, EDUSP, 2002.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Primo. **Se questo è un uomo.** Torino: Einaudi, 1989.

LÖWY, Michel e SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia.** São Paulo: Boitempo, 2015.

LUKÁCS, György. **A teoria do romance:** um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2000.

_____. **O jovem Hegel: e os problemas da sociedade capitalista.** São Paulo: Boitempo, 2018.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Histórias sem data.** Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1884.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Várias histórias.** Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1896.

MAGALHÃES PINTO, José de. In: _____. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro.** São Paulo: EdFGV, 2010 [1984]. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-de-magalhaes-pinto-1>>. Acesso em: 10 set. 2018.

MANN, Thomas. **Pensadores modernos: Freud, Nietzsche, Wagner e Schopenhauer.** Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MATA, Sérgio da. Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em Raízes do Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.36, n.73, p.63-87, 2016.

MATA, Sérgio da. Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em Raízes do Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.36, n.73, p.63-87, 2016.

_____. O intelectual e a obra Raízes do Brasil: uma discussão historiográfica. **BIBLOS: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História, FURG**, Rio Grande, v.19, p.151-170, 2006.

MATOS, Júlia Silveira. **A Revolução de 1930, os intelectuais e as críticas ao personalismo: heranças da tradição do pensamento político brasileiro.** In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19., 2008. São Paulo. **Anais...** São Paulo: EDUSP, 2008. v.1.

_____. Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand no processo eleitoral de 1929-1930. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - O BRASIL NO SUL: CRUZANDO FRONTEIRAS ENTRE O REGIONAL E O NACIONAL, 10., 2010. Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: Anpuhrs, 2010. v.1. p.1-13.

MCGANN, Jerome J. **A critique of modern textual criticism.** The University of Press Virginia, 1983.

MELLO E SOUSA, Laura de. “Prefácio: estrela de uma vida inteira”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p.15-37.

MELLO E SOUZA, Laura de. Prefácio: estrela da vida inteira. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Monções.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p.15-37.

MELLO, Evaldo Cabral de. Raízes do Brasil e depois. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.269-274.

MERIMÉE, Prosper. **Lettres à une inconnue**. 3.ed. Paris: Michel Levy Frères Éditeurs, 1874. v.2.

MERQUIOR, José Guilherme. **As idéias e as formas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. **O fantasma romântico e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1980.

MESQUITA, Gustavo. **Gilberto Freyre e o estado novo: região, nação e modernidade**. São Paulo: Global, 2018.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEYERS, Jeffrey. **Hemingway: a biography**. New York: Harper & Row, 1985.

MEZAN, Renato. Freud e a psicanálise: um trabalho de civilização. In: ALMEIDA, Jorge de e BADER, Wolfgang (Orgs.). **O pensamento alemão no século XX: grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil**. São Paulo: Cosac Naify, 2013. v.1.

_____. Poder, sexo e letras na República Velha: estudo clínico dos anatolianos. In: MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.69-291.

MICELI, Sérgio. As Raízes do Brasil no espelho de Próspero. **Novos Estudos CEBRAP**, [S.l.], v.83, p.159-182, 2009.

_____. **A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1999.

MICELI, Sérgio. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. **Tempo Social**, [S.l.], v.15, n.1, p. 62-79, 2003.

MILLIET, Sérgio. À margem da obra de Sérgio Buarque de Holanda. **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, ano.3, n.6, p.96-99, 1987.

MOELLER, Hans-Georg. **The radical Luhmann**. New York: Columbia University Press, 2012.

MONTAIGNE, Michel de. **Sobre a vaidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MONTEIRO, Pedro Meira e SCHWARCZ, Lilia Moritz. Uma edição crítica de Raízes do Brasil: o historiador lê a si mesmo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. Uma edição crítica de Raízes do Brasil: o historiador lê a si mesmo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. A necessária clareza de Antonio Candido. **Revista Maracanan**, [S.l.], n.18, p.13-17, jan./jun. 2018.

_____. **The other roots**: wandering origins in Roots of Brazil and the impasses of modernity in Ibero-America. Indiana: University of Notre Dame Press, 2017.

_____. As Raízes do Brasil no Espelho de Próspero. **Novos Estudos CEBRAP**, [S.l.], v.83, p.159-182, 2009.

MOUNT, Ferdinand. Super Goethe. **The New York Review of Books**, New York, v.21, dec. 2017.

NESTROVSKI, Arthur. **Ironias da modernidade**. São Paulo: Ática, 1995.

NEVES, Marcelo. Niklas Luhmann: “eu vejo o que tu não vêes. In: _____. **O Pensamento Alemão no século XX**: grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil. São Paulo: Cosac Naify Portátil, 2013. p.331-354. v.01.

NICODEMO, Thiago Lima. Para além de um prefácio: ditadura e democracia no diálogo entre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Brasileira de História**, [S.l.], v.36, n.73, p.159-180, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Aurora**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Ecce homo**: como alguém se torna o que é. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Ecce homo**: como alguém se torna o que é. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **O nascimento da tragédia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **O crepúsculo dos ídolos**. São Paulo: Companhia das Letras: 2006.

_____. **Genealogia da moral**: uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Humano, demasiado humano II**. São Paulo: Companhia das Letras: 2008.

_____. **Humano, demasiado humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **O nascimento da tragédia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

OLIVEIRA, Gilberto Gilvan Souza. Coleção documentos brasileiros: o Brasil em ensaios de história e interpretações sociológicas (1936-1939). **Revista Resgate**, Campinas, v.25, n.1, p.89-110, jan./jun. 2017.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quem tem medo da ilusão biográfica? indivíduo, tempo e histórias de vida. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.18, n.35, p.429-446, maio/ago. 2017.

PAIXÃO, Fernando. José Olympio: um editor de risco. **Estudos Avançados**, [S.n.], v.22, n.64, p.357-360, 2008.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos**. São Paulo: UNESP, 2005.

PÉCORA, Alcir. A importância de ser prudente. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy.(Orgs.). **Perspectivas**. Campinas; Rio de Janeiro: Unicamp, EdUERJ, 2008.

PEREIRA, José Mário. Fragmentos de um discurso. **Mais! Folha de São Paulo**, domingo, 12 de março de 2000. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1203200013.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Altas literaturas: escolha e valor na obra crítica dos escritores modernos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Altas literaturas: escolha e valor na obra crítica dos escritores modernos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PRADO, Antonio Arnoni. Introdução. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O espírito e a letra: estudos de crítica literária**. v.1: 1920-1947. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PROUST, Marcel. **Contre Sainte-Beuve: notas sobre crítica e literatura** (tradução Haroldo Ramanzini). São Paulo: Iluminuras, 1988.

RAMOS, Alberto Guerreiro. A ideologia da jeunesse dorée. **Cadernos do Nosso Tempo**, n.4, p.101-112, abr./ago. 1955.

REIS, Eliana Tavares dos e BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. “Alusões biográficas e trajetórias: entre esquemas analíticos e usos flexíveis”. **BIB**, São Paulo, n.86, v.2, p.36-67, out. 2018.

REVEL, Jacques. Prefácio. In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.7-37.

REZENDE, Maria José de. **A política brasileira entre as décadas de 1970 e 2000: a interpretação sócio-histórica de Raymundo Faoro**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **Programa Roda Viva**. Entrevista concedida em 26 jun. 1988. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6r7QDo9yHJk&t=2100s>>. Acesso em: 10 set. 2018.

RIBEIRO, Douglas Carvalho. **As raízes antiliberais de Sérgio Buarque de Holanda: Carl Schmitt em Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

RINGER, Fritz. **O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã (1890-1933)**. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. **Max Weber: an intellectual biography**. Chicago & London: University of Chicago Press, 2004.

RINGER, Fritz. **O declínio dos mandarins alemães**: a comunidade acadêmica alemã (1890-1933). São Paulo: EDUSP, 2000.

ROCHA, João César de Castro Rocha. **Sérgio Buarque e Gilberto Freyre**: raízes de uma rivalidade literária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. (Dicta&Contradicta – n.9).

_____. **O exílio do homem cordial**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004.

_____. Sérgio Buarque e Gilberto Freyre: Raízes de uma rivalidade literária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. (Dicta&Contradicta – n.9).

_____. **O exílio do homem cordial**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004.

ROCHA, João César de Castro Rocha. Raízes do Brasil: biografia de um livro-problema. In: MARRAS, Stélio (Org.). **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: EdUSP, Instituto de Estudos Brasileiros, 2012.

_____. Raízes do Brasil: biografia de um livro-problema. In: MARRAS, Stélio (Org.). **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: EdUSP, Instituto de Estudos Brasileiros, 2012.

ROSEN, Charles. **Poetas românticos, críticos e outros loucos**. São Paulo, Campinas: Ateliê Editorial, Unicamp, 2004.

ROSENSTONE, Robert A. Reds as history. **Reviews in American History**, [S.l.], v.10, n.3, p.297-310, sep. 1982.

SAINTE-BEUVE, Charles Augustin. O que é um clássico? Tradução de Osvaldo Manuel Silvestre. **Revista de Estudos Literários**, [S.l.], n.3, p.343-358, 2013.

SALLUM JR., Brasília. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro”. In: SOUZA, Jessé (Org.). **O malandro e o protestante**: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: UNB, 1999. p.17-54.

_____. **A tolice da inteligência brasileira**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra-Leya, 2015.

_____. Raízes do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil**: um banquete no trópico. São Paulo: SENAC, 1999. p.235-256. v.I.

_____. Sobre a noção de democracia em Raízes do Brasil. In: MARRAS, Stelio (Org.). **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: EDUSP, 2012. p.51-60. v.1.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. Sérgio Buarque de Holanda na USP. **Revista Sociedade e Estado**, [S.l.], v.26, n.1, p.241-259, jan./abr. 2011.

SCHORSKE, Carl. **Viena fin-de-siècle**: política e cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. As profundezas do umbigo vitoriano. **Jornal de Resenhas**, Folha de São Paulo, 12 de junho de 1999.

SOBRAL CID, José de Matos. **Obras** (v.1 – Psicopatologia e psicopatologia forense [1877-1941]). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

SOLMAN, Joseph. **Mozartiana**: dois séculos de notas, citações e anedotas sobre Wolfgang Amadeus Mozart. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SORÁ, Gustavo. **Brasilianas**: José Olympio e gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: EdUSP, Com-arte, 2010.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Casa da Palavra-Leya, 2017.

SOUZA, Paulo César de. **Nietzsche, Freud e outros alemães**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. **Poder e saúde**: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo. São Paulo: UNESP, 1996.

THIERS, Adolphe. **Histoire de la Révolution Française**. Bruxelles: Adolphe Wahlen, 1836. v.2.

TOLEDO, Roberto Pompeu. **A capital da vertigem**: uma história de São Paulo de 1900 a 1947. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. In: LESSING, Gotthold Ephraim. **Laocoonte**: ou sobre as fronteiras da pintura e da poesia. São Paulo: Iluminuras, 1998.

TÜRCKE, Christoph. **O louco Nietzsche e a mania da razão**. Petrópolis: Vozes, 1983.

TÜRCKE, Christoph. **O louco Nietzsche e a mania da razão**. Petrópolis: Vozes, 1983.

VAINFAS, Ronaldo. Posfácio. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.551-560.

VIOTTI, Emília. **Brasil**: história, textos e contextos. São Paulo: EDUSP, 2015.

VIOTTI, Emília. **Brasil**: história, textos e contextos. São Paulo: EDUSP, 2015.

WAIZBORT, Leopoldo e GOLDFEDER, André. Sobre os "tipos" em Raízes do Brasil". **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S.l.], v.49, p.13-36, 2009.

_____. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v.26, n.76, p.39-62, 2011.

WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v.26, n.76, p.39-62, 2011.

WAIZBORT, Leopoldo. “**O mal-entendido da democracia**: Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v.26, n.76, p.39-62, 2011.

WAIZBORT, Leopoldo. “Raízes do Brasil: inércia e transformação lenta. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p.465-470.
WEGNER, Robert. **A conquista do oeste**: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.

WILSON, Edmund. **To the Finland Station**. New York: New York Review, 2003.

WITTER, Sebastião. Sérgio Buarque de Holanda: algumas lembranças. **Revista USP**, São Paulo, v.38, n.20-27, p. 25-26, jun./ago. 1998.

_____. Introdução. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de expansão paulista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p.21-32.

WORDSWORTH, Jonathan. As with the Silence of the Thought. In: LIPKING, Lawrence (ed.). **High romantic argument**: essays for M. H. Abrams. Ithaca and London: Cornell University Press, 2010. p. 41-76.

ŽIŽEK, Slavoj. **A visão em paralaxe**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Vivendo no fim dos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Vivendo no fim dos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012a.

ZWEIG, Stefan. **Encontros com homens, livros e países**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1947.